

**PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ**

**Manual Operativo
do Projeto - MOP**

**Volume 4
DOCUMENTO DOS
PROGRAMAS DO
SETOR DE EDUCAÇÃO**



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ**

**Manual Operativo
do Projeto - MOP**

**Volume 4
DOCUMENTO DOS
PROGRAMAS DO
SETOR DE EDUCAÇÃO**



JANEIRO 2017

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Juraci Barbosa Sobrinho - *Secretário*

Rosangela Heinz Gavinho Ferraz - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ana seres Trento Comin - *Secretária*

Edmundo Rodrigues de Veiga Neto - *Diretor Geral*

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Nestor Bragagnolo – *Coordenador Geral do Projeto (SEPL)*

Paulo David Choinski - *Representante Titular da SEED no Comitê Gestor do Projeto*

Eziquiel Menta - *Representante Suplente da SEED no Comitê Gestor do Projeto*

Katya Aparecida de Carvalho Prust - *Responsável Técnica pelo Programa Sistema de Avaliação de Aprendizagem*

Gilian Cristina Barros - *Responsável Técnico pelo Programa Formação em Ação*

Katia Mara de Jesus - *Responsável Técnica pelo Programa Renova Escola*

Equipe técnica de elaboração do Manual Operativo do Projeto

Sandra Cristina Lins dos Santos - *Coordenação (SEPL)*

Heiliny Hundsdorfer, Sônia Maria dos Santos, Tobias de Freitas Prando (SEPL)

Cleres Roseli Cristofolli Grande, Dolores Follador, Eziquiel Menta (SEED)

Graciele Lorenzetti, Saionara Bocalon, Micheli Araújo (FUNDEPAR)

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Katia Terezinha Patricio da Silva e Valeria Villa Verde Reveles Pereira - *Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas*

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão Editorial;*

Claudia Ortiz - Revisão de Texto

Ana Rita Barzick Nogueira - Edição de Texto

Stella Maris Gazziero - Tratamento de Imagens capa

APRESENTAÇÃO

O Manual Operativo do Projeto (MOP) tem por objetivo orientar a Secretaria de Estado e Coordenação Geral (SEPL) na gestão do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, bem como as Secretarias Estaduais e Autarquias Públicas envolvidas na implementação dos programas e ações que o integram, tendo em vista os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Empréstimo n.º 8.201-BR firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Estado do Paraná.

Este Manual poderá também ser utilizado como fonte de informação e consulta, e ainda como divulgação do Projeto junto à sociedade. Para tanto, estará disponível no portal www.sepl.pr.gov.br.

Estrutura do Projeto

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná adotará uma abordagem setorial ampla (SWAp),¹ sendo suas ações organizadas em dois componentes: Componente 1, denominado Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, e Componente 2, intitulado Assistência Técnica para Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz.

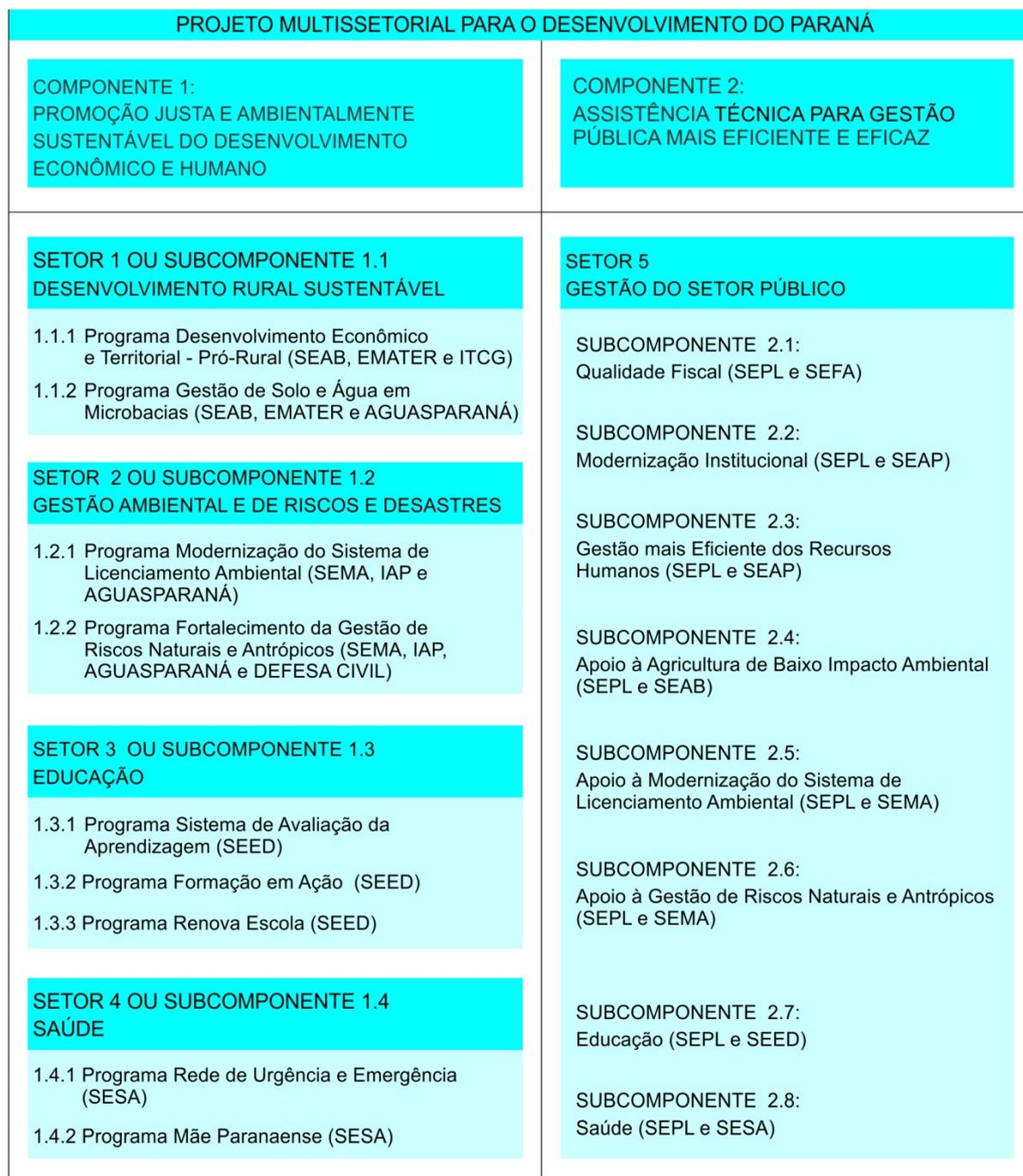
O Componente 1 contempla nove programas com ações finalísticas das Secretarias Estaduais da Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação. Estes Programas estão organizados em quatro setores ou subcomponentes: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, Educação e Saúde.

O Componente 2 contempla ações de apoio técnico e financeiro à implementação do Componente 1 e às atividades de modernização da gestão do setor público, envolvendo também as secretarias de Fazenda, Planejamento, Administração e Previdência, Casa Militar (Defesa Civil) e Casa Civil (Controle Interno). As ações deste Componente estão reunidas no Setor Gestão do Setor Público e organizadas em oito subcomponentes: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional, Gestão Mais Eficiente dos Recursos Humanos, Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental, Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde.

¹ Sector Wide Approach.

Na figura 1 fica evidenciado o organograma do Projeto.

FIGURA 1 - ORGANOGAMA DO PROJETO



FONTE: Project Appraisal Document (PAD) do Banco Mundial, 2012

Estrutura do Manual Operativo do Projeto (MOP)

O Manual Operativo do Projeto (MOP) é composto por cinco volumes, a saber:

- **Volume 1** - traz a descrição do Projeto, esclarecendo o seu escopo de atuação e sua estrutura de abordagem; estrutura gerencial e responsabilidades da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e dos executores; diretrizes para a gestão financeira do programa; mecanismos de desembolso; procedimentos para aquisição de bens e contratação de obras civis ou de serviços; orientações relativas às Salvaguardas Sociais e Ambientais; apresentação da metodologia adotada e dos indicadores definidos para o monitoramento e avaliação dos avanços do Projeto; estratégia de comunicação; custos do Projeto; e Anexos.
- **Volume 2** - constam informações relativas aos Programas (Desenvolvimento Econômico e Territorial e Gestão de Solos e Água em Microbacias) que integram o Setor 1 ou Subcomponente 1.1 (Desenvolvimento Rural Sustentável), cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).
- **Volume 3** - constam informações relativas aos Programas (Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos) que integram o Setor 2 ou Subcomponente 1.2 (Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres), cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA).
- **Volume 4** - constam informações relativas aos Programas (Sistema de Avaliação da Aprendizagem, Formação em Ação e Renova Escola) que integram o Setor 3 ou Subcomponente 1.3 (Educação), cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SEED).
- **Volume 5** - constam informações relativas aos Programas (Rede de Urgência e Emergência e Mãe Paranaense) que integram o Setor 4 ou Subcomponente 1.4 (Saúde), cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

Ressalte-se que todos os volumes são interligados e complementares entre si, e o conjunto destes compõe o Manual Operativo do Projeto.

Estrutura do Volume 4

O Volume 4 do Manual Operativo do Projeto está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, são apresentadas as informações relativas ao Programa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná. No segundo, aquelas correlatas ao Programa Formação em Ação e, no terceiro, as concernentes ao Programa Renova Escola.

Serão abordados os seguintes conteúdos: a) descrição dos programas, identificando-se seus objetivos, metas, área de atuação e público beneficiário; b) detalhamento das ações a serem implementadas; c) estruturas e instrumentos para a gestão e execução do Programa; d) indicadores para o monitoramento e avaliação dos seus resultados; e) custos dos programas.

Sugestões e Atualização

Este Manual pode sofrer atualizações ou modificações durante a execução do Projeto com base: a) no processo de monitoramento e avaliação semestral; b) na revisão de meio termo; c) em sugestões qualitativas dos executores; e d) em instruções e/ou procedimentos acordados com o Agente Financeiro. A Unidade de Gerenciamento do Projeto providenciará a divulgação das adequações a todos os usuários do presente Manual.

As sugestões das Secretarias Estaduais e Autarquias Públicas envolvidas na execução do Projeto deverão ser remetidas à UGP. O acatamento dependerá da coerência e convergência das proposições com os objetivos delineados para os Programas e para o Projeto, e com o objeto do Acordo de Empréstimo. As alterações, serão submetidas à avaliação do Banco Mundial, sendo implementadas aquelas que obtiverem a não objeção.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
AVA	Programa de Avaliação do Rendimento Escolar
BDI	Benefícios e Despesas Indiretas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAA	Coordenação de Articulação Acadêmica
CAF	Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Certidão de Acervo Técnico
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEA	Comissão Especial de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino Superior
CELEPAR	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CES	Coordenação do Ensino Superior
CFC	Coordenação de Formação Continuada
CGC	Condições Gerais de Contratos
CGE	Coordenação de Gestão Escolar
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CND	Certidão Negativa de Débito
CNDT	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONFEA	Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
COR	Coordenação de Orçamento
CPA	Coordenação de Planejamento e Avaliação
CPPALC	Comissão Permanente de Processo Administrativo Licitatório e Contratual
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRF	Certificado de Regularidade do FGTS
CRTE	Coordenação Regional de Tecnologia Educacional
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEB	Departamento de Educação Básica
DEDI	Departamento da Diversidade
DEE	Departamento de Educação especial
DEEIN	Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional
DEPO	Diretoria de Engenharia, Projetos e Orçamentos

DET	Departamento de Educação e Trabalho
DIAF	Diretoria de Administração Financeira
DIPLAN	Diretoria de Informações e Planejamento
DITEC	Diretoria de Tecnologia Educacional
DLE	Departamento de Legislação Escolar
DPTE	Diretoria de Política e Tecnologias Educacionais
DRI	Divisão de Registro de Informação
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EMBAP	Escola de Música e Belas Artes do Paraná
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FAFIPA	Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranavaí
FAFIPAR	Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaguá
FAFIUV	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória
FAP	Faculdade de Artes do Paraná
FECILCAM	Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNDEPAR	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional
GAS	Grupo Administrativo Setorial
GFIP	Guia de FGTS e Informações à Previdência
GFS	Grupo Financeiro Setorial
GMS	Gestão de Materiais, Obras e Serviços
GPS	Grupo de Planejamento Setorial
GRHS	Grupo de Recursos Humanos
GRPS	Guia de Recolhimento da Previdência Social
GTR	Grupo de Trabalho em Rede
IAC	Instruções aos Concorrentes
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISBN	International Standard Book Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEM	Língua Estrangeira Moderna
LOA	Lei Orçamentária Anual
M&A	Monitoramento e Avaliação
MCO	Movimentação de Crédito Orçamentário
MEC	Ministério da Educação
MOP	Manual Operativo do Projeto
MPC	Sistema de Materiais Permanentes e Consumo
NA	Não se Aplica
NEE	Necessidade Educacional Especial
NEM	Nota da Entrega de Materiais
NJA	Núcleo Jurídico da Administração
NRE	Núcleo Regional de Educação
NREA	Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte
PAD	Project Appraisal Document
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
POA	Plano Operativo Anual
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PQE	Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná
PTG	Protocolo Geral
REE	Rede Estadual de Ensino
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica
RVO	Relatório de Verificação de Obras e/ou Serviços
SACIR	Sistema de Acompanhamento Integrado em Rede
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEP	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná
SDP	Solicitação de Proposta
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPL	Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral

SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SICAPE	Sistema de Capacitação dos Profissionais da Educação
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SUDE	Superintendência de Desenvolvimento Educacional
SUED	Superintendência da Educação
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
SWAP	Sector Wide Approach
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TDR	Termo de Referência
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTP	Unidade Técnica do Programa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (SAEP)	14
1 INTRODUÇÃO	14
2 ANTECEDENTES E CONTEXTO	15
2.1 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO PARANÁ	15
2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB).....	18
3 JUSTIFICATIVA	19
4 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ	20
4.1 OBJETIVO GERAL.....	20
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
4.3 ÁREA DE ATUAÇÃO FIGURA 1A.....	20
4.4 PÚBLICO-ALVO.....	21
4.5 BENEFICIÁRIOS FINAIS	21
4.6 AÇÕES E METAS DO PROGRAMA	21
5 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA	22
5.1 ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	22
5.1.1 Estruturação da Coordenação de Planejamento e Avaliação.....	22
5.1.2 Qualificação e Atualização da Equipe Pedagógica das Áreas do Conhecimento e da Equipe da Coordenação de Planejamento e Avaliação.....	23
5.2 ELABORAÇÃO DAS MATRIZES DE REFERÊNCIA.....	23
5.3 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ.....	24
5.4 APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES	25
5.5 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	26
5.6 MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	27
5.7 FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES.....	27
6 GESTÃO DO PROGRAMA	29
6.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	30
6.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA	32

6.2.1	Planos Operativos Anuais (POAs)	32
6.2.2	Outros Instrumentos que Subsidiaram a Gestão do Programa	33
7	MONITORAMENTO	35
8	CUSTOS DO PROGRAMA	38
CAPÍTULO 2 PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO		39
1	INTRODUÇÃO	39
2	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO	40
2.1	OBJETIVO GERAL	40
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	40
2.3	ÁREA DE ATUAÇÃO	40
2.4	PÚBLICO-ALVO	40
2.5	BENEFICIÁRIOS FINAIS	40
2.6	ESTRUTURA DO PROGRAMA	40
2.7	AÇÕES E METAS DO PROGRAMA	41
3	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 1	42
3.1	ANTECEDENTES E CONTEXTO	42
3.2	HISTÓRICO DAS OFICINAS DE 2013 A 2015	46
3.3	OBJETIVO GERAL	47
3.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	47
3.5	ÁREA DE ATUAÇÃO	48
3.6	PÚBLICO-ALVO	48
3.7	BENEFICIÁRIOS FINAIS	48
3.8	AÇÕES DO COMPONENTE 1	48
3.8.1	Planejamento das Oficinas e Definição de Temas	48
3.8.2	Produção e Disponibilização de Materiais de Apoio	49
3.8.3	Inserção no SICAPE e Autorizações para Realização dos Eventos	49
3.8.4	Capacitação e Orientação dos Técnicos dos NREs	50
3.8.5	Orientação das Equipes Diretivas e Pedagógicas das Instituições de Ensino	50
3.8.6	Preparação das Oficinas Descentralizadas	50
3.8.7	Realização das Oficinas Descentralizadas	51
3.8.8	Registro das Participações e Certificação	52
3.8.9	Pagamentos de Despesas de Eventos com Ônus	52

3.9	PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DE BOLSAS AOS PARTICIPANTES DE EVENTOS DE CAPACITAÇÕES COM ÔNUS	52
3.10	FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES	53
3.11	GESTÃO DA EXECUÇÃO DAS OFICINAS.....	55
4	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 2	56
4.1	INTRODUÇÃO	56
4.2	OBJETIVO GERAL.....	57
4.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	57
4.4	ÁREA DE ATUAÇÃO.....	57
4.5	PÚBLICO-ALVO.....	58
4.6	BENEFICIÁRIOS FINAIS	58
4.7	AÇÕES DO COMPONENTE 2	58
4.8	PLANO DE EXECUÇÃO DO PDE	59
4.9	PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PDE.....	65
4.10	PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DE BOLSAS AOS PARTICIPANTES DO PDE.....	65
4.11	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO PDE	66
4.12	FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES DO PDE.....	66
4.13	GESTÃO DO PDE	68
4.13.1	Participação da Sociedade na Gestão do Componente 2	71
5	SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS EXIGIDAS PELO BANCO MUNDIAL	73
6	GESTÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO	74
6.1	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA	75
6.1.1	Planos Operativos Anuais (POAs)	75
6.1.2	Outros Instrumentos que Subsidiem a Gestão do Programa	76
7	MONITORAMENTO	78
8	CUSTOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO	84
CAPÍTULO 3 PROGRAMA RENOVA ESCOLA		85
1	ANTECEDENTES E CONTEXTO	85
2	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA	86
2.1	OBJETIVO GERAL.....	86

2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	86
2.3	ÁREA DE ATUAÇÃO.....	86
2.4	PÚBLICO-ALVO	86
2.5	PÚBLICO BENEFICIÁRIO	86
2.6	ESTRUTURA DO PROGRAMA	86
2.6.1	Componente 1: Ampliação e/ou Adequação de Ambientes Escolares.....	87
2.6.2	Componente 2: Recuperação e Reparos de Prédios Escolares.....	87
2.6.3	Componente 3: Aquisição de Equipamentos e Mobiliários Escolares.....	87
2.7	AÇÕES E METAS ANUAIS DO PROGRAMA	87
3	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 1 DO PROGRAMA	89
3.1	BENEFICIÁRIOS FINAIS	89
3.2	ÁREA DE ATUAÇÃO.....	89
3.3	PROCEDIMENTOS PARA A PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	89
3.4	PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS.....	91
3.4.1	Início da Demanda.....	92
3.4.2	Inserção de Documentos Técnicos de Engenharia e Validação da Solicitação.....	92
3.4.3	Validação e Priorização da Solicitação pelo Núcleo Regional de Educação.....	93
3.4.4	Análise, Validação Documental e Priorização da Obra	93
3.4.5	Informação de Elegibilidade.....	93
3.4.6	Elaboração dos Elementos Técnicos de Engenharia	93
3.4.7	Anuência e Envio para Indicação Orçamentária.....	94
3.5	FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 1 – AMPLIAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES.....	95
3.6	GESTÃO DO COMPONENTE 1	97
4	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 2 DO PROGRAMA	98
4.1	BENEFICIÁRIOS FINAIS	98
4.2	ÁREA DE ATUAÇÃO.....	98
4.3	PROCEDIMENTOS PARA PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	98
4.4	PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES NOS PRÉDIOS ESCOLARES	100
4.4.1	Iniciar a Demanda.....	102
4.4.2	Inserção de Documentos Técnicos de Engenharia e Validação da Solicitação ...	102
4.4.3	Validação e Priorização da Solicitação pelo Núcleo Regional de Educação.....	102

4.4.4	Análise, Validação Documental e Priorização da Obra	102
4.5.5	Informação de Elegibilidade.....	103
4.5.6	Ratificação da Necessidade pela Diretoria de Projetos e Engenharia - DEPO	103
4.5.7	Anuência e Envio para Indicação Orçamentária.....	103
4.5	FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 2 – RECUPERAÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS ESCOLARES.....	104
5	ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO	107
6	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 3 DO PROGRAMA	108
6.1	BENEFICIÁRIOS FINAIS	108
6.2	ÁREA DE ATUAÇÃO.....	108
6.3	PROCEDIMENTOS PARA A PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	108
6.4	PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO.....	109
6.5	FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 3 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES	109
6.6	GESTÃO DO COMPONENTE 3.....	111
7	GESTÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA.....	112
7.1	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA	113
7.1.1	Planos Operativos Anuais (POAs)	113
7.1.2	Outros Instrumentos que Subsidiem a Gestão do Programa	114
8	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES DO ESTADO.....	116
9	MONITORAMENTO.....	117
10	CUSTOS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA	120
CAPÍTULO 4 GESTÃO DOS PROGRAMAS DA SEED		121
1	GESTÃO DOS PROGRAMAS DA SEED.....	121
REFERÊNCIAS		122
CAPÍTULO 1 PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (SAEP).....		18
1	INTRODUÇÃO	18
2	ANTECEDENTES E CONTEXTO.....	19
2.1	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO PARANÁ	19
2.2	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)	22
3	JUSTIFICATIVA.....	23
4	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ	24

4.1	OBJETIVO GERAL.....	24
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
4.3	ÁREA DE ATUAÇÃO	24
4.4	PÚBLICO-ALVO	25
4.5	BENEFICIÁRIOS FINAIS	25
4.6	AÇÕES E METAS DO PROGRAMA.....	25
5	DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA.....	26
5.1	ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	26
5.1.1	ESTRUTURAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	26
5.1.2	QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E DA EQUIPE DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	27
5.2	ELABORAÇÃO DAS MATRIZES DE REFERÊNCIA	27
5.3	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ	28
5.4	APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES.....	29
5.5	DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.....	30
5.6	MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	31
5.7	FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES	31
6	GESTÃO DO PROGRAMA	33
6.1	PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	35
6.2	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA	36
6.2.1	PLANOS OPERATIVOS ANUAIS (POAS)	36
6.2.2	OUTROS INSTRUMENTOS QUE SUBSIDIAM A GESTÃO DO PROGRAMA	37
7	MONITORAMENTO	39
8	CUSTOS DO PROGRAMA.....	42
	CAPÍTULO 2 PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO	43
1	INTRODUÇÃO	43
2	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO.....	44
2.1	OBJETIVO GERAL.....	44
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	44
2.3	ÁREA DE ATUAÇÃO	44
2.4	PÚBLICO-ALVO	44
2.5	BENEFICIÁRIOS FINAIS	44
2.6	ESTRUTURA DO PROGRAMA	44
2.7	AÇÕES E METAS DO PROGRAMA.....	45
3	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 1.....	46

3.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO.....	46
3.2 HISTÓRICO DAS OFICINAS DE 2013 A 2015.....	50
3.3 OBJETIVO GERAL.....	51
3.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	51
3.5 ÁREA DE ATUAÇÃO	52
3.6 PÚBLICO-ALVO	52
3.7 BENEFICIÁRIOS FINAIS	52
3.8 AÇÕES DO COMPONENTE 1	52
3.8.1 PLANEJAMENTO DAS OFICINAS E DEFINIÇÃO DE TEMAS.....	52
3.8.2 PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE APOIO.....	53
3.8.3 INSERÇÃO NO SICAPE E AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS	53
3.8.4 CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS TÉCNICOS DOS NRES.....	54
3.8.5 ORIENTAÇÃO DAS EQUIPES DIRETIVAS E PEDAGÓGICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	54
3.8.6 PREPARAÇÃO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS.....	54
3.8.7 REALIZAÇÃO DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS.....	55
3.8.8 REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES E CERTIFICAÇÃO.....	56
3.8.9 PAGAMENTOS DE DESPESAS DE EVENTOS COM ÔNUS.....	56
3.9 PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DE BOLSAS AOS PARTICIPANTES DE EVENTOS DE CAPACITAÇÕES COM ÔNUS.....	56
3.10 FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES	57
3.11 GESTÃO DA EXECUÇÃO DAS OFICINAS.....	59
4 DETALHAMENTO DO COMPONENTE 2.....	60
4.1 INTRODUÇÃO	60
4.2 OBJETIVO GERAL.....	61
4.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	61
4.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	61
4.5 PÚBLICO-ALVO	62
4.6 BENEFICIÁRIOS FINAIS	62
4.7 AÇÕES DO COMPONENTE 2	62
4.8 PLANO DE EXECUÇÃO DO PDE.....	63
4.9 PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PDE.....	69
4.10 PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DE BOLSAS AOS PARTICIPANTES DO PDE..	69
4.11 CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO PDE	70
4.12 FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES DO PDE	70
4.13 GESTÃO DO PDE.....	72
4.13.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO DO COMPONENTE 2	75

5	SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS EXIGIDAS PELO BANCO MUNDIAL	77
6	GESTÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO	78
6.1	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA	79
6.1.1	PLANOS OPERATIVOS ANUAIS (POAS)	79
6.1.2	OUTROS INSTRUMENTOS QUE SUBSIDIAM A GESTÃO DO PROGRAMA	80
7	MONITORAMENTO	82
8	CUSTOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO	88
CAPÍTULO 3 PROGRAMA RENOVA ESCOLA		89
1	ANTECEDENTES E CONTEXTO	89
2	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA	90
2.1	OBJETIVO GERAL	90
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	90
2.3	ÁREA DE ATUAÇÃO	90
2.4	PÚBLICO-ALVO	90
2.5	PÚBLICO BENEFICIÁRIO	90
2.6	ESTRUTURA DO PROGRAMA	90
2.6.1	COMPONENTE 1: AMPLIAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES ...	91
2.6.2	COMPONENTE 2: RECUPERAÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS ESCOLARES	91
2.6.3	COMPONENTE 3: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES ..	91
2.7	AÇÕES E METAS ANUAIS DO PROGRAMA	91
3	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 1 DO PROGRAMA	93
3.1	BENEFICIÁRIOS FINAIS	93
3.2	ÁREA DE ATUAÇÃO	93
3.3	PROCEDIMENTOS PARA A PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	93
3.4	PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS	95
3.4.1	INÍCIO DA DEMANDA	96
3.4.2	INSERÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E VALIDAÇÃO DA SOLICITAÇÃO	96
3.4.3	VALIDAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO PELO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO	97
3.4.4	ANÁLISE, VALIDAÇÃO DOCUMENTAL E PRIORIZAÇÃO DA OBRA	97
3.4.5	INFORMAÇÃO DE ELEGIBILIDADE	97
3.4.6	ELABORAÇÃO DOS ELEMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA	97
3.4.7	ANUÊNCIA E ENVIO PARA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	98
3.5	FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 1 – AMPLIAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES	99
3.6	GESTÃO DO COMPONENTE 1	101

4	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 2 DO PROGRAMA	102
4.1	BENEFICIÁRIOS FINAIS	102
4.2	ÁREA DE ATUAÇÃO	102
4.3	PROCEDIMENTOS PARA PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	102
4.4	PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES NOS PRÉDIOS ESCOLARES 104	
4.4.1	INICIAR A DEMANDA	106
4.4.2	INSERÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E VALIDAÇÃO DA SOLICITAÇÃO.....	106
4.4.3	VALIDAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DA SOLICITAÇÃO PELO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO.....	106
4.4.4	ANÁLISE, VALIDAÇÃO DOCUMENTAL E PRIORIZAÇÃO DA OBRA.....	106
4.5.5	INFORMAÇÃO DE ELEGIBILIDADE.....	107
4.5.6	RATIFICAÇÃO DA NECESSIDADE PELA DIRETORIA DE PROJETOS E ENGENHARIA - DEPO 107	
4.5.7	ANUÊNCIA E ENVIO PARA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	107
4.5	FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 2 – RECUPERAÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS ESCOLARES.....	108
5	ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO	111
6	DETALHAMENTO DO COMPONENTE 3 DO PROGRAMA.....	112
6.1	BENEFICIÁRIOS FINAIS	112
6.2	ÁREA DE ATUAÇÃO	112
6.3	PROCEDIMENTOS PARA A PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO	112
6.4	PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO	113
6.5	FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 3 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES.....	113
6.6	GESTÃO DO COMPONENTE 3.....	115
7	GESTÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA.....	116
7.1	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA	117
7.1.1	PLANOS OPERATIVOS ANUAIS (POAS)	117
7.1.2	OUTROS INSTRUMENTOS QUE SUBSIDIAM A GESTÃO DO PROGRAMA	118
8	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES DO ESTADO.....	120
9	MONITORAMENTO	121
10	CUSTOS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA.....	124
	CAPÍTULO 4 GESTÃO DOS PROGRAMAS DA SEED.....	125
1	GESTÃO DOS PROGRAMAS DA SEED	125
	REFERÊNCIAS.....	126

CAPÍTULO 1

PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (SAEP)

1 INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Paraná tem como meta a avaliação de rendimento escolar nos anos finais do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM). O objetivo é subsidiar cada instituição escolar com dados e informações necessários não apenas aos seus direcionamentos pedagógicos, mas também ao processo de ensino-aprendizagem.

Conhecer o ensino é fundamental para a orientação de novas políticas públicas para a Educação e a busca constante de melhoria da qualidade do ensino. O monitoramento do sistema educacional tem um papel central estratégico, na medida em que possibilita um aporte de informações e pode subsidiar o aperfeiçoamento de programas e projetos com novas intervenções para a promoção de equidade e efetividade.

Refletir sobre a realidade educacional paranaense implica um sistemático e bem orientado investimento na qualidade do ensino, considerando suas diversas dimensões, tais como: condições de funcionamento das escolas, capacitação e valorização profissional, desenvolvimento e gerenciamento de políticas públicas educacionais, implementação de práticas educacionais eficientes que promovam o efetivo desenvolvimento do conhecimento e do saber, o fortalecimento da cultura escolar, entre outras.

Vive-se um momento no qual a avaliação, sobretudo sistemas de avaliação externos à escola, não deve ser mais vista como um artefato de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia, mas sim como um processo fundamental para a administração do ensino como condição para a melhoria da educação, aprendizagem e pesquisa, exigências de uma sociedade democrática.

A adoção de um sistema de avaliação torna-se importante para o diagnóstico e para as tomadas de decisão no espaço escolar. Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de ações que busquem o aprofundamento do conhecimento na escola e a melhoria da qualidade do ensino.

Pensando então na dinamicidade e na realidade dos contextos escolares envolvidos, o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) deve levar os agentes escolares a reflexões sobre o aperfeiçoamento dos espaços educacionais, fornecendo-lhes dados importantes para a construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, visando a uma melhor definição da identidade, autonomia, missão e objetivos institucionais, a partir de princípios democráticos e participativos, baseados no envolvimento da comunidade escolar para a melhoria da instituição de ensino.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) é uma construção coletiva que, além de subsidiar cada instituição escolar com dados e informações necessários aos novos rumos pedagógicos, também dará suporte à reflexão de suas ações, no tocante ao ato de ensinar, aprender e avaliar.

2 ANTECEDENTES E CONTEXTO

2.1 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO PARANÁ

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) desenvolveu entre 1995 e 2002 o Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Paraná, vinculado, no início, ao Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná (PQE), financiado pelo Banco Mundial. O Paraná iniciava, naquele período, sua primeira experiência de avaliação em larga escala, aliado ao esforço nacional do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), uma das mais importantes iniciativas do Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), implantado em 1991.

A implantação do Programa de Avaliação do Rendimento Escolar (AVA) no ensino público do Estado do Paraná teve início em 1995, com avaliações anuais nos quatro primeiros anos, e passou por uma reestruturação metodológica após 1998, tornando-se bianual até 2002, quando ocorreu a última aplicação.

Avaliações como as da AVA têm como foco o sistema escolar como um todo e não o aluno em particular. O interesse é verificar até que ponto as escolas, tanto individualmente quanto em conjunto, dentro de um município, de um Núcleo ou do Estado, estão tendo êxito ao ensinar os conteúdos e habilidades de cada disciplina.

Os objetivos do Programa de Avaliação do Rendimento Escolar (AVA) eram:

- Medir o desempenho dos alunos da Educação Básica da rede pública de ensino em competências, habilidades e conteúdos estabelecidos na legislação em vigor e no currículo básico para a escola pública do Estado do Paraná;
- Obter dados sobre as escolas, os alunos, os professores e os gestores escolares, para contextualizar os desempenhos alcançados pelos alunos e subsidiar estudos e pesquisas;
- Subsidiar a Secretaria de Estado da Educação e órgãos municipais na tomada de decisões quanto à política educacional a ser seguida;
- Fornecer às equipes técnico-pedagógicas das escolas dados e informações que possibilitem articular os resultados da avaliação com:
 1. o planejamento escolar;
 2. a formação continuada dos professores;
 3. o estabelecimento de metas de gestão para cada escola;

Promover o desenvolvimento da cultura de avaliação orientada para a melhoria do sistema educacional.

O quadro 1 apresenta a organização do AVA no período 1995-2002.

QUADRO 1 - ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR (AVA)

ANO	SÉRIE/ NÍVEL	DISCIPLINA	TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE ESCOLAS
1995	4. ^a série EF	Língua Portuguesa e Matemática	112.000	1.900
1996	8. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia	102.000	1.800
	2. ^a série EM	Língua Portuguesa e Matemática	61.000	
1997	4. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	138.000	3.400
	8. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	104.000	
1998	4. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	93.000	2.600
	8. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	157.000	
2000	4. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	142.000	2.800
	8. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	128.000	
2002	4. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	134.000	3.200
	8. ^a série EF	Língua Portuguesa, Matemática e Ciências	115.000	
	3. ^a série EM	Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Física e Química	64.000	

FONTE: Relatório Final – Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná

Depois da reestruturação, o Programa passou por um processo de aprimoramento em vários aspectos, conforme descrito no quadro 2.

QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DO AVA NOS PERÍODOS 1995-1998 E 2000-2002

continua

CARACTERIZAÇÃO	1995 a 1998	2000 e 2002
Escolas envolvidas	Escolas estaduais, municipais e particulares que aderiram ao Programa, segundo critérios estabelecidos para cada evento de avaliação.	Escolas estaduais e municipais que aderiram ao Programa com o mínimo de 50 alunos na série a ser avaliada, mais uma amostra representativa de escolas com menos de 50 alunos por série.
Provas	30 questões por série e disciplina, diferentes para cada turno, abrangendo as áreas curriculares, tais como explicitadas nas matrizes de referência. Em 1998 as provas tiveram 40 questões.	26 modelos de provas por disciplina, cada um contendo três blocos de 13 itens, o que corresponde a 39 itens por aluno, em cada disciplina. Permite a cobertura das áreas curriculares de forma ampla.
Elaboração das provas	Provas elaboradas por professores da rede pública estadual, atuantes nas séries objeto da avaliação, acompanhados por um representante dos departamentos de Ensino Fundamental e Médio da SEED, sob a coordenação de um consultor de Instituição de Ensino Superior (IES) e com assessoria da Fundação Carlos Chagas.	Equipe de consultores internacionais, nacionais e paranaenses das IES.
Instrumentos utilizados	Provas objetivas e de produção escrita; Questionário da escola; Questionário do professor; Questionário do aluno.	Provas objetivas orientadas pela TRI e de produção escritas; Questionário da escola; Questionário do professor; Questionário do aluno.

QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DO AVA NOS PERÍODOS 1995-1998 E 2000-2002

conclusão

CARACTERIZAÇÃO	1995 a 1998	2000 e 2002
Operacionalização	<p>Envolvimento das equipes técnicas da SEED/equipe de avaliação e dos NRE.</p> <p>Aplicação feita por professores de outras disciplinas e séries, que também corrigiam as redações e provas para obterem os primeiros resultados.</p> <p>Material foi impresso em gráficas contratadas.</p> <p>Apoio de informática da CELEPAR e distribuição das provas, manuais e questionários, bem como retorno dos cartões, assegurados pelo Correio.</p>	<p>A avaliação foi coordenada pela equipe de avaliação da SEED e executada pela Universidade Federal do Paraná (Comissão Central do Vestibular), a qual se responsabilizou pela impressão do material, distribuição e aplicação das provas, bem como pela leitura dos cartões-resposta.</p> <p>Em 2000 os aplicadores foram externos, selecionados pela UFPR, e podiam ser professores de outras disciplinas e que trabalhassem em outra escola.</p> <p>Em 2002 os aplicadores eram professores da escola, mas de outras disciplinas e séries não avaliadas. Os pais dos alunos eram os fiscais da aplicação.</p>
Aplicação das provas	<p>1995 a 1998 - os alunos foram organizados na sala de aula de forma a compor no mínimo 30 alunos. Cada grupo de 10 fazia a prova de uma disciplina. Havia um único dia de aplicação, com os dias anteriores sendo utilizados para a preparação e organização da escola.</p> <p>1998 - foi feita uma semana de avaliação, com três dias de aplicação e dois de preparação. As provas permaneciam nas escolas para análise.</p>	<p>Cada aluno fez prova de uma disciplina (Língua Portuguesa, Matemática, ou Ciências), de forma a garantir a fidedignidade do resultado por escola.</p> <p>Os alunos permaneceram na própria turma.</p> <p>Todas as provas foram recolhidas e encaminhadas à SEED.</p>
Análise dos resultados	<p>A partir do processamento, foi aplicada a análise estatística pela Teoria Clássica, que avalia a porcentagem de acertos dos alunos.</p> <p>Foram feitas análises em relação aos erros mais frequentes, localizando os pontos fracos da proposta curricular.</p>	<p>Utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que insere o resultado dos alunos em uma escala, permitindo a comparação dos resultados de um ano para outro, assim como o resultado de outras aplicações (Ex.: SAEB).</p>

FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa - SEED (2012)

Os resultados alcançados foram divulgados por meio de:

- Boletim da Escola;
- Cadernos AVA – Análise Pedagógica de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências;
- Relatório Geral;
- Análise do Desempenho em função das características dos alunos e das escolas;
- Análise Comparativa do Desempenho dos alunos de 4.^a e 8.^a séries;
- Análise da Produção Escrita dos alunos;
- Análise dos procedimentos utilizados pelos alunos na resolução das questões em Matemática.

O Sistema foi descontinuado em 2003 e, desde então, a Rede Estadual de Ensino (REE) não dispõe de informações próprias de evolução da aprendizagem dos alunos, a não ser a avaliação individual conduzida pelo próprio professor em sala de aula. Assim, a análise de carências de aprendizado e proficiência dos alunos da REE tem se baseado em resultados obtidos e divulgados no âmbito da Prova Brasil e do ENEM, definidos pelo INEP/MEC.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)

O Sistema de Avaliação da Educação Básica é composto por duas avaliações complementares.

A primeira, denominada Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), abrange, de maneira amostral, os estudantes das redes públicas e privadas do país localizados na área rural e urbana e matriculados no 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental e no 3.º ano do Ensino Médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada unidade da Federação, região e ao Brasil como um todo. Por manter as mesmas características, a ANEB recebe o nome de SAEB em suas divulgações.

A segunda, denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), é aplicada de forma censitária a alunos de 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental Público nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, unidade da federação e país, que também são utilizados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

As avaliações que compõem o SAEB são realizadas a cada dois anos, quando são aplicadas provas de Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco em resolução de problemas), além de questionários socioeconômicos, aos alunos participantes. Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários, que coletam dados demográficos, de perfil profissional e de condições de trabalho.

Diferentemente das provas aplicadas pelo professor em sala de aula, a metodologia adotada na construção e na aplicação dos testes do SAEB e Prova Brasil é adequada para avaliar redes ou sistemas de ensino e não alunos individualmente. Os resultados são disponibilizados somente um ano após a aplicação dos testes.

3 JUSTIFICATIVA

A preocupação com a qualidade da Educação Pública no país, e particularmente no Estado do Paraná, remete à premência da implementação do SAEP na medida em que o referido sistema fornece informações necessárias aos gestores para a tomada de decisões e implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria do desempenho escolar. Os resultados obtidos com base nos testes do SAEP e dos questionários do PAIEP fornecerão informações que poderão subsidiar as correções das lacunas evidenciadas e orientar o redirecionamento de recursos técnicos e financeiros para áreas prioritárias da educação pública paranaense. Possibilitará, também, que as escolas promovam ações eficazes, contribuindo nas definições de ações com foco na evolução e na aprendizagem dos alunos a cada ano.

Para assegurar a realimentação e continuidade deste trabalho, pretende-se realizar uma sistemática de avaliação de processo e de resultados com foco na melhoria das instituições escolares, do processo ensino aprendizagem, e conseqüentemente a melhoria dos indicadores educacionais.

A realização do SAEP, no início do ano letivo, para alunos do 6.º ano do Ensino Fundamental (EF) e 1.º ano do Ensino Médio (EM) possibilitará diagnosticar o estágio de aprendizagem desses alunos que ingressam em cada uma dessas etapas de ensino e subsidiar a reformulação do Projeto Político Pedagógico e a prática docente. A avaliação externa, ao final do ano letivo, para alunos do 9.º ano do EF, Educação de Jovens e Adultos (EJA) anos finais, 3.º ano EM e EJA EM, fornecerá informações sobre a evolução do desempenho dos alunos ao final de cada etapa de ensino com a finalidade de subsidiar a definição de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação. Para completar as informações serão realizadas, também, provas em Guarani e Kaingang para alunos de escolas indígenas.

Complementando a avaliação, todos os profissionais das sedes da SEED e dos NRE também responderão a um questionário *online*.

Dessa forma, a realização do SAEP em caráter censitário e os questionários nas três instâncias da rede pública estadual de educação poderá subsidiar a correção de rumos que se fizerem necessários, capazes de contribuir para elevar o padrão de qualidade dos serviços educacionais públicos ofertados no Estado.

4 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ

4.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o rendimento escolar para subsidiar as escolas com informações e dados necessários ao direcionamento pedagógico.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver e implantar um sistema de avaliação, em conformidade com a realidade do Estado;
- Realizar avaliação do rendimento escolar dos alunos;
- Divulgar interna e externamente os resultados das avaliações;
- Estabelecer as referências, no âmbito da Direção e do Conselho Escolar, para a elaboração do Plano de Melhorias (pedagógicas e administrativas), visando ao grau adequado de proficiência e à expectativa de aprendizagem dos alunos;
- Dispor de um sistema que forneça informações sobre o aprendizado de cada aluno, em face dos conteúdos trabalhados nas disciplinas avaliadas, e realizar um contínuo diálogo entre aquilo que se ensina, se aprende e se avalia na sala de aula;
- Disponibilizar dados e informações que sirvam de subsídios à reflexão sobre a prática pedagógica, à luz das Diretrizes Curriculares Estaduais e os Cadernos de Expectativas de Aprendizagem;
- Refletir, com professores e técnicos da Educação, por meio de formação continuada, sobre o aperfeiçoamento dos espaços educacionais, fornecendo dados importantes para a construção e efetivação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola;
- Fornecer subsídios para uma melhor definição da identidade, autonomia, missão e objetivos institucionais, a partir de princípios democráticos e participativos, baseados no envolvimento da comunidade escolar e na melhoria da instituição de ensino.

4.3 ÁREA DE ATUAÇÃO

Escolas da rede pública estadual do Paraná, organizadas em 32 Núcleos Regionais de Educação, no sentido amplo. E também cada turma, nas disciplinas e anos escolares avaliados, na interação do processo de aprendizagem, no sentido estrito.

4.4 PÚBLICO-ALVO

Dirigentes, gestores, alunos e professores da rede pública estadual que atuam no 6.º e 9.º anos do Ensino Fundamental e 1.ª e 3.ª/4.ª séries do Ensino Médio (aproximadamente 5.000 profissionais por ano) e também representantes de pais.

4.5 BENEFICIÁRIOS FINAIS

Professores, técnicos e gestores das escolas públicas estaduais e gestores dos Núcleos Regionais de Educação e da Unidade Central.

4.6 AÇÕES E METAS DO PROGRAMA

No quadro 3 estão descritas as ações e as metas anuais do Programa.

QUADRO 3 - AÇÕES E METAS ANUAIS REALIZADAS E PREVISTAS DO PROGRAMA SAEP

AÇÕES	ATÉ DEZEMBRO 2015		PREVISTO		
	Previsto	Realizado	2016	2017	2018
Estruturação e qualificação da Coordenação de Planejamento e Avaliação	Coordenação de Planejamento e Avaliação instalada com 5 pessoas.	Coordenação de Planejamento e Avaliação instalada com 5 pessoas.	Coordenação de Planejamento e Avaliação instalada com 5 pessoas.	Coordenação de Planejamento e Avaliação instalada com 5 pessoas.	Coordenação de Planejamento e Avaliação instalada com 5 pessoas.
Desenvolvimento e arquitetura do Sistema de Avaliação	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná operando	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná operando	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná operando	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná operando	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná operando
Elaboração das matrizes de referência com base nas Diretrizes Curriculares Estaduais e no Caderno de Expectativas de Aprendizagem	Matrizes de referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas.	Matrizes de referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas.	NA	Elaboração da Matriz de Referência da EJA Elaboração da Matriz de Referência para provas em Guarani Kaingang	NA
Realização de avaliação no início do ano letivo para alunos do 6.º ano EF e 1.ª série EM e ao final do ano letivo para 9.º ano EF e 3.ª/4.ª série EM e EJA anos finais do EF e EM, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.	Avaliação de aproximadamente 500 mil alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	Avaliação de aproximadamente 683.041 alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	NA	Avaliação de alunos do 6.º ano do EF e da 1.ª série do EM no início do ano letivo. Avaliação de alunos do 9.º ano do EF e 3.ª/4.ª séries do EM no final do ano letivo. As duas avaliações incluem alunos do EJA e provas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e ainda nas línguas Guarani e Kaingang para alunos de escolas indígenas	NA
Publicação e divulgação dos resultados	Avaliações publicadas e divulgadas	Avaliações publicadas e divulgadas	Avaliações publicadas e divulgadas	Avaliações publicadas e divulgadas	Avaliações publicadas e divulgadas por meio de boletins dos alunos; revistas físicas e <i>online</i> .

FONTE: UGP/CDG/SEPL

5 DETALHAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

A seguir serão apresentadas as ações a serem executadas no âmbito do Programa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná, bem como as estratégias para a sua implementação.

5.1 ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1.1 Estruturação da Coordenação de Planejamento e Avaliação

A Coordenação de Planejamento e Avaliação (CPA), constituída em 2008, antes parte da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais DPPE, tem por incumbência organizar informações/dados educacionais para subsidiar os diversos setores da SEED, na formulação de políticas públicas e na execução de programas para rede pública estadual. A CPA é responsável por todas as avaliações em larga escala realizadas pelo MEC/INEP.

Em 2012 e 2013 foi responsável pela organização e realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) nas escolas da Rede Pública Estadual. Após a divulgação dos resultados, foram realizadas análises, relatórios, encontros, a fim de subsidiar as escolas na interpretação de seus resultados e auxiliar a tomada de decisões pelos gestores da SEED.

A partir de 2016, a CPA foi incorporada ao Departamento de Educação Básica (DEB) onde tem as seguintes responsabilidades: a) desenvolver o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná em parceria com empresa/instituição contratada; b) estabelecer parcerias e contratos; c) analisar os resultados da avaliação apresentados pela contratada; d) participar dos debates e encontros nacionais de avaliação; e) estabelecer parcerias interinstitucionais com outros sistemas de avaliação de Educação Básica.

A CPA é composta pelos seguintes profissionais:

- 1 graduada em Matemática, mestre em Educação – objeto de pesquisa avaliação em larga escala (coordenadora).
- 1 graduada em Matemática, doutora em Métodos Numéricos.
- 1 graduada em Língua Portuguesa, especialista em Fundamentos da Prática Pedagógica.
- 1 graduada em Biologia, especialista em Tecnologias em Educação e Química Ambiental.
- 1 pedagoga, especialista em Alfabetização e Gestão da Informação.

5.1.2 Qualificação e Atualização da Equipe Pedagógica das Áreas do Conhecimento e da Equipe da Coordenação de Planejamento e Avaliação

Foram realizados, em Curitiba nos meses de março e abril de 2013, dois Seminários de Divulgação de Resultados do SAEP com a participação de pesquisadores das universidades na área de avaliação, tendo como objetivo capacitar a Equipe Pedagógica das Áreas do Conhecimento da SEED e dos NRE, diretores e pedagogos. Também foram realizadas oficinas descentralizadas em oito polos com a participação dos técnicos dos NRE, visando à formação de professores para a análise de resultados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A Equipe da CPA participou das Reuniões da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE), em 2013 e na edição de 18 a 21 de agosto de 2015, na qual apresentou Poster com os resultados do ensino médio no SAEP. Apresentou Poster no VI Congresso Internacional de Avaliação Educacional na Universidade Federal do Ceará realizado em Fortaleza nos dias 5 a 7 de novembro de 2015. Participou do Encontro Regional de Estudantes de Matemática do Sul (EREMATSUL), de 21 a 23 de julho de 2016, no Centro Universitário Campos de Andrade, ministrando minicurso sobre avaliação em larga escala e a utilização dos resultados do SAEP em sala de aula.

O Programa apoia e realiza eventos, tais como: seminários e oficinas sobre avaliação, nas modalidades à distância e presencial, de forma centralizada e descentralizada, visando à qualificação e atualização da equipe pedagógica das áreas do conhecimento, da equipe da Coordenação de Planejamento e Avaliação, como também de professores formuladores de itens. Também possibilita a participação da equipe em missões técnicas e em eventos nacionais de avaliação educacional.

5.2 ELABORAÇÃO DAS MATRIZES DE REFERÊNCIA

As Matrizes de Referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática foram elaboradas pela Coordenação de Currículo do Departamento de Educação Básica, no âmbito da Superintendência de Educação, tendo como base as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a rede pública estadual e os Cadernos de Expectativas de Aprendizagem. As matrizes embasam a estruturação do banco de itens do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná.

Em 2017 serão elaboradas as Matrizes de Referência para elaboração das provas da EJA, bem como de Guarani e Kaingang.

5.3 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ

O Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED), implantou em 2012 o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), com objetivo de fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos gestores escolares um quadro da situação da Educação Básica da rede estadual de ensino e fornecer aos professores informações que subsidiem a prática docente.

Em 2012, foram avaliados os alunos do 9.º ano do Ensino Fundamental e 3.º ano do Ensino Médio. Participaram de forma universalizada todas as escolas da rede estadual de ensino por intermédio da aplicação de instrumentos cognitivos (testes de Língua Portuguesa e Matemática) aos alunos e contextuais (questionários) aos diretores, professores e alunos.

Em seu segundo ano de aplicação, o SAEP se fortaleceu como uma ação fundamental para o acompanhamento e a melhoria do processo ensino-aprendizagem, auxiliando os professores a aprofundarem e refletirem sobre suas práticas, contribuindo com seus pares no constante processo educativo.

Em 2013 a realização da avaliação incluiu o 6.º ano do Ensino Fundamental (EF) e o 1.º ano do Ensino Médio (EM). Tal iniciativa teve o objetivo de diagnosticar o estágio de aprendizagem dos alunos que ingressam em cada nível de ensino, para subsidiar a realimentação do Projeto Político Pedagógico e a prática docente. Já a avaliação ao final do ano letivo no 9.º ano EF e no 3.º ano EM fornece informações sobre a evolução do desempenho dos alunos ao final de cada nível de ensino com a finalidade de subsidiar a definição de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação.

Os questionários contextuais do aluno, do professor e do diretor utilizados no SAEP, contemplaram os principais aspectos da política educacional vigente, com questões sobre fatores intra e extraescolares, além daquelas relacionadas à situação socioeconômica de professores, diretores e alunos. As informações retiradas dos questionários estabeleceram parâmetros de análise que juntamente com as proficiências, complementaram o resultado da avaliação.

Para a aplicação da avaliação do SAEP foram produzidos Instrumentos de Sensibilização e Divulgação como cartazes para destacar a importância da avaliação bem como para divulgar o período de realização nas escolas e demais órgãos públicos ligados à educação; *folders* para a apresentação do SAEP, ou seja, os objetivos do Projeto, quem participaria da avaliação, qual a finalidade, o que seria avaliado, como seria a avaliação e as datas da realização; e vídeos para orientações aos Aplicadores.

Para o desenvolvimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná foi necessária a definição: a) da metodologia; b) da estrutura do banco de itens (elaboração,

sistematização, intercâmbio, estrutura de *software* e *hardware*); c) das responsabilidades da SEED e de instituições parceiras (edição das avaliações, aplicação, etc.); d) das disciplinas avaliadas; e) da forma de integração com municípios; f) da estrutura de divulgação dos resultados; g) da metodologia para a análise dos resultados; e h) da programação para o incremento gradativo do número de disciplinas e de anos escolares avaliados.

Com a finalidade de subsidiar a Coordenação de Planejamento e Avaliação nesse processo de desenvolvimento e implantação do SAEP (nos anos de 2012 e 2013), foi contratado o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob o Contrato n.º 571/2012.

5.4 APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES

A realização da avaliação no início de cada ano letivo, no 6.º ano do Ensino Fundamental (EF) e na 1.ª série do Ensino Médio (EM), possibilita diagnosticar o estágio de aprendizagem dos alunos que ingressam em cada nível de ensino, de modo a subsidiar a realimentação do Projeto Político-Pedagógico, bem como a prática docente. Já a avaliação efetuada no final do ano letivo, para o 9.º ano do Ensino Fundamental e 3.ª série do Ensino Médio, fornece informações referentes à evolução do desempenho dos alunos ao término de cada nível de ensino, com a finalidade de subsidiar a definição de políticas públicas para a melhoria da qualidade da educação.

As avaliações foram aplicadas em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino aos alunos do 6.º e 9.º anos do Ensino Fundamental e 1.ª e 3.ª séries do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Foram realizados três ciclos de avaliação nos anos de 2012 e 2013. No primeiro, em novembro de 2012, e no terceiro, em outubro de 2013, foram aplicadas provas para alunos do 9.º ano do Ensino Fundamental e 3.ª série do Ensino Médio. Em abril de 2013, participaram alunos dos 6.º ano do Ensino Fundamental e 1.ª série do Ensino Médio.

Os dados coletados receberam tratamento e posterior análise nos diferentes níveis: Escola, Proficiência por Disciplina, Anos, Núcleos e Rede Estadual de Ensino. Os relatórios são elaborados para a divulgação dos resultados e trazem as análises dos diferentes níveis.

O Relatório de Avaliação da Escola contém informações de diagnóstico socioeconômico da localidade, resultados comparativos por região e indicação dos resultados obtidos por proficiência e itens para que a escola reflita sobre seu diagnóstico e elabore um plano de melhoria da qualidade da aprendizagem.

A partir de 2017, o SAEP terá a seguinte configuração: avaliação de forma universalizada de todas as escolas da rede estadual de ensino por intermédio da aplicação de instrumentos cognitivos aos alunos. Aplicação de testes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, para os alunos dos 6.º e 9.º anos do EF e anos finais da EJA,

bem como testes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para a 1.^a e 3.^a série regular e EJA do Ensino Médio e alunos do ano de conclusão dos cursos Técnicos Profissionais e de Formação Docente Integrado. Os alunos da EJA farão as provas no final do ano letivo, assim como os alunos do 9.^o ano EF e 3.^a série EM. Na edição de 2017 será incluída a avaliação nas escolas indígenas, com provas em Kaingang e Guarani em substituição à prova de Língua Portuguesa. Uma empresa será contratada, através de processo licitatório, para a execução das avaliações previstas.

Como ação complementar ao SAEP, a SEED aplicará Questionários Contextuais nas três instâncias da rede pública estadual de educação – Escola, Núcleos Regionais de Educação (NRE) e Sede da Secretaria de Estado da Educação (Sede/SEED) e terá como objetivo a construção de um processo de avaliação coletivo, flexível, transparente, consistente e que deve ser conduzido como um processo global, orgânico, sistêmico e contínuo de toda a rede pública estadual.

5.5 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados do Estado, NRE, Unidade Escolar, Turma e Aluno são divulgados no Portal da Educação, com o objetivo de definir ações prioritárias de intervenção voltadas para o processo de melhoria da Educação, além de possibilitar aos gestores escolares um quadro da situação da Educação Básica da rede pública estadual de Ensino e fornecer aos professores informações que subsidiem a prática docente.

A divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), em 2012 e 2013, foi realizada por meio de Oficinas de Divulgação e Análise de Resultados, os quais foram disponibilizados no Portal da Educação. Em 2012, foram encaminhadas, para cada uma das escolas, Revistas Pedagógicas, com os seus resultados. Em 2013 as Revistas foram disponibilizadas no Portal da Educação, para consulta ou impressão.

Para a disseminação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná que será realizado em 2017, estão previstos seminários e oficinas para apresentação, discussão e análise dos mesmos, bem como a realização de eventos que promovam a discussão com a comunidade interna e externa à escola, possibilitando a análise crítica dos resultados observados nos Relatórios e, a partir das reflexões, a proposição do Plano de Melhoria nas Escolas, Núcleos Regionais de Educação e Rede Estadual de Ensino. Os resultados do SAEP serão apresentados por meio de revistas pedagógicas impressas e disponibilizadas *online*, por disciplina, escola, NRE e SEED, contendo os resultados e sugestões de ações a serem desenvolvidas pelos professores, pedagogos, equipe gestora da escola, equipe gestora do NRE e SEED. As revistas destinadas às escolas deverão ser entregues nos 32 NRE, que ficarão responsáveis pela entrega nas escolas.

Será disponibilizado no Portal da Educação o Boletim do Aluno para a escola imprimir e entregar às famílias. Todas as Revistas serão encaminhadas às escolas em versão impressa e também em mídia.

5.6 MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

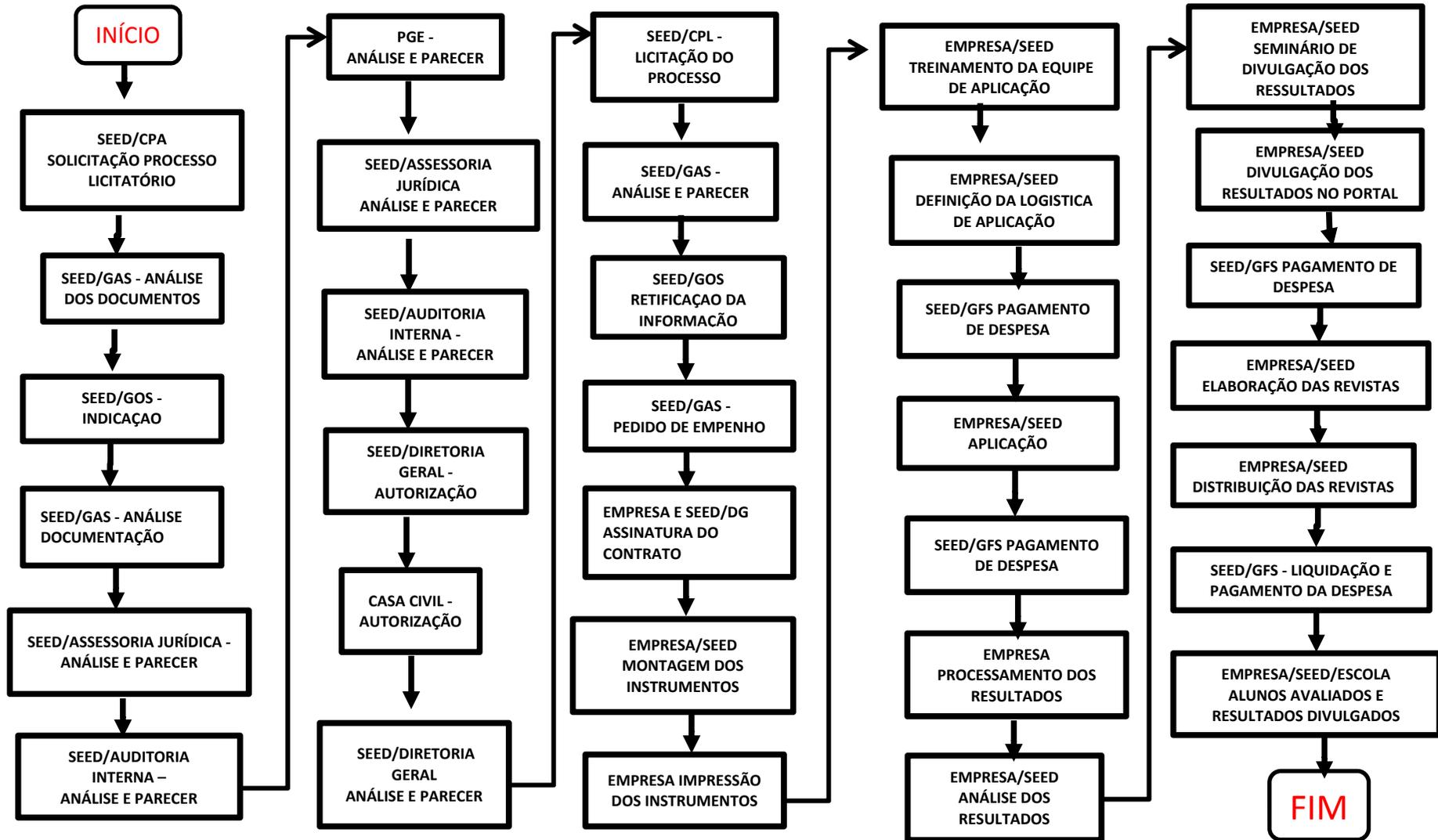
A mobilização da comunidade escolar (pais, professores, alunos e gestores) é de suma importância para apoiar a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná. A leitura dos resultados obtidos e a definição do Plano de Melhorias da Escola devem contar com a participação desses atores.

Serão produzidos materiais para divulgação do Programa (cartazes, vídeos e *folders*) e boletins pedagógicos, além de articulação de trabalho de reflexão com as instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF e Grêmio Estudantil) de cada Unidade Escolar. A produção e impressão do material de divulgação estão previstas no contrato com a empresa/instituição a ser contratada.

5.7 FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES

A figura 1 apresenta o fluxograma operacional das ações previstas no SAEP até 2018, objetivando esclarecer de modo sintético as principais etapas de execução e os responsáveis de cada uma das atividades que serão desenvolvidas.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA OPERACIONAL DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAEP

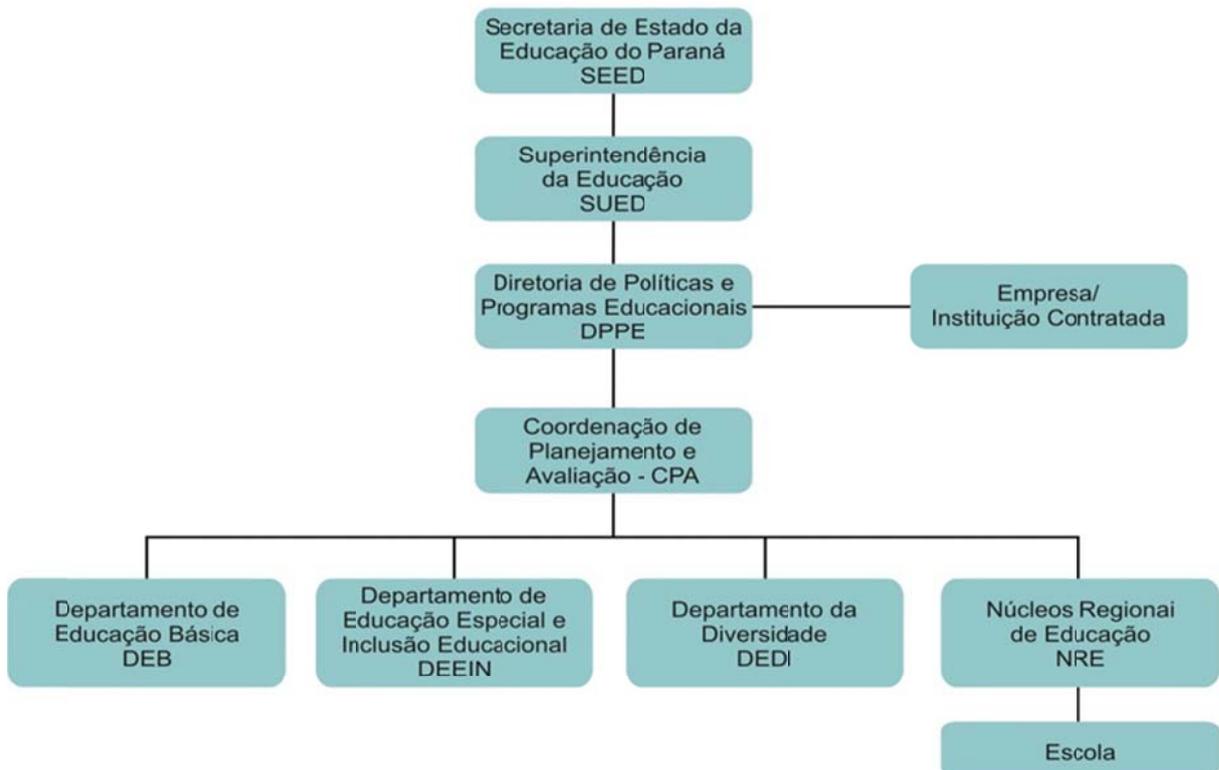


6 GESTÃO DO PROGRAMA

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) é responsável pela coordenação e administração geral da execução do Programa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), que compõe o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

A figura 2A apresenta o arranjo organizacional na época da primeira aplicação do SAEP – 2012 e 2013 – para a gestão e a execução do Programa nos níveis estadual com o envolvimento da Superintendência da Educação, Diretoria de Políticas e Programas Educacionais e Coordenação de Planejamento e Avaliação, além de diversos departamentos regionais – Núcleos Regionais da SEED e locais – escolas.

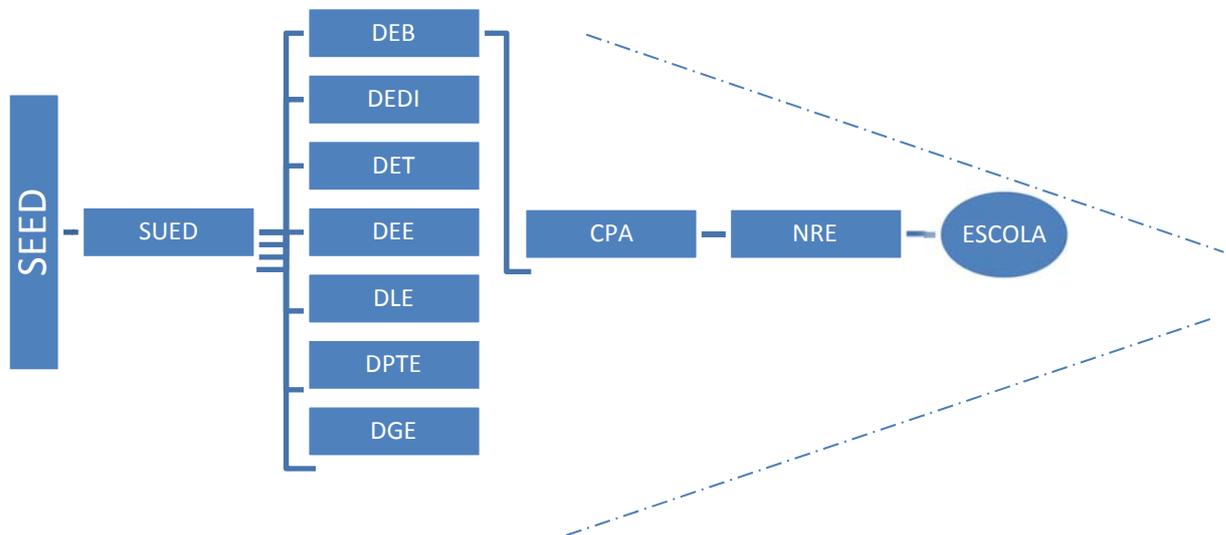
FIGURA 2A - ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO PROGRAMA SISTEMA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa

A figura 2B apresenta o arranjo organizacional a partir de janeiro de 2016, mostrando a CPA já vinculada ao Departamento de Educação Básica (DEB), responsável agora pelo Programa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP).

FIGURA 2B - ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ ATUAL



A seguir, serão apresentadas as responsabilidades de cada uma das instâncias envolvidas na gestão do Programa.

- Superintendência da Educação (SUED)

A SUED administra a política educacional do Estado, buscando garantir a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino. Assim, esta Superintendência terá a responsabilidade de orientar e acompanhar a execução do Programa.

- O Departamento de Educação Básica (DEB)

Este Departamento tem como responsabilidades a formulação, coordenação e execução da política educacional do Estado nas três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), na modalidade da Educação de Jovens e Adultos e na oferta da Educação Integral. O Departamento tem por objetivo garantir o direito à aprendizagem, proporcionando o pleno desenvolvimento do estudante por meio da organização curricular, da formação continuada aos docentes e da produção de materiais pedagógicos. Neste sentido, o DEB é responsável pela gestão do Programa, coordenando a sua execução.

- Coordenação de Planejamento e Avaliação (CPA)

Esta Coordenação está vinculada ao Departamento de Educação Básica e é responsável por executar as ações previstas no Programa.

- Departamento da Diversidade (DEDI) e Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN)

Estes Departamentos participarão das discussões e orientações, bem como acompanharão a elaboração e validação dos itens para montagem das provas,

em parceria com a Equipe de Avaliação, de forma a atender às demandas dos educandos da Rede.

- Núcleos Regionais de Educação (NRE)
Os Núcleos realizarão eventos descentralizados e coordenarão a logística de aplicação das provas nas escolas jurisdicionadas a ele.
- Escolas
Toda a comunidade escolar será envolvida, pois os alunos serão avaliados e os professores, gestores e até mesmo os pais, serão convidados a discutir os resultados das avaliações. Os pais participarão, por meio de seus representantes, no Conselho Escolar.

6.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Toda a comunidade escolar, distribuída nos 32 NRE (mapa 1), participará da implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná e do Programa de Avaliação Institucional da Educação Básica do Paraná, desde a etapa de mobilização até a divulgação dos resultados. Para tanto, é fundamental o envolvimento efetivo das instâncias colegiadas (Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF e Grêmio Estudantil) no Processo Avaliativo.

MAPA 1 - NÚCLEOS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Disponível em: <www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 16/03/2012

6.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA

A seguir, descrevem-se os instrumentos a serem utilizados pelo responsável por planejar e gerir as ações do Programa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), bem como pela Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

6.2.1 Planos Operativos Anuais (POAs)²

Os Planos Operativos Anuais constituem o instrumento norteador do planejamento e a gestão do Programa. Eles têm como base: a) as diretrizes orçamentárias anuais, b) as metas estabelecidas, e c) os indicadores de monitoramento previamente definidos.

Os POAs são elaborados concomitantemente ao processo de programação orçamentária da iniciativa que contempla o Programa, de acordo com as etapas descritas a seguir.

- Etapa 1: Elaboração dos POAs do Programa

O responsável pelo Programa promoverá reuniões com a sua equipe para a elaboração das propostas de POAs. Estas propostas deverão ser elaboradas de acordo com a estrutura apresentada no quadro 4.

QUADRO 4 - ESTRUTURA DOS PLANOS OPERATIVOS ANUAIS DO PROGRAMA SAEP

SETOR DO PROJETO	PGE/ AÇÃO DE AT	RESPONSÁVEL	INICIATIVA	VALOR DAS DESPESAS (R\$ 1,00)			PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS
				Total	Corrente	Capital	
Setor ou Subcomponente de Educação	PGE 5 - SAEP	SEED	3018				

FONTE: Unidade Desenvolvimento do Projeto

- Etapa 2: Aprovação dos POAs do Programa

Estas propostas serão apresentadas à Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para apreciação, seguindo-se a mesma estrutura apresentada no quadro 4. Os POAs do Programa, depois de analisados e aprovados pela UGP, comporão a proposta de POA do Projeto Multissetorial.

A UGP também articulará junto a COP/SEFA a inserção dos Planos do Projeto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais.

Depois de aprovadas as LOAs pela Assembleia Legislativa do Estado a UGP compatibilizará os POAs elaborados aos orçamentos efetivamente aprovados e apresentará ao Comitê Gestor do Projeto para apreciação, análise e aprovação. Posteriormente encaminhará os Planos ao Banco Mundial para a apreciação e a não objeção.

A UGP devolverá ao responsável pelo Programa as versões aprovadas dos POAs.

² Mais detalhes a respeito dos POAs poderão ser obtidos no item 4 do Volume 1, do Manual Operativo do Projeto.

6.2.2 Outros Instrumentos que Subsidiarão a Gestão do Programa

Para dar suporte à gestão do Programa, a UGP e a Unidade Técnica do Programa (UTP) contarão, ainda, com um conjunto de instrumentos, os quais estão relacionados a seguir.

- Relatórios de Acompanhamento e Monitoramento Semestral

A execução das ações previstas no Programa será monitorada constantemente. Não obstante serão elaborados, semestralmente, relatórios de acompanhamento e monitoramento, explicitando o desempenho do Programa quanto ao alcance de indicadores previamente definidos, subsidiando tanto a UGP, no acompanhamento, quanto o responsável pelo Programa, no processo de gerenciamento do mesmo.

Estes relatórios serão consolidados pela UGP tendo em vista informações encaminhadas pelo responsável pelo Programa.

- Planos de Aquisições³

Os Planos de Aquisições serão ferramentas para a programação e acompanhamento dos processos licitatórios decorrentes da execução do Programa.

O Plano de Aquisições será atualizado no mínimo uma vez por ano, ou conforme a necessidade, devendo refletir as reais necessidades de implementação do Projeto e o aperfeiçoamento da capacidade institucional dos executores. A UTP preparará os Planos de Aquisições do Programa referentes ao ano subsequente, em consonância com as propostas incluídas na programação orçamentária anual da SEED e dos demais executores do Programa. Estes serão encaminhados para a Unidade de Gerenciamento do Projeto. Depois de analisados e aprovados pela UGP e também pelo Banco Mundial, estes integrarão o Plano de Aquisições do Projeto Multissetorial.

Os Planos incluirão: a) a lista de bens, obras, serviços e consultorias, identificando a fase em que se encontram (previstos, em processo de licitação, em execução ou concluídos); b) os custos dos contratos ou a estimativa destes; c) as modalidades de licitação conforme o ajustado com o Banco; d) a necessidade de pré-qualificação dos licitantes; e) a identificação quanto à necessidade de revisão prévia do Banco Mundial; e f) o cronograma para a licitação e para o repasse dos recursos financeiros previstos no contrato.

Em janeiro, posteriormente à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano de Aquisições do Programa deverá ser atualizado, tendo em vista os recursos efetivamente orçados.

- Relatórios Financeiros⁴

³ Mais detalhes a respeito dos Planos de Aquisições poderão ser obtidos no item 7 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

O responsável pelo Programa executará o detalhamento dos pagamentos efetuados pelo SIAF referentes aos insumos do projeto dentro do Sistema SIGMAPP. Nestas informações constam os gastos elegíveis, inclusive aqueles financiáveis cujos processos licitatórios foram realizados de acordo com as regras do Banco Mundial.

Estes relatórios serão semestralmente gerados pela UGP, contribuindo para o acompanhamento e gestão financeira do Programa e por sua vez do Projeto Multissetorial.

⁴ Mais detalhes a respeito dos Relatórios Financeiros poderão ser obtidos no item 5 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

7 MONITORAMENTO

O processo de monitoramento pretende contribuir para o aperfeiçoamento da execução e da gestão do Programa, trazendo informações a respeito das ações realizadas e dos resultados alcançados, subsidiando, inclusive, as propostas de correções e ajustes e a prestação de contas da aplicação dos recursos para a sociedade paranaense.

O monitoramento dos Programas integra o Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná elaborado durante a preparação do Projeto e atualizado na Revisão de Meio Termo. Tal Plano consiste no acompanhamento de indicadores previamente acordados com os executores dos Programas. Ao referido instrumento agregam-se os indicadores do Quadro de Resultados e Monitoramento do Projeto, constantes no *Project Appraisal Document* (PAD).⁵ Esse conjunto de indicadores é especialmente acompanhado pela equipe de monitoramento e avaliação do Banco, sendo eles: indicadores de desenvolvimento, indicadores de resultados intermediários e indicadores de desembolso.

Foram identificados cinco indicadores de desenvolvimento, sendo cada um deles relacionado a um setor do Projeto (Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres; Educação; Saúde; e Gestão do Setor Público).

Já os indicadores de resultados intermediários são específicos, sendo cada um relacionado a um dos programas contemplados no Componente 1 ou a uma ação do Componente 2 do Projeto.

Os indicadores de desembolso foram selecionados entre os indicadores de monitoramento e estão relacionados aos repasses de recursos do Banco Mundial ao Estado no âmbito da execução do Componente 1 do Projeto.

O acompanhamento de todos os indicadores comporão os Relatórios Semestrais do Projeto e serão encaminhados pela UGP ao Banco Mundial, sendo estes elaborados a partir das informações encaminhadas pelas instituições envolvidas na execução dos programas e ações.

No quadro 5 estão apresentados o indicador de resultado intermediário relativo ao Programa SAEP e o indicador de desenvolvimento para o Setor de Educação.

E no quadro 6 estão apresentados os indicadores de monitoramento do Programa.

⁵ Documento elaborado durante a preparação do Projeto para fins de avaliação do mesmo pela direção do Banco Mundial.

QUADRO 5 - INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE EDUCAÇÃO E INDICADOR DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO E DE DESEMBOLSO DO SAEP

N.º	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO				MEDIDA DE DESEMPENHO
				Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018	2019	
4	Taxa de sobrevivência do ciclo final do ensino fundamental das escolas do Estado	Percentual	78,4 (2012)	79,20	84,20	106,3	79,60	84,50	85,00	85,5	O indicador é calculado baseado na metodologia UNESCO/WB: Divida o número total de alunos das escolas estaduais pertencentes a um contingente escolar que alcança notas de aprovação no final do ciclo do ensino fundamental pelo número de alunos das escolas estaduais no contingente escolar, ou seja, aqueles originalmente matriculados na primeira série do ciclo final do ensino fundamental, e multiplique o resultado por 100. Calculado com base no método de contingente reconstruído, que usa dados sobre a matrícula e repetentes por dois anos consecutivos. Para o cálculo do indicador serão utilizados os dados do ano anterior.
15	Sistema de avaliação e aprendizagem do aluno operacional	Texto	Nenhum	Quarta avaliação realizada	3 avaliações realizadas e publicadas	75,0	NA	Quarta e quinta avaliações concluídas	NA	NA	Para as avaliações: relatório da SEED incluindo número de escolas, estudantes, resultados, etc. Para publicação: relatório e publicação.

 PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial

 DLI - Indicador de Desembolso

FONTE: UGP/CDG/SEPL

QUADRO 6 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO SAEF

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO			ÓRGÃO/SETOR RESPONSÁVEL	MEDIDA DE DESEMPENHO
		Previsto	Realizado Acumulado	%	2016	2017	2018		
Coordenação de Planejamento e Avaliação (CPA) em funcionamento	Texto	Instalação da CPA: 4 pessoas designadas para constituir o núcleo	Coordenação composta de 5 pessoas	100,0	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	Coordenação composta de 5 pessoas	DEB/SUED	Coordenação em funcionamento
Sistema de Avaliação da Educação Básica operando	Número	1	1	100,0	1	1	1	DEB/SUED	Sistema Operando
Matrizes de referência elaboradas nas duas disciplinas para a avaliação	Número	2	2	100,0	NA	4	NA	DEB/SUED	Até dezembro de 2015: Matrizes de referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas. Para 2017: Elaboração da Matriz de Referência da EJA e Elaboração da Matriz de Referência para provas em Guarani Kaingang
Avaliação anual dos alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	Número	500.000	683.041	136,6	NA	1. 420.000	NA	DEB/SUED	Relatório da SEED incluindo o número de alunos avaliados
Resultados das 8 avaliações publicados e divulgados (IPML)	Número	Divulgação de resultado de 4 avaliações de 2 disciplinas	Divulgação de resultado de 3 avaliações de duas disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados	75,0	NA	Resultados Quarta avaliação	Resultados da Quinta Avaliação	DEB/SUED	Resultados divulgados <i>online</i> e uma cópia digital ou impressa da revista onde foram publicados os resultados

FONTE: UGP/CDG/SEPL

8 CUSTOS DO PROGRAMA

No quadro 7 são apresentados os custos anuais e total previstos para o Programa SAEP, sendo que na previsão levou-se em consideração a programação da iniciativa do PPA 3018 da SEED.

QUADRO 7 - CUSTOS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (SAEP)

SETOR DO PROJETO/PGE	EXECUTOR/ CO-EXECUTOR	METAS FINANCEIRAS PREVISTAS						
		N.º Iniciativa no PPA	ANO 1 (2014)	ANO 2 (2015)	ANO 3 (2016)	ANO 4 (2017)	ANO 5 (2018)	Total do Projeto
Setor Educação/ Programa de Gastos Elegíveis 5	SEED	3018	5.232.800	4.670.000	5.770.000	9.652.800	NA	25.325.600
TOTAL DO SETOR EDUCAÇÃO	SEED	3018 3017 4094	98.316.020	133.650.000	73.042.327	95.509.322	66.713.254	467.230.923

FONTE: UGP/CDG/SEPL

CAPÍTULO 2

PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Entende-se que o avanço dos indicadores que medem a qualidade da Educação está diretamente ligado à efetiva valorização dos professores e técnicos da Educação, com a difusão das melhores práticas pedagógicas. O Programa Formação em Ação tem como propósito a adequada capacitação e formação continuada, além do desafio de suprir a deficiência de abordagem e competências, seja em relação ao uso de ferramentas de ensino-aprendizagem com a proposta pedagógica de cada disciplina, seja ao uso de novas tecnologias.

A iniciativa privilegia duas formas principais de formação: as oficinas e o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), além de outras atividades de formação, como reuniões técnicas, simpósios, seminários, congressos, web conferências, cursos em EAD, entre outras.

A escolha fundamenta-se principalmente nos anseios dos professores, a partir de pesquisas que tiveram como base tanto os dados obtidos nos encontros com professores e gestores do Sistema Regional e Central quanto o resultado das avaliações aplicadas na maioria dos encontros dos profissionais. Verificou-se, então, que os profissionais do Estado solicitavam, em seus cursos de formação continuada, eventos direcionados às várias disciplinas do currículo, além de sugerirem a descentralização dos eventos, em Núcleos ou em suas próprias escolas, para que, desta forma, um número maior de profissionais tivesse oportunidade de participar.

2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

2.1 OBJETIVO GERAL

Promover a formação continuada para professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ofertar formação teórico-metodológica e aperfeiçoamento aos professores e técnicos da Educação;
- Ofertar o PDE aos professores da Rede Estadual;
- Fortalecer e aperfeiçoar o PDE.

2.3 ÁREA DE ATUAÇÃO

O Programa atuará nas escolas de Educação Básica da rede pública estadual e nos 32 Núcleos Regionais de Educação.

2.4 PÚBLICO-ALVO

Professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino.

2.5 BENEFICIÁRIOS FINAIS

Professores e técnicos participantes da formação continuada.

2.6 ESTRUTURA DO PROGRAMA

O Programa apresenta uma estrutura operacional formada por dois componentes:

- Componente 1: Formação teórico-prática dos professores e técnicos da Educação, por meio de oficinas;
- Componente 2: Formação teórico-prática dos professores, envolvendo as ações do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

2.7 AÇÕES E METAS DO PROGRAMA

No quadro 8 são apresentadas as ações e as metas anuais do Programa Formação em Ação.

QUADRO 8 - AÇÕES E METAS ANUAIS REALIZADAS E PREVISTAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

AÇÕES	ATÉ DEZEMBRO DE 2015		PREVISTO		
	Previsto	Realizado	2016	2017	2018
Componente 1: Oficinas					
Realização das oficinas de atualização dos conhecimentos e práticas para professores e técnicos da Educação	5.300 oficinas realizadas	5.623 oficinas realizadas	6.000 oficinas realizadas	6.000 oficinas realizadas	6.000 oficinas realizadas
	60.476 professores participantes	71.686 professores participantes	69.308 professores participantes	69.308 professores participantes	69.308 professores participantes
	26.001 técnicos da Educação participantes	30.069 técnicos da Educação participantes	26.159 técnicos da Educação participantes	26.159 técnicos da Educação participantes	26.159 técnicos da Educação participantes
Componente 2: PDE					
Oferta de vagas para aperfeiçoamento técnico-pedagógico de professores por meio do PDE	8.400 vagas ofertadas no PDE	8.400 vagas ofertadas no PDE	10.400 vagas ofertadas no PDE	10.400 vagas ofertadas no PDE	12.400 vagas ofertadas no PDE
Realização das atividades do PDE	4.030 professores concluintes por intermédio do PDE	6.038 professores concluintes por intermédio do PDE	5.930 professores concluintes por intermédio do PDE	NA	7.689 professores concluintes por intermédio do PDE
Produção científica e didático-pedagógica do PDE	3 cadernos PDE publicados contendo 6.000 artigos e 3 cadernos PDE publicados contendo 6.000 materiais didáticos produzidos	3 cadernos PDE publicados contendo 5.968 artigos e 3 cadernos PDE publicados contendo 6.007 materiais didáticos produzidos	4 cadernos PDE publicados contendo 7.938 artigos e 4 cadernos PDE publicados contendo 7.900 materiais didáticos produzidos	NA	5 cadernos PDE publicados contendo 9.738 artigos e 5 cadernos PDE publicados contendo 9.738 materiais didáticos produzidos

FONTE: UGP/CDG/SEPL

NOTA: As metas de professores e técnicos da Educação participantes em oficinas foram definidas tendo em vista 85% do quadro de pessoal em serviço em 2016. Considerando que há alteração do quadro de pessoal ao longo do tempo e que as oficinas são realizadas no 1.º e no 2.º semestre do ano, foram utilizados para os cálculos os números médios de técnicos e professores em serviço nos meses em que foram realizadas as oficinas.

3 DETALHAMENTO DO COMPONENTE 1

3.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO

Em 2005 e 2006, foram realizados simpósios de grande porte em todas as disciplinas, centralizados e localizados principalmente em Faxinal do Céu (centro de realização de eventos de grande porte, perto de Guarapuava – região centro-sul do Paraná, com infraestrutura necessária para atender à capacitação em grande escala), Curitiba e Foz do Iguaçu. Apesar de os professores participarem positivamente desta modalidade de formação continuada, percebeu-se que não poderia ser a única opção ofertada nas diversas disciplinas, pois ela não atingia todos os profissionais, já que muitos, por motivos particulares ou mesmo de trabalho, não podiam ficar dias fora de sua cidade e havia, ainda, a dispersão da informação, em consequência da grande quantidade de participantes.

Dessa maneira, após pesquisas baseadas em dados obtidos nos encontros com professores e gestores do Sistema Regional e Central, bem como o resultado das avaliações aplicadas na maioria dos encontros dos profissionais, verificou-se que os profissionais do Estado solicitavam, em seus cursos de formação continuada, eventos direcionados às várias disciplinas do Currículo, além de sugerirem a realização descentralizada dos eventos, nos Núcleos ou em suas próprias escolas, para que um número maior de profissionais tivesse oportunidade de participar.

Dessa forma, a partir de 2007, a SEED resolveu ofertar uma nova modalidade de formação continuada: as oficinas em todas as disciplinas, na forma de cursos itinerantes, oferecidas nos 32 Núcleos Regionais da Educação (NREs). Essas oficinas, em seus dois primeiros anos, tiveram como docentes os profissionais que trabalhavam no Departamento de Educação Básica (DEB).

Cumprindo a proposta de Política Educacional da SEED, foram apresentados os cursos itinerantes, que se caracterizam por deslocar a equipe técnica da SEED para diferentes NREs e trabalhar *in loco* a formação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento. Como atividades que poderiam possibilitar o aprofundamento teórico de conhecimentos nas áreas, citam-se: a revisão conceitual das Diretrizes Curriculares do Estado, a troca de experiências entre os professores, a produção de novos saberes e de materiais didático-pedagógicos, como também a socialização do conhecimento, com apoio da tecnologia na formação de grupos de trabalho.

Em 2007, participaram dos eventos de “Disseminação da Política Curricular e de Gestão Escolar da SEED/PR” 23.029 profissionais em 22 NREs, com conteúdos e metodologias voltados à prática de sala de aula e embasados nas Diretrizes Curriculares. As oficinas foram destinadas apenas aos professores e pedagogos, com uma carga horária de 16 horas.

Em 2008, foram realizados eventos de disseminação nos 10 NREs restantes, dos quais participaram 23.675 profissionais.

Em 2009, técnicos dos NREs e professores em sala de aula foram os docentes das oficinas dos eventos de disseminação. Nesse ano, a inovação foi a participação, também, dos demais profissionais das escolas: agentes educacionais, inspetores, merendeiras, entre outros, com oficinas voltadas especificamente a eles. Participaram 53.180 profissionais.

Todos esses encontros foram avaliados para que as próximas oficinas pudessem ser ainda mais direcionadas. Concomitantemente, em 2008, o Tribunal de Contas fez uma pesquisa com o intuito de investigar se o conteúdo ofertado nos eventos de formação ia realmente ao encontro dos anseios dos profissionais da Educação e dos alunos.

A pesquisa foi feita *online*, por meio do Portal Dia a Dia Educação, e podia ser respondida por todos os profissionais das escolas e pelos alunos. O resultado foi apresentado em forma de relatório para os dirigentes da SEED. A partir da pesquisa, chegou-se à conclusão de que, além de eventos em suas disciplinas, os professores também queriam conteúdos relacionados à informática, violência nas escolas, avaliação, entre outros, denominados Temas Sociais Contemporâneos.

Nesse sentido, em 2010, as oficinas realizadas nos NREs foram divididas em duas partes, a primeira com conteúdos voltados à disciplina da área de atuação do professor, com 12 horas, e a segunda, voltada aos Temas Sociais Contemporâneos, com 12 horas. Foram elaboradas nesse formato para que o professor pudesse participar das duas ou optar apenas por uma delas. Por esse motivo, o número de participantes aumentou consideravelmente, pois eram dois eventos com os mesmos participantes. Técnicos dos NREs e professores de sala de aula foram os docentes dessas oficinas.

A tabela 1 apresenta os dados de monitoramento do Evento de Disseminação entre 2007 e 2010.

TABELA 1 - OFERTA, INSCRITOS E PARTICIPANTES NAS OFICINAS DE DISSEMINAÇÃO CURRICULAR, NO PERÍODO 2007-2010

ANO	OFERTA (A)	INSCRITOS	PARTICIPANTES (B)	(B)/(A) %
2007	28.974	26.411	23.029	79,4
2008	29.058	26.231	23.675	81,5
2009	80.232	63.140	53.180	66,3
2010	183.492	159.076	143.306	78,1
TOTAL	321.756	274.858	243.190	75,6

FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa - SEED (2012)

Outra conclusão a que chegou o Tribunal de Contas foi a falta de uma pesquisa na qual sejam incluídos todos os profissionais da Educação e os alunos, para direcionar corretamente o Programa de Formação Continuada.

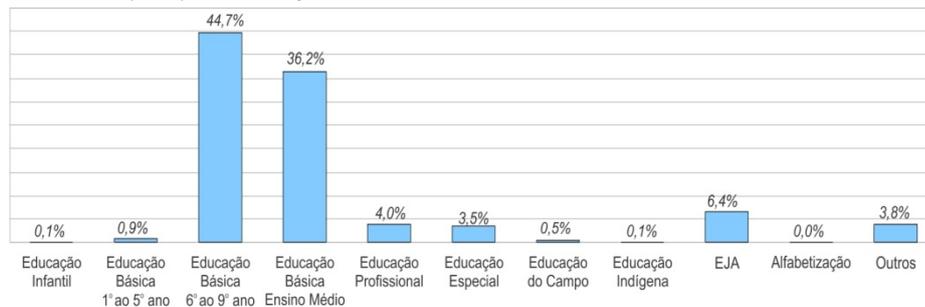
Dessa maneira, em 2010, a Coordenação de Planejamento e Avaliação fez uma pesquisa com os profissionais da Educação, visando "possibilitar aos participantes a indicação de modalidades, temáticas e formas que julgassem necessárias para a Formação Continuada, tendo em vista a realidade local dos entrevistados" (PARANÁ, 2010).

Participaram da pesquisa professores que atuavam em sala de aula e também aqueles que não atuavam, nas diferentes disciplinas e níveis. Ao todo, foram analisados 3.964 instrumentos de pesquisa, respondidos por professores que atuavam em sala de aula, e 2.027 por professores que estavam em outras funções na Educação, na própria Escola, no NRE, na SEED ou em outro local, totalizando 5.991 respostas nos 32 Núcleos Regionais de Educação.

A seguir, as figuras 3 e 4 apresentam o perfil dos respondentes por nível de atuação e disciplina.

FIGURA 3 - PERFIL DOS PROFESSORES POR NÍVEL DE ATUAÇÃO

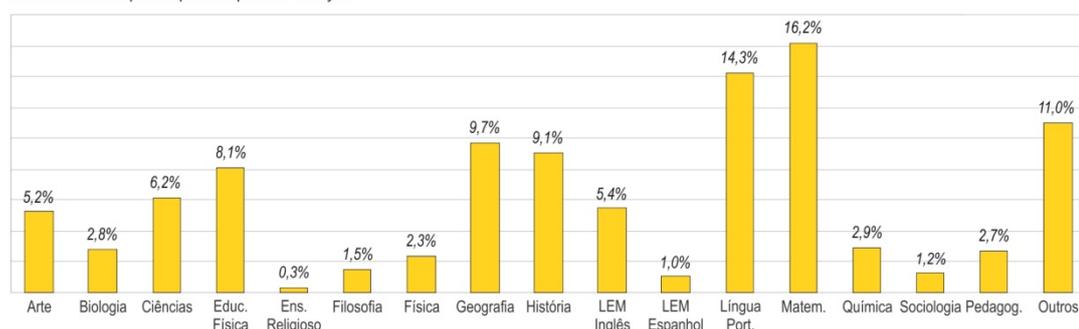
Percentual de respostas por nível de atuação



FONTE: Coordenação de Planejamento e Avaliação - SEED (2010)

FIGURA 4 - PERFIL DOS PROFESSORES POR DISCIPLINA DE ATUAÇÃO

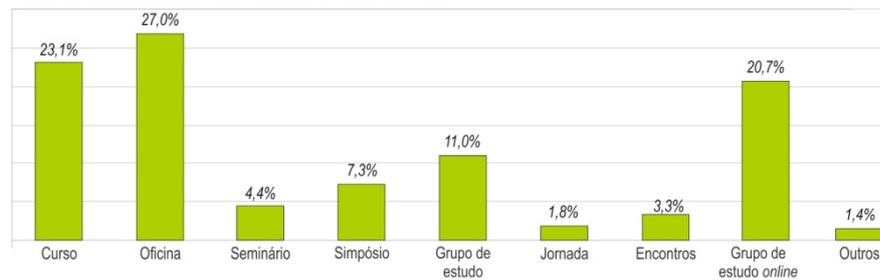
Percentual de respostas por disciplina de atuação



FONTE: Coordenação de Planejamento e Avaliação - SEED (2010)

Entre as modalidades de formação continuada indicadas na consulta, 70% dos professores preferiram a oferta de cursos, oficinas e grupos de estudos *online*, mostrando que a flexibilidade e a objetividade (foco na formação direcionada) no processo de formação são os fatores mais relevantes para os profissionais (figura 5).

FIGURA 5 - PREFERÊNCIA DOS PROFESSORES POR MODALIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA
 Percentual de respostas por modalidade de formação continuada

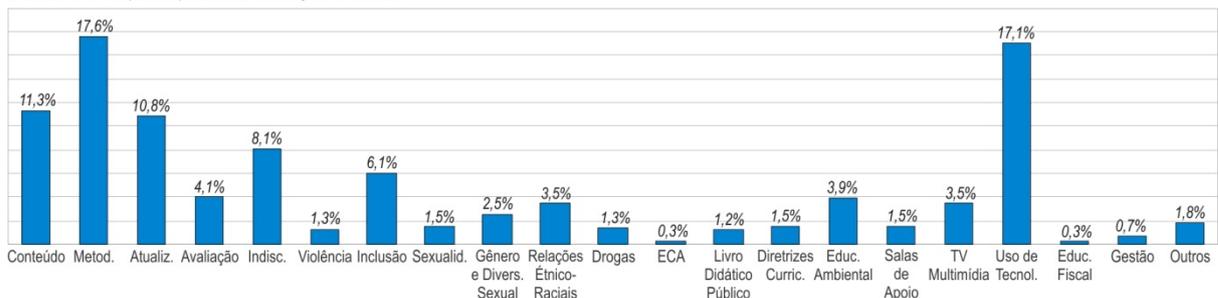


FONTE: Coordenação de Planejamento e Avaliação - SEED (2010)

Quanto ao item de formação continuada mais demandado, a consulta verificou, conforme a figura 6 a seguir, uma concentração de 57% em fatores relacionados à prática de sala de aula, como metodologia, uso de novas tecnologias, conteúdo e atualização.

FIGURA 6 - PREFERÊNCIA DOS PROFESSORES POR TEMÁTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Percentual de respostas por item de formação continuada

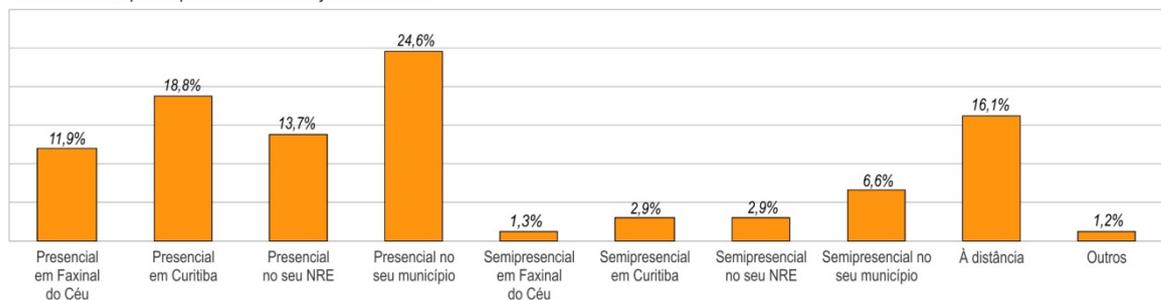


FONTE: Coordenação de Planejamento e Avaliação - SEED (2010)

Finalmente, a figura 7 mostra que para cerca de 2/3 dos consultados a preferência é por eventos descentralizados, realizados na região e município de atuação, ou a distância.

FIGURA 7 - PREFERÊNCIA DOS PROFESSORES POR FORMA DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

Percentual de respostas por forma de realização dos eventos



FONTE: Coordenação de Planejamento e Avaliação - SEED (2010)

Em 2011, foram realizadas oficinas disciplinares da Educação Básica por polo. As oficinas foram realizadas de forma descentralizada em cada Núcleo Regional de Educação, organizadas para as disciplinas da Educação Básica, com o objetivo de possibilitar a troca de experiências entre os professores, proporcionar o conhecimento de metodologias

diferenciadas, proporcionando-lhes subsídios conceituais e metodológicos que possam contribuir com a prática docente, com o intuito de contribuir para o ensino aprendizagem dos alunos em sala de aula.

Em 2012, foram realizadas oficinas de forma descentralizadas em cada Núcleo Regional de Educação, com o objetivo de possibilitar a troca de experiências e proporcionar o conhecimento de metodologias diferenciadas entre professores, proporcionando-lhes subsídios conceituais e metodológicos que possam subsidiar a prática docente, com o intuito de contribuir para o ensino-aprendizagem.

3.2 HISTÓRICO DAS OFICINAS DE 2013 A 2015

Conforme já descrito no item anterior, o Programa Formação em Ação vinha sendo implementado pela SEED antes mesmo de ter sido inserido como um dos Programas de Gastos Elegíveis do Projeto Multissetorial, sendo as suas ações, realizadas a partir de 2013, reconhecidas na prestação de contas do período retroativo à assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Mundial, que se deu em 12/12/2013.

Também vale ressaltar que em abril de 2016 foi realizada a Revisão de Meio Termo do Projeto que propôs a reestruturação do contrato de empréstimo, tendo sido repactuadas metas e estratégias de implementação dos programas e ainda aprovada a dilação do prazo de encerramento do Projeto para 2019.

Assim, a seguir será relatado brevemente como foram realizadas as oficinas do período compreendido entre 2013 e 2015.

Em 2013 as oficinas foram temáticas, sendo realizadas atividades teórico-práticas comuns ao cotidiano da escola, envolvendo todos os funcionários e professores das instituições de ensino. Para tanto, percebeu-se a necessidade de sistematização de materiais para oferecer melhores subsídios aos Núcleos Regionais de Educação e Equipes Diretivas e Pedagógicas das Instituições de Ensino para a realização desses eventos. Também foram reunidas escolas do mesmo município, com o objetivo de: promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem; garantir elevado nível de qualidade na gestão da educação para qualificação de suas ações pedagógicas; e estimular a integração da escola com a comunidade.

Em 2014, as oficinas também envolveram todos os profissionais das instituições de ensino (professores, agentes educacionais, equipes pedagógicas e diretivas) em atividades teórico-práticas, objetivando a reflexão e a promoção de ações pedagógicas sobre os seguintes temas: Educação das Relações Étnico-Raciais (História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Indígena); Educação Ambiental; Educação para o envelhecimento humano

digno e saudável. Para tanto, foi disponibilizada uma série de textos, informativos, vídeos e outros recursos que subsidiaram o desenvolvimento dos trabalhos.

Em 2015, as oficinas descentralizadas visaram ao desenvolvimento de ações e associação ao Programa Minha Escola Tem Ação (META), ao planejamento da SEED, ao Plano de Governo, aos Resultados do SAEP e ao fortalecimento da Gestão Escolar e aprimoramento da qualidade do ensino, tendo os seguintes objetivos: compreender e fomentar as tecnologias no contexto escolar; mobilizar os diferentes agentes que ocupam lugares diversificados na gestão educacional para socialização de experiências, discussão, análise e proposição de estratégias de avaliação dessa oferta; efetivar uma prática pedagógica voltada ao atendimento dos sujeitos da diversidade, fortalecendo as suas identidades e possibilitando visibilidade cultural e consolidação do respeito às diversidades; fortalecer o trabalho colaborativo entre o professor especialista e os professores das disciplinas; elaborar material didático com registro de experiência. As metodologias adotadas para essas oficinas procuraram aliar teoria à prática, tendo como base os materiais elaborados a partir dos temas demandados pelas próprias instituições de ensino, sendo produzidos pelos departamentos da SUED e disponibilizados no portal Dia a Dia Educação.

Os resultados quantitativos (número de oficinas, números de profissionais capacitados) no período de 2013 até 2015 estão apresentados no quadro 8 inserido no tópico 2.7 deste documento.

3.3 OBJETIVO GERAL

Ofertar formação teórico-prática para os professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino, por meio de oficinas.

3.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fomentar a reflexão contínua das Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica, dos conteúdos básicos das disciplinas, do Caderno de Expectativas de Aprendizagem, como também do Plano de Metas da SEED, e sua inter-relação com os Projetos Político-Pedagógicos de cada escola;
- Fornecer subsídios teórico-prático-metodológicos aos coordenadores e técnicos pedagógicos dos NREs para a consolidação da Formação em Ação;
- Fundamentar os técnicos pedagógicos dos NREs quanto às possibilidades de exploração da leitura nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para que estes atuem diretamente na formação dos professores, durante as oficinas da Formação em Ação;
- Oportunizar aos professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino formação teórico-metodológica, como também troca de experiências e avaliação de sua prática educativa.

3.5 ÁREA DE ATUAÇÃO

Escolas da Rede Estadual de Ensino e NRE.

3.6 PÚBLICO-ALVO

Professores e técnicos da Rede Estadual de Ensino.

3.7 BENEFICIÁRIOS FINAIS

Professores e técnicos, participantes das oficinas.

3.8 AÇÕES DO COMPONENTE 1

O Programa apoiará a capacitação e o aperfeiçoamento dos professores e técnicos de forma descentralizada. Para tanto, considerou-se a realidade própria de cada instituição de ensino e NRE, sua autonomia para propor conteúdos e metodologias e para selecionar os docentes das oficinas a serem realizadas em sua região. Dessa maneira, todos os professores do Estado serão beneficiados, pois eles próprios poderão não só sugerir os temas mais pertinentes, como também participar de forma mais efetiva.

Desta forma, há a necessidade de capacitar e fundamentar os técnicos pedagógicos e/ou administrativos dos NREs para que, a partir da análise de resultados das oficinas anteriores, possam avaliar a necessidade de seu grupo de professores e técnicos, optando pela proposta mais adequada à sua realidade.

As oficinas, considerando as particularidades dos NREs, abordarão conteúdos específicos de cada disciplina e relacionados à organização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição de ensino.

A seguir, é descrita cada uma das ações a serem efetuadas.

3.8.1 Planejamento das Oficinas e Definição de Temas

O planejamento das oficinas leva em consideração a realidade local e regional, a abrangência dos NREs (número de municípios e de profissionais), a análise de resultados das oficinas anteriores (evasão, aprovação e reprovação) e as sugestões de professores e técnicos das instituições de ensino quanto aos conteúdos.

Para a identificação das necessidades das instituições de ensino, a DPTE/SUED/SEED envia um link de acesso a um formulário criado no Limesurvey em que

são elencados temas presentes no cotidiano escolar para que os profissionais dessas instituições indiquem aqueles que julgarem de maior relevância para os estudos.

A partir do resultado dessa pesquisa, a Superintendente da SUED organiza uma reunião envolvendo os chefes dos seus Departamentos e dos Grupos Setoriais (GS) da SEED para planejar e definir os temas das oficinas, priorizando-se aqueles mais indicados.

3.8.2 Produção e Disponibilização de Materiais de Apoio

Após decididos os temas, os Departamentos da SUED e os GS da SEED elaboram os conteúdos para as oficinas em formato de texto e audiovisual.

Os materiais elaborados são encaminhados à DPTE/Coordenação de Multimídia para produção (revisão, diagramação, gravação e edição de imagens, etc.).

Posteriormente, os materiais produzidos são reunidos e disponibilizados no Portal Dia a Dia Educação.

3.8.3 Inserção no SICAPE e Autorizações para Realização dos Eventos

Tanto os eventos de capacitação das equipes técnicas pedagógicas dos NREs como as oficinas descentralizadas para a capacitação dos professores e agentes educacionais das instituições de ensino da rede estadual precisam necessariamente estar inseridos no Sistema de Registro de Capacitação dos Profissionais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SICAPE) e serem autorizados para que possam ser realizados.

Para as capacitações ofertadas às equipes técnicas pedagógicas dos NREs a CFC/DPTE/SUED insere os eventos no SICAPE, protocola e solicita autorização ao Diretor da DPTE e da Superintendente da SUED. Quando os eventos acarretam em ônus ao erário, a CFC/DPTE/SUED solicita a autorização do Diretor Geral (DG) da SEED para o custeio das despesas.

Para a realização das oficinas descentralizadas, a CFC/DPTE/SUED insere a proposta pedagógica e replica os eventos para os 32 NREs. Por sua vez, as equipes técnicas dos NREs complementam as informações existentes no Sistema detalhando questões logísticas e operacionais, tais como: número de municípios, período de realização, número de vagas.

As chefias dos NREs realizam o protocolo físico e encaminham pedido de autorização para a realização das oficinas para o Diretor da DPTE e da Superintendente da SUED. Considerando que as oficinas têm sido realizadas diretamente nas instituições de ensino estas não têm gerado custas financeiras. Assim, é desnecessária a solicitação de autorização do DG da SEED.

Depois de recebida a autorização para a realização das oficinas, a CFC/DPTE/SUED solicita à CELEPAR que faça a inscrição dos participantes no SICAPE através de carga automática, tendo como critério a primeira escola à qual o sistema identifica que o professor está vinculado. Posteriormente, os NREs identificam necessidades de adequação nas inscrições e solicitam essas adequações à CFC, que analisa cada caso e atende as necessidades identificadas.

Vale destacar que é ofertada a todos os professores e agentes educacionais I e II da Rede Estadual de Ensino a possibilidade de Formação Continuada por meio da participação em oficinas.

3.8.4 Capacitação e Orientação dos Técnicos dos NREs

É de suma importância que as equipes técnicas dos NREs estejam capacitadas para que possam planejar as oficinas de sua região e atuar diretamente na orientação das equipes diretivas e pedagógicas das instituições de ensino, bem como realizar os devidos registros no SICAPE.

Para isto, estão previstos, no primeiro e segundo semestres de cada ano, eventos de capacitação presenciais em que os representantes dos departamentos da SUED e dos Grupos Setoriais da SEED apresentam a estes técnicos subsídios teórico-metodológicos à consolidação do Programa Formação em Ação e ao desenvolvimento das oficinas descentralizadas.

Para além das formações presenciais, os representantes dos departamentos da SUED e dos Grupos Setoriais da SEED realizam web conferências, objetivando divulgar os materiais produzidos e orientar as equipes técnicas dos NREs na execução das oficinas.

3.8.5 Orientação das Equipes Diretivas e Pedagógicas das Instituições de Ensino

As equipes técnicas dos NREs, devidamente capacitadas, realizam reuniões com as equipes diretivas e pedagógicas das instituições de ensino replicando as orientações que receberam e auxiliando na organização das oficinas.

3.8.6 Preparação das Oficinas Descentralizadas

As equipes diretivas e pedagógicas das instituições de ensino, por sua vez, selecionam e fazem *download* de materiais disponíveis no Portal Dia a Dia Educação que abordem os temas que estão mais próximos das necessidades identificadas em suas instituições e que são possíveis de serem desenvolvidos em um encontro, e organizam as oficinas locais.

3.8.7 Realização das Oficinas Descentralizadas

As oficinas são eventos de capacitação ofertados semestralmente aos professores e agentes educacionais I e II tendo em vista os seguintes objetivos:

- possibilitar a troca de experiência de professores e agentes educacionais;
- proporcionar o conhecimento de metodologias diferenciadas, além de dar subsídios conceituais e metodológicos que possam contribuir com a prática docente e, conseqüentemente, com o ensino e com a aprendizagem dos alunos em sala de aula.

Para promover a participação, esses eventos foram inseridos, a partir de 2012, no calendário escolar, e as inscrições de todos os participantes são realizadas automaticamente no SICAPE, conforme descrito no item 3.8.3.

Os responsáveis pela preparação das oficinas e os locais onde são realizadas vêm sendo alterados ao longo da implementação do Programa Formação em Ação, sempre buscando melhores resultados.

Assim, até 2012 esses eventos eram organizados pelas equipes pedagógicas dos NREs e realizados regionalmente reunindo professores e agentes educacionais dos municípios da área de abrangência dos respectivos núcleos.

A partir de 2013 estes vêm sendo realizados localmente pelas próprias equipes diretivas e pedagógicas das instituições de ensino, respeitando-se o número mínimo de 35 a 40 pessoas, dispensando-se o pagamento de bolsas para viabilizar o deslocamento dos participantes.

Os temas abordados nas oficinas são definidos anualmente levando-se em consideração as demandas levantadas pelas próprias instituições de ensino e o *feedback* dos participantes em edições anteriores. Todo o processo de planejamento das oficinas está descrito no tópico 3.8.1.

Ao longo da implementação do Programa Formação em Ação, a DPTE/SUED vem disponibilizando orientações e materiais de apoio aos responsáveis pela organização das oficinas. Contudo, desde 2014 o processo de elaboração e produção desses materiais foi aprimorado e vem sendo realizado de acordo com o descrito no tópico 3.8.2.

Em síntese, depois de autorizadas, as oficinas são realizadas pelas equipes diretivas e pedagógicas nas próprias instituições de ensino, contando com as orientações das equipes técnicas dos NREs e os materiais disponibilizados no Portal Dia a Dia Educação. Esses eventos obrigatoriamente são inseridos no SICAPE onde as inscrições dos participantes são realizadas automaticamente.

O número de oficinas realizadas, e o número de professores e agentes educacionais capacitados de 2013 até 2015, assim como as metas para 2016, 2017 e 2018 estão apresentados no quadro 8 inserido no tópico 2.7 deste documento.

3.8.8 Registro das Participações e Certificação

Antes do início do evento as equipes pedagógicas das instituições de ensino imprimem fichas de frequência emitidas pelo SICAPE para o registro das participações nas oficinas. Durante o evento são recolhidas as assinaturas dos participantes. Ao final, as equipes diretivas e pedagógicas das instituições de ensino lançam a frequência e as faltas no sistema SICAPE. Também organizam a documentação e encaminham aos NREs.

As equipes técnicas dos NREs recebem a documentação das instituições de ensino, conferem a frequência e encaminham a documentação para a CFC/DPTE/SUED/SEED.

Por sua vez, a CFC/DPTE/SUED realiza a última conferência, confirma a frequência, finaliza o evento e encaminha para certificação.

O GRHS/SEED insere os certificados nas fichas funcionais dos professores e agentes educacionais que são utilizados como critérios para avanços na carreira profissional.

3.8.9 Pagamentos de Despesas de Eventos com Ônus

Conforme já explicitado no tópico 3.8.3, para a realização de eventos com ônus para o Estado, é preciso solicitar a autorização das despesas ao Diretor Geral da SEED que por consequência irá verificar junto ao Grupo Orçamentário Financeiro Setorial (GOFs) se há disponibilidade orçamentária e financeira para a execução dos eventos.

Depois de obtida a autorização e realizadas as oficinas, a CFC/DPTE/SUED/SEED envia ao GOFs cópias de toda a documentação para a execução do pagamento. Este grupo por sua vez ratifica a disponibilidade financeira e executa o pagamento.

No tópico seguinte serão descritos mais detalhadamente os procedimentos para o pagamento de bolsas aos participantes de eventos de capacitações.

3.9 PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO DE BOLSAS AOS PARTICIPANTES DE EVENTOS DE CAPACITAÇÕES COM ÔNUS

Os professores e demais profissionais da Educação, quando participam de eventos de Formação Continuada, dependendo do município de atuação e do município de realização do evento, recebem bolsa-auxílio, a qual está atrelada a sua frequência, de acordo com a resolução vigente na Secretaria de Estado da Educação (SEED). Há a perspectiva de pagamento de bolsas, até o final do contrato de empréstimo com o Banco Mundial.

Para participar de qualquer evento proposto pela SEED, há a necessidade de inscrever o professor ou profissional da escola no SICAPE. Esta inscrição é feita pelos técnicos do SICAPE nas escolas, NREs e departamentos da SEED. Quando as inscrições são finalizadas, o Grupo de Orçamento e Financeiro Setorial (GOFs) gera uma planilha de

projeção de custos, baseando-se no município de atuação de cada participante em relação ao local de realização do evento. É realizada uma pesquisa junto às empresas rodoviárias para definir o cálculo da passagem e, baseado na resolução vigente na SEED, calculam-se hospedagem, alimentação e traslado (táxi). O Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial (GOFs) utiliza esta planilha para posterior pagamento de bolsa-auxílio.

Antes da realização do evento, o proponente deve imprimir as fichas de frequência de cada participante, que são geradas após a inscrição do participante no SICAPE. Estas fichas deverão ser assinadas pelos participantes, por período e dia do evento. O coordenador e os organizadores são responsáveis por conferir as assinaturas, por período, e assinalar falta aos ausentes. Após a finalização do evento, estas fichas, com as fichas do coordenador, organizadores e docentes, mais o relatório de ausentes são encaminhados à CFC/DPTE/SUED, que confere e lança a frequência no SICAPE. Quando a frequência é confirmada são encaminhadas cópias ao GOFs para a efetivação do pagamento de bolsa-auxílio aos participantes do evento.

A figura 8 apresenta um exemplo da planilha do GOFs, na qual estão descritos o valor da bolsa de cada participante, o valor total gasto com bolsa-auxílio e a data de envio ao banco. Os profissionais recebem a bolsa-auxílio em sua conta corrente de pagamento.

FIGURA 8 - PLANILHA COM DADOS RELATIVOS AO PAGAMENTO DE BOLSAS PARA PARTICIPANTES DAS OFICINAS

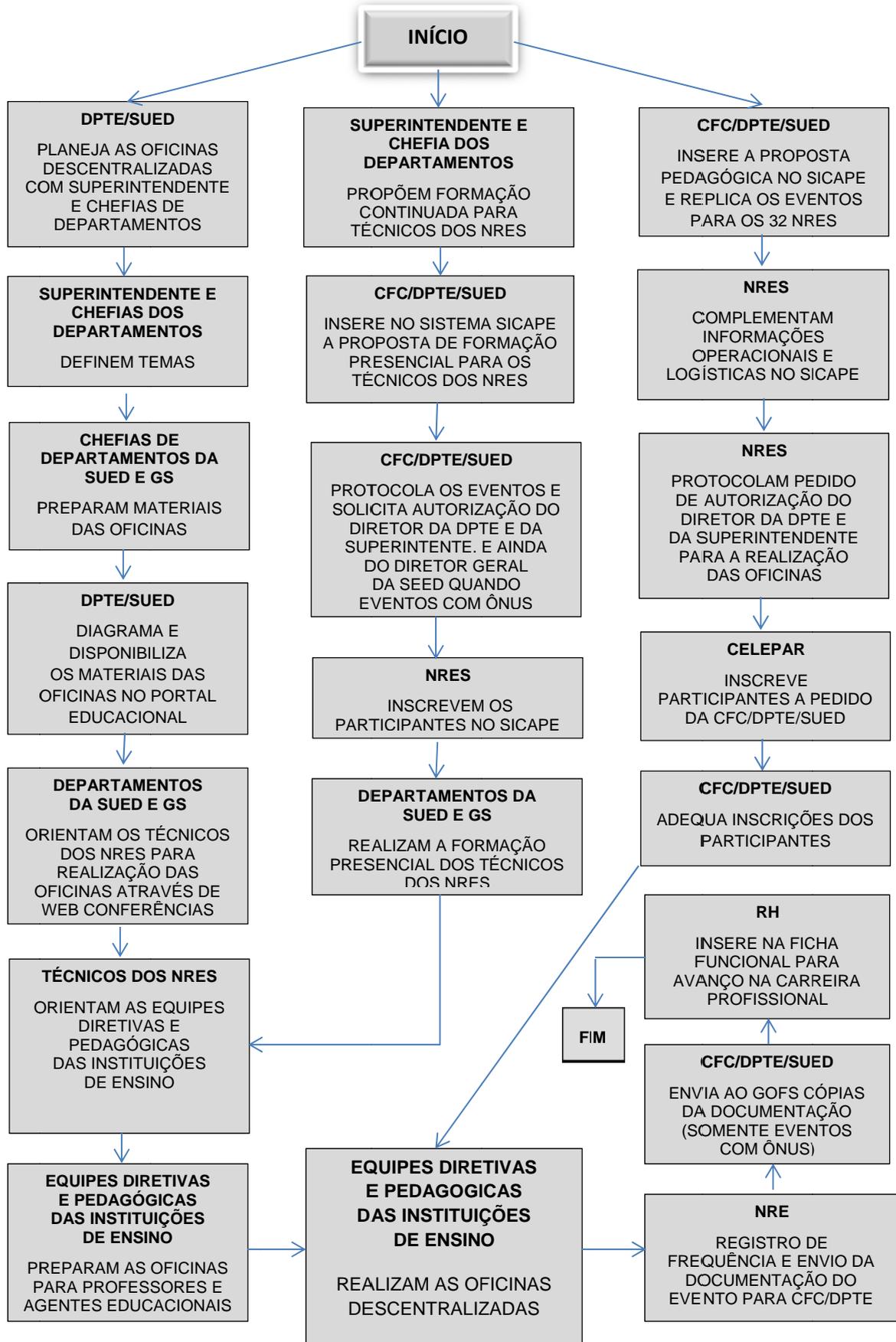
Nome	ID	Município	Valor
MARIZETE ARAUJO	7387233826	LONDRINA	98,00
MARLY ALMEZETTI FERNANDES	6887238838	CURITIBA	8,00
MAURICIA CARLA PETERKE	1881587288	PITANGA	816,00
MELISSA BELLE MARCONDES	8321838881	GUARAPUAVA	226,00
NOEMI GOREIN DE ALMEIDA	8122888888	TELENACO BORBA	212,00
RENATA SOLANGE SANDRETTI	7818888888	LONDRINA	884,16
REITA DE CASSIA SOARES LOPES	6488818888	PONTA GROSSA	176,16
ROSIA MARIA LAMPOS	8428284888	CORNELIO PROCOPIO	812,88
ROSANA DO ROSARIO OSSRUCCI	7888828883	TOLEDO	882,36
ROSANE APARECIDA DOS ANJOS PAGANOTTO	8227818883	GUARAPUAVA	226,00
ROSANI CAPRELISSO	8186788888	DESI VIZINHOS	881,88
ROSEMARY DE OLIVEIRA SCHOFFEN TURKIEWICZ	8538788883	GOIOERÉ	888,88
SANDRA CRISTINA PETERMANN	8528828888	SAO JOSE DOS PINHAIS	8,00
SANDRA DE ASSIS SILVA	8882848838	TELENACO BORBA	212,00
SANDRA MARIA MARTINS	3882781888	CASCABEL	886,16
SANTIA ELIENE PAULINO	8584288838	APUCARANA	382,16
SILVANA CRISTINA DA SILVA BRENDO	8852888888	IBAITI	236,00
SINDHEI CONCALVES PASJOS	8258818888	PATO BRANCO	828,00
SOLANGE MIQUELE ZAGHI	8186788888	CIANORTE	888,28
SÔNIA DE CASTILHO TAVARES DE OLIVEIRA	8852888888	JACAREZINHOS	282,00
SURELI BEKER	1182888838	CURITIBA	8,00
SURELI DA SILVA	8428812888	APUCARANA	382,16
SIRLANEIDA DA SILVA E SÓDIA FERNANDES	8732888888	CURITIBA	8,00
TANIA MARIA RUARO	8488862888	FRANCISCO BELTRAO	872,28
TANIA REGINA CASADO	8385288888	ASSIS CHATEAUBRIAND	381,36
WALTER ARODI CHANI PEREIRA	1738788888	CURITIBA	8,00

Resumo: 58 participantes, Total Estimado: 22216,66

3.10 FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES

A figura 9 apresenta o fluxograma operacional das oficinas previstas até dezembro de 2018, objetivando esclarecer de modo sintético as principais etapas de execução e os responsáveis de cada uma das atividades que serão desenvolvidas.

FIGURA 9 - FLUXOGRAMA OPERACIONAL DAS OFICINAS DESCENTRALIZADAS



3.11 GESTÃO DA EXECUÇÃO DAS OFICINAS

A gestão do Programa se dá de forma articulada entre os departamentos e diretorias da SEED, onde serão envolvidos professores, técnicos pedagógicos e técnicos administrativos da SEED, Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE), Departamento de Educação Básica (DEB), Departamento da Diversidade (DEDI), Departamento de Educação Especial (DEE), Departamento de Educação e Trabalho (DET), Departamento de Legislação Educacional (DLE), Departamento de Gestão Escolar (DGE), dos NREs e das escolas, ocorrendo discussões, leituras e sistematizações das Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica, dos conteúdos básicos das disciplinas, e do Plano de Metas da SEED.

4 DETALHAMENTO DO COMPONENTE 2

4.1 INTRODUÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) é uma formação continuada que tem como base o movimento permanente e sistemático de aperfeiçoamento dos professores da rede pública de ensino estadual do Paraná. Seu objetivo é instituir uma dinâmica permanente de reflexão, discussão e construção do conhecimento amparada pelo Ensino Superior, buscando como efeito o redimensionamento das práticas educativas escolares na Educação Básica.

Foi idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério (Lei Complementar n.º 103/2004) e implementado pelo Decreto n.º 4.482, de 14 de março de 2005. Destaca-se que o Programa foi discutido a partir das reuniões conjuntas entre os gestores da SEED e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e os representantes do Sindicato dos Professores e Funcionários Públicos Estaduais.

Tais discussões justificaram-se em função da existência de um número significativo de professores efetivos da rede pública estadual do Paraná cuja colocação no Plano de Carreira existente até então não lhes dava mais a possibilidade de ascensão profissional, tampouco de incentivo ao estudo contínuo.

A operacionalização do Programa efetivou-se em 2007, com o início da primeira turma, composta por 1.156 professores. Já em 2008, foram selecionados 1.200 professores e, em 2009, o número de vagas dobrou, atendendo 2.400 professores. Foram abertas 2.400 vagas para a turma 2010, e 2000 para as turmas 2012, 2013, 2014 e 2016. Destaca-se que a partir da Turma 2012 foi aberta a possibilidade de os professores com certificado de mestre ou doutor optarem por cursar o Programa, ou obter a certificação do PDE por meio do aproveitamento do título de mestre ou doutor. Em 2012, fizeram essa opção 149 professores, 88 em 2013, 77 em 2014 e 121 em 2015.

A redução da oferta de vagas de 2400 para 2000, a partir da Turma 2012, se deu a partir da Lei n.º 130/2010, que prevê que o número de vagas para o Programa deve ser de 3% do número de professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM).

O PDE oferta vagas em 17 áreas/disciplinas curriculares, distribuídas pelo critério da proporcionalidade entre o número de professores concursados nas disciplinas curriculares e o número de vagas abertas para o PDE.

Após o atendimento às turmas de 2007, 2008 e 2009, foi aprovada a Lei Complementar 130/2010, de 20 de julho de 2010, regulamentando o Programa e ampliando-o para a participação dos professores do Nível II, Classe 8 ou superior, os quais passaram a ter a possibilidade de inscrição no processo seletivo, adquirindo o direito, após o término do PDE, à promoção ao Nível III, quando atingirem a Classe 11.

O PDE possibilita a participação dos professores das escolas da Educação Básica pertencentes à rede pública estadual do Paraná. Para seu desenvolvimento, conta com o apoio dos 32 Núcleos Regionais de Educação e com a parceria das nove Instituições de Ensino Superior (IES).

Desta forma, o PDE é uma política educacional consolidada, o que significa dizer que é uma política de formação em ação articulada com as IES, sendo implementada, acompanhada e desenvolvida nas escolas, além de representar especial avanço para a carreira dos professores.

4.2 OBJETIVO GERAL

Ofertar formação continuada aos professores, visando ao aperfeiçoamento dos fundamentos pedagógicos e disciplinares de caráter teórico-prático, com vista à melhoria da Educação Básica da rede pública estadual do Paraná.

4.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer e aprimorar o PDE, por meio de atividades formativas que garantam relação efetiva entre teoria e prática;
- Ampliar o número de professores qualificados, por meio do acesso ao PDE;
- Oportunizar ao professor ascensão no Plano de Carreira do Magistério Público Estadual do Paraná;
- Contribuir para o aprofundamento teórico e metodológico, reafirmando a importância do saber acadêmico na formação dos professores;
- Contribuir com as oficinas e as semanas pedagógicas, por meio do envolvimento dos professores PDE como participantes ou docentes;
- Subsidiar os professores na implementação de novas propostas didático-pedagógicas nas escolas, bem como na divulgação dos conhecimentos adquiridos;
- Envolver os professores da Rede nos estudos do professor PDE, por meio do Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

4.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

O PDE possibilita o envolvimento dos professores das escolas de Educação Básica da rede pública estadual e escolas conveniadas, dos 32 Núcleos Regionais de Educação, bem como das 9 IES estaduais e de duas IES federais do Estado.

4.5 PÚBLICO-ALVO

Professores do quadro próprio do magistério, Nível II, Classes 8 a 11, em pleno exercício.

4.6 BENEFICIÁRIOS FINAIS

Serão beneficiários finais do PDE os professores que, além de atenderem aos critérios descritos no item anterior (público-alvo), forem selecionados em processo realizado anualmente, conforme Legislação.

O processo seletivo considera a trajetória profissional do professor da Rede Estadual de Ensino, levando-se em conta os critérios estabelecidos por meio de edital específico, entre eles:

- Cursos e docências em eventos, ofertados pela SEED e/ou realizados em outras instituições, que constem na ficha funcional, com exceção do último GTR ofertado e de curso de especialização, mestrado e doutorado;
- Último Grupo de Trabalho em Rede (GTR) ofertado e inserido na ficha funcional do candidato;
- Curso de especialização que esteja inserido na ficha funcional do candidato;
- Curso de mestrado na área de Educação que esteja inserido na ficha funcional do candidato;
- Curso de doutorado na área de Educação que esteja inserido na ficha funcional do candidato;
- Tempo de atuação em escolas da Educação Básica na rede pública estadual;
- Enquadramento no Nível II, na linha funcional escolhida no momento da inscrição.

Ressalta-se que para cada critério é atribuída uma pontuação específica, sendo que os candidatos são classificados considerando a maior pontuação obtida no processo seletivo.

4.7 AÇÕES DO COMPONENTE 2

Ações previstas em 2012 no momento de preparação da primeira versão do Manual Operativo e já implantadas no PDE:

- A antecipação do processo seletivo do PDE para liberação do professor no início do ano letivo, não prejudicando as atividades da escola previstas no calendário escolar passou a ser realizada a partir da turma PDE 2012;
- O aproveitamento dos títulos *stricto sensu* dos profissionais selecionados no processo seletivo para o PDE só não foi permitido na Turma PDE 2009 – nas demais esse aproveitamento sempre foi possível;

- A partir da Turma PDE 2012 passou a ser possível o reconhecimento das titulações dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* dos professores aprovados no processo seletivo, dispensando-os de participar do Programa.
- A partir da Turma PDE 2012 foi realizada a ampliação das classes de participação (Classe 8 ou superior), no processo seletivo para o PDE;
- A partir da Turma PDE 2012 passou a ser exigida a participação do professor PDE na semana pedagógica do início do ano letivo. Também passou a ser possível a participação dos professores PDE em oficinas realizadas nas escolas, desde que não haja coincidência com atividades do Programa, que devem ser priorizadas;
- A partir da Turma PDE 2012 parte das atividades do Programa passou a ser realizada de modo descentralizado nos Núcleos Regionais de Educação (seminários integradores, formação tecnológica, encontros de área, seminário temático, encontros de orientação e web conferências).

Ações previstas no PDE a partir da Revisão de Meio Termo do Projeto realizada em 2016:

- Implantação de 40 horas de inserção na escola no primeiro ano do Programa a partir da Turma PDE 2016.
- Implantação do Curso Diversificado para atender às necessidades de formação regionais, a partir da Turma PDE 2016.
- Implantação de 96 horas de cursos à distância para oportunizar que o professor PDE diversifique suas experiências no Programa podendo frequentar cursos ofertados em outras IES, inclusive fora do Paraná.
- Haverá reformulação mais ampla cujo formato está em discussão entre os diversos envolvidos.
- Realização de cursos do PDE específico por disciplina (Metodologia de Ensino e Material Didático).

4.8 PLANO DE EXECUÇÃO DO PDE

O PDE é estruturado a partir de uma matriz curricular, organizada em quatro períodos semestrais, atendendo às especificidades pedagógicas do Programa. Assim, vale ressaltar que a partir do terceiro período, o professor/educando retornará à sua escola de origem para implementação do projeto desenvolvido por ele. A seguir, será apresentado o plano de execução do PDE Turma 2016 (quadro 9).

QUADRO 9 - PLANO DE EXECUÇÃO DO PDE - TURMA 2016

N.º	ATIVIDADES	CH	RESPONSÁVEL	DATA
Atividades a serem realizadas durante o 1.º ano do Programa				
1	Inserção na Escola: Planejamento do Projeto de Intervenção Pedagógica e Socialização dos Estudos Acadêmicos. Participação obrigatória na 1.ª Semana Pedagógica (registro de 4h).	40	NRE/Escola/ Professor PDE	Durante o 1.º ano. Limite: 12/12/2016
2	Atividades de Inserção Acadêmica	128	IES	Preferencialmente durante o 1.º ano. 14/03 a 21/12/2016
2.1	Presencial (32h)			Limite em: 21/12/2016.
2.2	EaD (96h)			Concluir até o final do Programa.
TOTAL:		168		
1.º Período - fevereiro a julho/2016				
1	Aula Inaugural	8	SEED/NRE	01 a 11/03
2	I Seminário Integrador	16	SEED/NRE	01 a 11/03
3	Formação Tecnológica			
3.1	Presencial: Informática Básica e SACIR (16h)	40	SEED/NRE	18 a 29/04
3.2	A distância: Informática Básica (24h)			09/05 a 30/06
4	Seminário Temático	16	SEED/NRE/IES	06 a 17/06
5	Curso I			
5.1	Fundamentos da Educação I (32h)	64	IES	A definir
5.2	Metodologia da Pesquisa I (32h)			
6	Curso II			
6.1	Conteúdo Específico I (32h)	64	IES	A definir
6.2	Metodologia de Ensino I (32h)			
7	Encontros de Orientação (presenciais 24h e a distância 8h)	32	IES	Início em 14/03. (Durante o 1.º período)
8	Versão Preliminar da Elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (entrega definitiva após o Encontro de Área.)	64	Professor PDE	Preliminar no SACIR em 21 e 22/07 Definitiva em 21 e 22/09
9	Cursos Diversificados (conforme a necessidade do grupo/universidade)	32	IES	A definir
TOTAL		336		
2.º Período - julho a dezembro/2016				
1.	Curso III			
1.1	Fundamentos da Educação II - Diversidade e Desafios (32h)	64	IES	A definir
1.2	Metodologia da Pesquisa II (32h)			
2	Curso IV			
2.1	Conteúdo Específico II (32h)	64	IES	A definir
2.2	Produção Didático-Pedagógica: Pressupostos Teórico-Metodológicos (32h)			
3	Encontro de Área (Produção Didático-Pedagógica + Projeto)	8	IES	12 a 16/09
4	II Seminário Integrador	8	SEED/NRE	01 a 05/08
5	Encontros de Orientação (presenciais 24h e a distância 8h)	32	IES	Durante 2.º período
6	Formação Tecnológica			
6.1	A distância: Formação de Tutores: Mediando o GTR (48h)	72	SEED/NRE	05/10 a 11/11
6.2	Presencial: Edição GTR (24h)			21/11 a 02/12
7	III Seminário Integrador	8	SEED/NRE	05 a 09/12
8	Produção Didático-Pedagógica (Entrega do Parecer da versão definitiva)	64	Professor PDE	14/12/16
TOTAL		320		
3.º Período – Fevereiro a Julho/2017				
1	Grupo de Trabalho em Rede - GTR	64	Professor PDE/ SEED	Durante o 3.º período
2	Encontros de Orientação (presenciais 24h e a distância 8h)	32	IES	Durante o 3.º período
3	Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola (versão definitiva)	64	NRE/IES	Durante o 3.º período
TOTAL		160		
4.º Período – Julho a Dezembro/2017				
1	Encontros de Orientação (presenciais 24h e a distância 8h)	32	IES	Durante o 4.º período
2	Elaboração do Trabalho Final PDE (Artigo Científico) com orientador como coautor	64	Professor PDE/ Orientador	Durante o 4.º período
3	Seminário de Avaliação Final com presença de público externo. Sugestão: Publicação em revista <i>online</i>	8	IES	Dezembro
TOTAL		104		
CARGA HORÁRIA TOTAL		1088		

A matriz curricular do PDE é delimitada pelo Plano Integrado Formação Continuada, o qual se constitui de três grandes eixos de atividades: Atividades de Integração Teórico-Práticas, Atividades de Aprofundamento Teórico e Atividades Didático-Pedagógicas com Utilização de Suporte Tecnológico. Essas atividades serão realizadas no decorrer do Programa, composto de quatro períodos semestrais, distribuídos em dois anos.

Cabe observar que essa organização não pode ser considerada de forma estanque, uma vez que o pressuposto é de que os conteúdos das atividades que compõem os eixos articulem-se de tal modo que as categorias que identificam cada um dos eixos estejam presentes em todas as atividades do Programa.

EIXO 1: Atividades de Integração Teórico-Práticas

Este eixo prioriza as atividades voltadas à integração teórico-prática, enquanto parte da proposta de formação continuada do PDE, estando nele contemplados: a Intervenção na Escola: Planejamento do Projeto de Intervenção Pedagógica e Socialização dos Estudos Acadêmicos, Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, processo de Orientação nas IES, Produção Didático-Pedagógica, direcionada para a Implementação do Projeto na Escola e o Artigo Final, considerado como Trabalho de Conclusão do Programa.

As atividades do Eixo I serão desenvolvidas sob a orientação dos Professores-Orientadores das Instituições de Ensino Superior do Estado, a partir da definição da Linha de Estudo, de acordo com sua disciplina de ingresso no Programa.

O Eixo 1 compreende as seguintes atividades:

- Inserção na Escola: Planejamento do Projeto de Intervenção Pedagógica e Socialização dos Estudos Acadêmicos: é uma atividade que ocorre no primeiro ano do Programa. Objetiva o planejamento do Projeto de Intervenção na Escola e a socialização dos estudos acadêmicos com seus pares.
- Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola: deve partir da delimitação clara da situação-problema, seguida da justificativa, dos objetivos, da fundamentação teórica, das estratégias de ação, do cronograma e das referências.
- Orientações nas IES: processo que ocorre em todos os períodos do Programa na sede da IES à qual o professor PDE está vinculado. Momento em que devem ser discutidos os encaminhamentos de cada uma das atividades/produções a serem realizadas pelo professor PDE no âmbito do Programa. Com os subsídios da análise das atividades/produções serão emitidos, pelos professores orientadores, os respectivos pareceres sobre a produção dos professores PDE.
- Produção Didático-pedagógica: esta atividade é a elaboração intencional do professor PDE ao organizar um material didático, enquanto estratégia metodológica, que sirva aos propósitos de seu Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola. Está prevista para o segundo período do Programa, com

o acompanhamento do Professor-Orientador e tem correlação direta com a implementação na escola. Portanto, o professor precisa ter clareza quanto à intencionalidade de sua produção, buscando a fundamentação teórica e os encaminhamentos metodológicos a serem apresentados, de forma a garantir a sua aplicabilidade na realidade escolar.

- Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola: ocorrerá no 3.º período, com o retorno do Professor PDE à escola para implementação de seu Projeto, sempre contando com o acompanhamento dos professores orientadores das IES. A atividade de implementação resulta de ações planejadas e desenvolvidas ao longo do processo, como: as orientações nas IES, a participação nos cursos e demais eventos ofertados, além das produções elaboradas durante o primeiro ano do Programa. A implementação visa, principalmente, enfrentar e contribuir para a superação das fragilidades e problemas apontados pelo Professor PDE no ensino de sua disciplina/área, na escola, para ser investigada no seu tema de estudo, com a finalidade de promover a melhoria qualitativa do ensino e da aprendizagem na escola de execução do Projeto.
- Artigo Final: atividade que será realizada no 4.º período, com o objetivo de divulgar e socializar o trabalho desenvolvido pelo Professor PDE, na perspectiva de enfrentamento aos problemas do cotidiano da escola onde está inserido. A produção final do Programa, apresentada na forma de artigo científico, deve contemplar entre outras questões: a problemática estudada; os dados coletados em sua implementação e a análise consistente destes, para que seja construída uma proposta de conclusão que represente a dimensão do trabalho desenvolvido no ambiente escolar, como também as contribuições das discussões do Grupo de Trabalho em Rede (GTR).

EIXO 2: Atividades de Aprofundamento Teórico

O foco desse eixo identifica-se com a própria natureza das atividades propostas e contribui para o aprofundamento teórico das questões educacionais em geral e das questões específicas das disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica da Rede Estadual. Nesse eixo, o professor PDE participará de um conjunto de atividades que serão ofertadas pelas IES parceiras e pelo PDE/SEED, objetivando ampliar, aprofundar e atualizar os seus conhecimentos, sendo que seu conteúdo abrangerá temas relativos aos Fundamentos da Educação, à Metodologia de Pesquisa, Metodologia de Ensino e Produção Didático-pedagógica e, aos conteúdos curriculares específicos de sua área de ingresso no PDE, possibilitando o aprofundamento teórico-metodológico, entre outras possibilidades de oferta.

As atividades a serem desenvolvidas nesse eixo compreendem: cursos, seminários, encontros de área, eventos de inserção acadêmica e web conferências, sendo apresentadas, a seguir, suas principais características:

- Cursos nas IES: são cursos exclusivos do Programa, os quais abordarão conteúdos referentes aos Fundamentos da Educação, à Metodologia da Pesquisa, à Metodologia de Ensino, às necessidades específicas do grupo de professores PDE; à Produção Didático-pedagógica e aos conteúdos específicos das disciplinas/áreas de ingresso do professor PDE no Programa, sempre na sua relação com as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino.
- Inserções Acadêmicas: atividades que oportunizam a participação dos professores PDE em eventos ofertados nas IES, tais como: cursos presenciais ou a distância, seminários, jornadas, simpósios, congressos, grupos de estudos, grupos de pesquisa, entre outros.
- Encontros de Área: são atividades acadêmicas realizadas nas IES, as quais visam discutir os projetos e produções realizadas pelo Professor PDE, no âmbito do Programa, com outros colegas da mesma disciplina/área de estudo, a fim de debater e qualificar os seus trabalhos e estudos.
- Seminários Temáticos: são eventos organizados pelas IES com auxílio dos NREs. Ocorre no 1.º período do Programa e objetiva proporcionar a reflexão sobre temáticas relevantes na educação.
- Seminários Integradores PDE: são eventos no âmbito de cada NRE a serem realizados ao início do 1.º período e no início e final do 2.º período para subsidiar e esclarecer os professores PDE sobre as especificidades das ações a serem desenvolvidas no decorrer do Programa. Objetivam apresentar a proposta do PDE aos professores, explicitando os seus fundamentos político-pedagógicos e a sua proposta curricular, além de constituir um espaço de intercâmbio entre os professores PDE.
- Seminário de Avaliação Final: é um evento no âmbito de cada IES, a ser realizado por área, no final do 4.º período, com a presença dos orientadores e coordenadores do PDE das IES, objetivando apresentação do artigo final dos professores PDE à comunidade acadêmica e aos diferentes profissionais da Área da Educação, para validação do Artigo Final pelo grupo de professores orientadores da disciplina/área.

EIXO 3: Atividades Didático-Pedagógicas com Utilização de Suporte Tecnológico

Esse eixo possui uma identidade específica na sua relação com o uso de suporte tecnológico, ou seja, com o uso de tecnologias na educação. O professor PDE, nesse eixo, participa de Formação Tecnológica que contribui para seu aprimoramento no uso de recursos tecnológicos para o desenvolvimento das atividades previstas no Programa, que são: acompanhamento do cronograma das atividades, postagem das produções realizadas e interação com o Professor-Orientador no Sistema de Acompanhamento e Integração em Rede – SACIR; tutoria de um Grupo de Trabalho em Rede/GTR realizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, da Secretaria de Estado da Educação (Plataforma MOODLE), e uso de recursos de informática básica e internet.

Na Formação Tecnológica, que é um curso realizado de forma presencial e a distância, e ofertado pela SEED numa parceria entre Coordenação do PDE, Coordenação de Tecnologia Educacional/CTE, Coordenação de Formação Continuada/CFC e Coordenação de Articulação EaD e Mídia WEB, o professor PDE receberá subsídios para conhecer e atuar no:

- SACIR: sistema que busca atender às necessidades específicas, com vistas ao acompanhamento de todas as ações desenvolvidas pelo Professor PDE no Programa. É destinado ao Coordenador do PDE na IES, Orientador IES, Professor PDE, Representante NRE e Coordenação do PDE/SEED.
- Ambiente Virtual de Aprendizagem da SEED: ambiente no qual será realizada parte da Formação Tecnológica: informática e SACIR, no primeiro período, e toda a Formação Tecnológica: Tutoria, no segundo período do Programa
- Grupo de Trabalho em Rede (GTR): desenvolvido no terceiro período do Programa, possibilita a interação entre professores PDE e professores da rede por meio do Ambiente Virtual da SEED. O GTR tem como objetivos - articular o referencial teórico com as propostas de ações apresentadas nas produções do Professor PDE; contribuir para o aperfeiçoamento dos Professores da Rede mediante estudo das proposições dos Professores PDE; propiciar aos participantes do GTR o redimensionamento da prática pedagógica, mediante as intervenções do Professor PDE e de suas produções; viabilizar mais um espaço de estudo e discussão do Projeto de Intervenção Pedagógica, da Produção Didático-Pedagógica e da Implementação do Projeto na Escola e permitir colaborações do Professor da Rede nas elaborações do Professor PDE, de modo a redimensionar o quadro teórico-metodológico adotado, bem como as ações previstas inicialmente, de maneira que o Projeto do Professor PDE possa encontrar sustentação na prática pedagógica. Ainda, estimular a aproximação da Educação Básica e do Ensino Superior.

4.9 PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PDE

Até o ano de 2014 o Programa era realizado em parceria com 14 IES públicas do Estado do Paraná: UFPR, UTFPR, UEM, UEL, UENP, UNICENTRO, UNIOESTE, UEPG, FAP, EMBAP, FAFIPAR, FAFIUV, FAFIPA e FECILCAM.

A partir de 2013 seis dessas instituições (FAP, EMBAP, FAFIPAR, FAFIUV, FAFIPA e FECILCAM) foram reunidas em uma nova universidade denominada Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Assim, a partir da Turma PDE 2014, o Programa estabelece parceria com 9 IES públicas do Estado do Paraná: UFPR, UTFPR, UEM, UEL, UENP, UNICENTRO, UNIOESTE, UEPG e UNESPAR (FAP, EMBAP, FAFIPAR, FAFIUV, FAFIPA e FECILCAM). A parceria com as IES federais é realizada mediante assinatura de contratos, e com as IES estaduais, mediante assinatura de convênios que envolvem a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e termos de Movimentação de Crédito Orçamentário (MCO).

Esses instrumentos têm validade para uma turma do Programa, com duração de dois anos.

4.10 PROCEDIMENTOS PARA O PAGAMENTO DE BOLSAS AOS PARTICIPANTES DO PDE

Tratando-se de uma formação continuada em serviço, o professor participante do PDE recebe bolsa-auxílio para cada atividade realizada. O valor creditado para o professor refere-se à cobertura de despesas relacionadas ao deslocamento, à alimentação e à estadia.

Os valores são calculados conforme a distância entre o município de lotação e o local de realização dos eventos. Participantes que atuam no próprio município de realização do evento e/ou em municípios localizados a uma distância inferior a 50 km não recebem a referida bolsa-auxílio. Os participantes que se deslocam mais de 50 km recebem uma diária para alimentação e pernoite e um valor para táxi e transporte rodoviário convencional ou leito onde houver. Os valores pagos são definidos em Resolução própria.

Diferentemente das oficinas, o pagamento das referidas bolsas é realizado trimestralmente e calculado com base no cronograma de atividades realizadas pelo professor PDE. Essa forma de desembolso possibilita ao professor o planejamento para uso adequado dos recursos liberados, além de propiciar maior agilidade, pois significa menor trâmite burocrático para a SEED.

4.11 CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO PDE

Considerando a grandiosidade das ações propostas a partir do PDE, é necessário um processo de avaliação qualitativa do Programa, de forma que sejam identificadas possibilidades de aprimoramento da proposta. Esse processo não foi ainda estabelecido em função da ampla abrangência do PDE, pois este envolve um elevado número de professores e de orientadores oriundos das IES do Estado do Paraná e, principalmente, seu complexo desdobramento nas unidades escolares.

Considerando ainda a amplitude do Programa e o montante de recursos humanos e financeiros vinculados à sua execução, uma avaliação externa ganha relevância como processo de diagnóstico para identificar os resultados do PDE em uma análise global, a fim de verificar a repercussão do Programa e apresentar elementos para compor propostas para seu aprimoramento. E, por se tratar de um Programa abrangente, a avaliação dos seus resultados deverá ser organizada em diferentes dimensões: 1) internalidades do PDE na oferta de formação continuada aos professores da educação básica; 2) externalidades na escola de implementação dos projetos; 3) processo de implementação do projeto de intervenção pedagógica na escola; 4) estímulo à continuidade da formação dos professores egressos do PDE; 5) efeitos do PDE sobre as IES.

Para a realização do processo de avaliação qualitativa em etapas que atendam cada uma das dimensões separadamente, propõe-se, na etapa 1, a contratação de empresa de consultoria especializada para avaliar a dimensão 1: Internalidades do PDE na oferta de formação continuada aos professores da educação básica, podendo haver novos editais para futura contratação das demais dimensões do Programa.

Os recursos para a execução da referida proposta estão contemplados no Componente 2 (Assistência Técnica) do Projeto Multissetorial para Desenvolvimento do Paraná.

Os procedimentos para a contratação da empresa/instituição estão sendo realizados de acordo com o descrito no Volume 1 deste Manual e no Termo de Referência elaborado pela SEED e aprovado pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e Banco Mundial.

Pretende-se realizar a avaliação da segunda e da terceira dimensões em 2018. A segunda dimensão diz respeito às externalidades na escola de implementação dos projetos e a terceira se refere aos processos de Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola.

4.12 FLUXO OPERACIONAL DAS AÇÕES DO PDE

A figura 10 apresenta o fluxograma operacional das ações do PDE até dezembro de 2018, objetivando esclarecer de modo sintético as principais etapas de execução e os responsáveis de cada uma das atividades que serão desenvolvidas.

O fluxograma está representado de modo linear, isto é, considerando que o processo transcorrerá de modo ideal. Entretanto, é preciso considerar que cada ação tem

seu detalhamento e seus desdobramentos, podendo ser necessário retornar para uma ação anterior para corrigir algo. Isso ocorre especialmente nas análises dos setores envolvidos que com frequência indicam ou solicitam ajustes nos documentos produzidos, bem como nos procedimentos adotados.

O Fluxo das ações do PDE é realizado a partir de três momentos: a) o do Processo Seletivo Interno (PSI); b) o da Formalização do repasse para IES Estaduais ou da formalização de contrato no caso de IES Federais; e c) a Execução das Atividades do PDE.

Quanto ao primeiro momento, o PSI inicia-se com a elaboração de minuta de edital para seleção dos professores que irão concorrer ao PDE. Essa minuta é protocolada e enviada para análise da Superintendência da Educação, que em caso de aceite a encaminha ao Núcleo de Assessoria Jurídica para verificação legal e posteriormente ao Grupo Orçamentário Setorial para indicação na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Após esse trâmite, o edital do PSI é enviado à Diretoria Geral para autorização e aprovação do edital que após publicado em diário oficial é publicizado pela Coordenação de Articulação Acadêmica que em parceria com a CELEPAR organiza, via sistema *online*, a efetivação do Processo Seletivo Interno.

Concluído o Processo Seletivo os professores selecionados são distribuídos nas IES mais próximas dos Núcleos Regionais a que estão vinculados. Posteriormente à assinatura dos termos de compromisso pelos Professores PDE nos NRE, os vinculados aos Núcleos de Curitiba, Área Metropolitana Sul e Área Metropolitana Norte realizam as atividades do PDE nas Universidades Federal do Paraná e Tecnológica Federal do Paraná, e os do interior são vinculados às IES Estaduais.

O segundo momento refere-se à Formalização do Repasse dos Pagamentos que no caso das IES Estaduais é realizada por Movimentação de Crédito Orçamentário e das Federais por Contrato.

No repasse dos pagamentos às IES Estaduais o fluxo inicia-se com a elaboração dos Planos de Trabalho pelas IES em colaboração com a CAA. A CAA encaminha os Planos de Trabalho para autorização pela DG, que posteriormente envia à Secretária que realiza a assinatura dos Planos de Trabalho, pagos a partir dos Termos de MCO e Convênios que são minutados pelo GOS que posteriormente conduz ao Núcleo de Assessoria Jurídica para verificações legais. A seguir, o GOS encaminha tanto os termos de MCO quanto o Convênio para assinatura dos Reitores e do Secretário de Ciência e Tecnologia; após a DG remete para assinatura final das MCO e Convênio pela Secretária que reencaminha ao GOS para providências quanto à publicação em diário oficial e efetivação dos pagamentos dos termos de MCO pelo Grupo Financeiro Setorial.

Os pagamentos das IES Federais seguem fluxo inicial semelhante ao das IES com a elaboração dos planos de trabalho. Esses Planos são enviados pela CAA ao GOS para informação financeira e verificação documental pelo GFS. Na sequência, o GAS elabora as

minutas e envia para verificação legal ao NAJ que envia à PGE para análise das minutas dos contratos organizados de acordo com os Planos de Trabalho. Após, a DG envia à Casa Civil ofício para autorização que remete ao GAS para finalização dos contratos e liquidação das despesas.

O terceiro e último momento tem relação com a Execução das Atividades do Programa que são executadas pelas IES Estaduais e Federais. Os professores selecionados realizam as atividades previstas no Plano Integrado de Formação Continuada do PDE. Os pagamentos referentes aos deslocamentos são calculados pelo GOS e, posteriormente, pagos pelo GFS. As IES e NREs registram as atividades realizadas no SACIR. Após a conclusão das atividades do Programa pelos professores, a CAA emite os certificados via SICAPE, bem como realiza a publicação das produções no Portal Dia a Dia Educação. Finalmente, solicita a assinatura dos certificados pelas IES e Secretários da SETI e SEE, registra na CFC os concluintes do Programa que têm disponibilizado em suas fichas funcionais o registro de conclusão do Programa de Formação.

4.13 GESTÃO DO PDE

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) será responsável pela coordenação e administração geral da execução do PDE. A figura 11 apresenta o arranjo organizacional para a gestão e execução do Programa.

O PDE possui uma coordenação estadual pertencente à Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE), a qual busca propiciar a integração entre as ações dos departamentos, coordenações e demais segmentos de atuação da SEED, articulando suas políticas e programas educacionais, de modo a garantir uma Educação Básica pública de qualidade.

A DPTE está vinculada à Superintendência da Educação (SUED), que administra a política educacional do Estado, buscando assegurar a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino. Além disso, a SUED procura estabelecer a organização do trabalho pedagógico e administrativo do Sistema de Ensino no Estado, pautando-se nos seguintes princípios: defesa da Educação como direito de todos os cidadãos, valorização dos profissionais da Educação, garantia de escola pública de qualidade, atendimento à diversidade cultural e gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

A operacionalização do Programa recebe suporte interno de diferentes seguintes segmentos da SEED:

- Grupo de Planejamento Setorial (GPS): elabora o planejamento e cálculo de todos os recursos destinados ao Programa, bem como o acompanhamento das despesas orçamentárias.
- Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE): responsável, em conjunto com o PDE, pelo planejamento da formação tecnológica dos professores, cuja execução cabe à Coordenação de Tecnologia Educacional (CTE).

FIGURA 10 - FLUXOGRAMA OPERACIONAL DO PDE

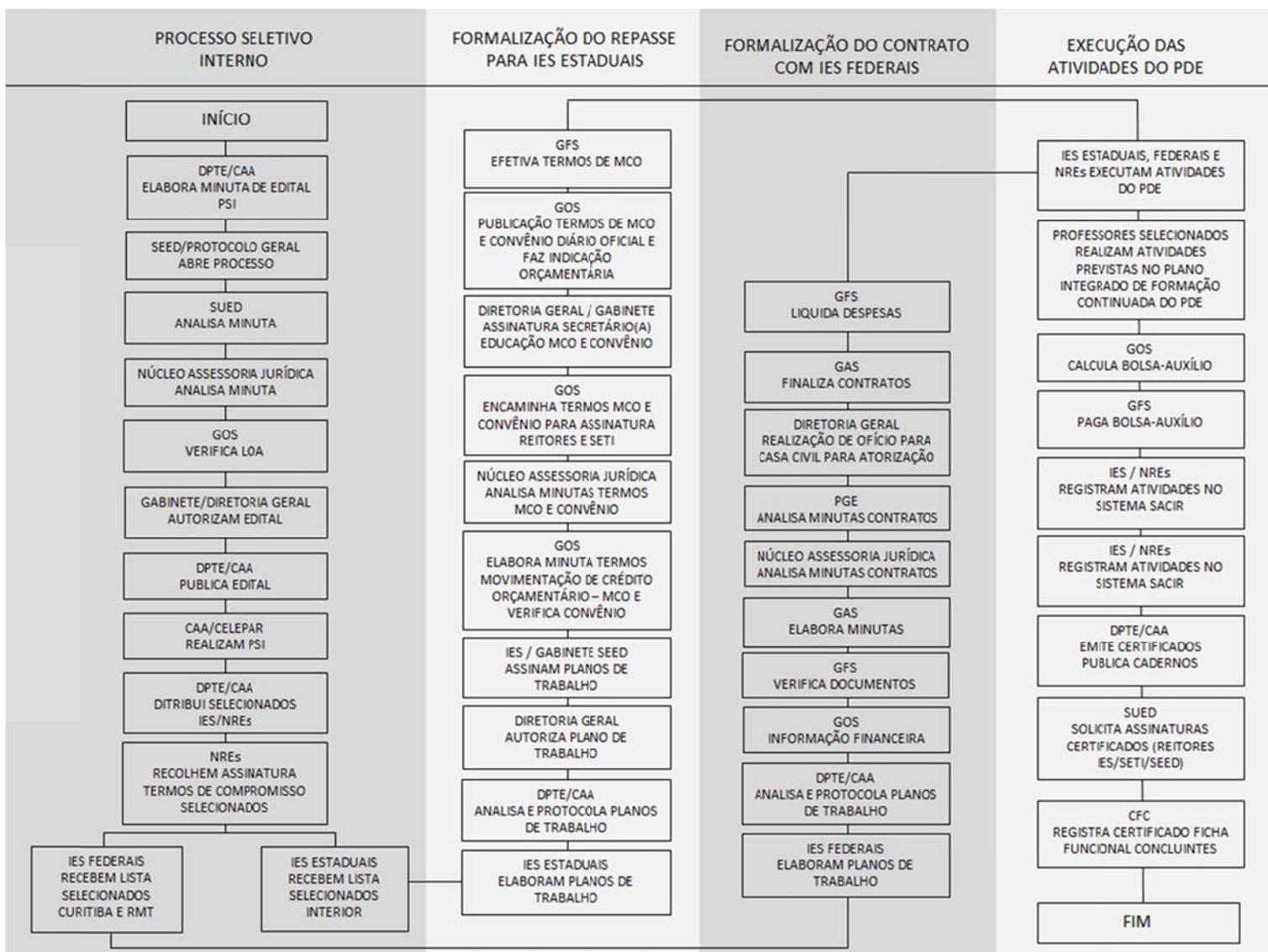
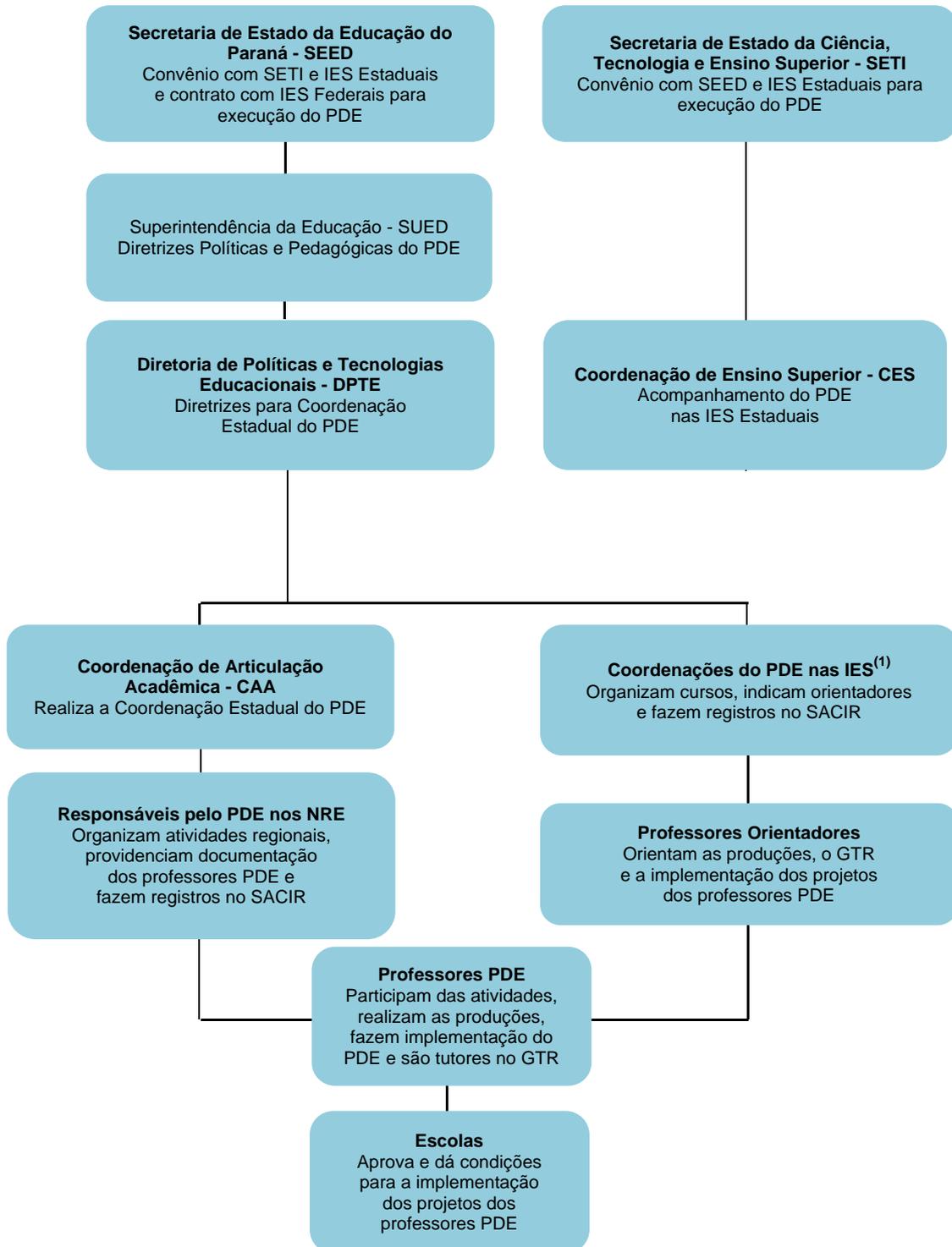


FIGURA 11 - ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO PDE



FONTE: Equipe da Coordenação de Articulação Acadêmica

(1) Instituições de Ensino Superior parceiras do PDE: UFPR, UTFPR, UEL, UEM, UENP, UEPG, UNIOESTE, UNICENTRO, UNESPAR.

- Grupo de Recursos Humanos (GRHS): gerencia a vida funcional do professor PDE, providenciando o seu afastamento em 100% da carga horária de trabalho no primeiro ano e 25% no segundo ano e também registrando a promoção dos concluintes do Programa para o Nível III.
- Coordenação de Formação Continuada (CFC): após o repasse pela coordenação do PDE das listagens de concluintes do Programa, a CFC providencia a certificação e a inserção no Sistema de Capacitação dos Professores da Educação (SICAPE) para atualização da ficha funcional e posterior informação ao GRHS, com vistas à elevação de nível. Também procede à certificação dos concluintes do Grupo de Trabalho em Rede (GTR), que é uma das atividades do Programa, pela qual é possível a socialização e ressignificação dos trabalhos dos professores PDE com os demais professores da Rede Estadual.
- Grupo Financeiro Setorial (GFS): após o trâmite de custos (cálculo e autorização) realizado pelo GPS, o GFS efetiva o pagamento.
- Departamento de Educação Básica (DEB), Departamento de Gestão Escolar (DGE), Departamento de Educação e Trabalho (DETI) e Departamento de Educação Especial (DEE): participam das discussões referentes às especificidades das disciplinas e áreas que o Programa atende.

Além desta organização interna, o PDE tem como parceira a SETI, por meio da qual se estabelece o compromisso das universidades estaduais, bem como o apoio financeiro. Conta também com a parceria de duas universidades federais do Estado do Paraná (UFPR e UTFPR)

A estrutura do PDE tem ainda a participação dos representantes dos Núcleos Regionais de Educação (NREs), que articulam e socializam as informações provenientes tanto das IES quanto da coordenação estadual, realizando, entre outras atividades, o acompanhamento individual das atividades de cada professor PDE e a organização dos eventos descentralizados, tais como: Aula inaugural, Seminário integrador e Seminário de encerramento.

4.13.1 Participação da Sociedade na Gestão do Componente 2

A coordenação estadual do PDE reconhece a importância da participação da sociedade civil nas discussões acerca dos processos que envolvem a dinâmica de desenvolvimento do Programa. Neste sentido, a APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, como órgão de representação da categoria, vem contribuindo para as discussões desde o momento da idealização do PDE, inclusive quando este passou a ser consolidado como política pública, firmado pela Lei 130/2010.

Desde então, todas as edições do Programa contam com a participação efetiva da APP - Sindicato, nos momentos em que se faz necessário abrir discussões acerca dos novos encaminhamentos e reorganizações.

Outra participação ocorreu a partir da turma de 2010, quando o professor PDE passou a apresentar sua proposta para apreciação do Conselho Escolar, órgão colegiado da gestão escolar.

A partir da Turma PDE 2016, os professores PDE passaram a realizar 40 horas de inserção na escola ainda no primeiro ano do Programa, o que permite a participação ativa dos professores da escola no desenvolvimento do trabalho do professor PDE. Durante essa inserção o professor PDE, em acordo com a equipe pedagógica da escola, socializa com seus pares os estudos que estão sendo realizados na universidade, bem como o desenvolvimento do seu projeto de inserção pedagógica na escola e produção didático-pedagógica.

5 SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS EXIGIDAS PELO BANCO MUNDIAL

Durante a preparação do Programa, o Banco Mundial identificou que as ações daí advindas acionam as seguintes políticas de salvaguardas⁶: Avaliação Ambiental (OP 4.01) e Povos Indígenas (OP 4.10). Por essa razão o responsável pelo Programa deverá acompanhar a implementação das recomendações contidas no Marco de Gestão Ambiental e na Estratégia de Participação dos Povos Indígenas,⁷ do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Na SEED a responsabilidade pela implementação das recomendações das políticas de salvaguardas está a cargo da Diretoria de Políticas e Tecnologias Educacionais, em articulação com o Departamento da Diversidade, mais especificamente a Coordenação de Educação Escolar Indígena.

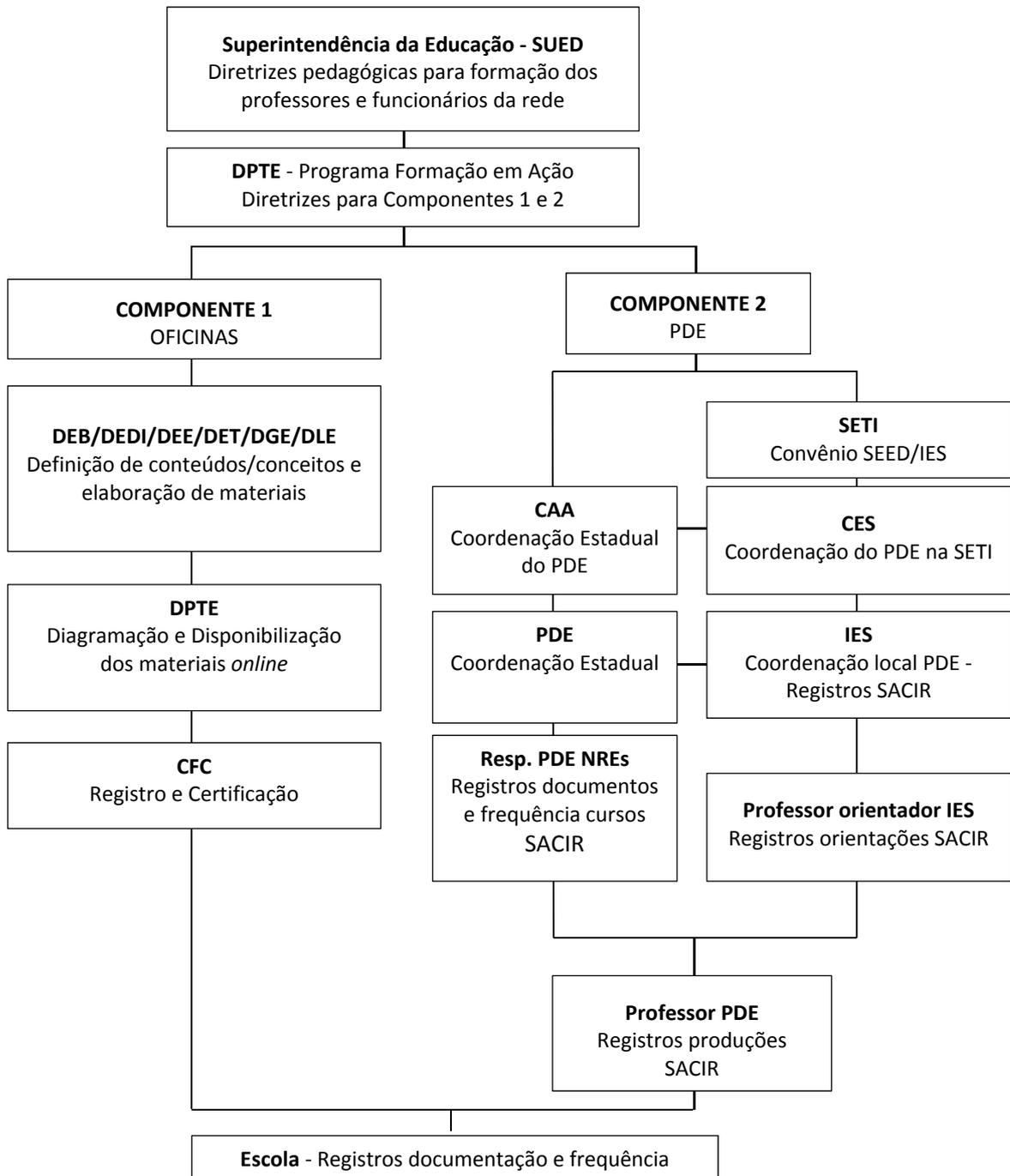
⁶ Mais detalhes a respeito das Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial encontram-se no item 8 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

⁷ Este documento está disponível no portal: www.sepl.pr.gov.br.

6 GESTÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) será responsável pelo acompanhamento, coordenação e administração geral da execução do Programa Formação em Ação. A figura 12 apresenta o arranjo organizacional para a gestão e execução do Programa, sendo os detalhes apresentados nos itens 3.9 (Gestão da Execução das Oficinas) e 4.12 (Gestão do PDE) constantes neste capítulo do presente documento.

FIGURA 12 - ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa

6.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA

A seguir descrevem-se os instrumentos a serem utilizados pelo responsável por planejar e gerir as ações do Programa Formação em Ação, bem como pela Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

6.1.1 Planos Operativos Anuais (POAs)⁸

Os Planos Operativos Anuais serão os instrumentos que nortearão o planejamento e a gestão do Programa, tendo como base: a) as diretrizes orçamentárias anuais; b) as metas estabelecidas; e c) os indicadores de monitoramento previamente definidos.

Os POAs serão elaborados concomitantemente ao processo de programação orçamentária da iniciativa que contempla o Programa, de acordo com as etapas 1 e 2 descritas adiante.

- Etapa 1: Elaboração dos POAs do Programa

O responsável pelo Programa promoverá reuniões com a sua equipe para a elaboração das propostas de POAs. Estas propostas deverão ser elaboradas de acordo com a estrutura apresentada no quadro 10.

QUADRO 10 - ESTRUTURA DOS PLANOS OPERATIVOS ANUAIS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

SETOR DO PROJETO	PGE/ AÇÃO DE AT	RESPONSÁVEL	INICIATIVA	VALOR DAS DESPESAS (R\$ 1,00)			PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS
				Total	Corrente	Capital	
Setor ou Subcompo- nente de Educação	PGE 6 - Formação em Ação	SEED	3017				

FONTE: Unidade Desenvolvimento do Projeto

- Etapa 2: Aprovação dos POAs do Programa

Estas propostas serão apresentadas à Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para apreciação, seguindo-se a mesma estrutura apresentada no quadro 10. Os POAs do Programa, depois de analisados e aprovados pela UGP, comporão a proposta de POA do Projeto Multissetorial.

A UGP também articulará junto à COP/SEFA a inserção dos Planos do Projeto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais.

Depois de aprovadas as LOAs pela Assembleia Legislativa do Estado a UGP compatibilizará os POAs elaborados aos orçamentos efetivamente aprovados e apresentará ao Comitê Gestor do Projeto para apreciação, análise e aprovação. Posteriormente encaminhará os Planos ao Banco Mundial para a apreciação e a não objeção.

A UGP devolverá ao responsável pelo Programa as versões aprovadas dos POAs.

⁸ Mais detalhes a respeito dos POAs poderão ser obtidos no item 4 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

6.1.2 Outros Instrumentos que Subsidiarão a Gestão do Programa

Para dar suporte à gestão do Programa, a UGP e a Unidade Técnica do Programa (UTP) contarão, ainda, com um conjunto de instrumentos, os quais serão relacionados a seguir.

- Relatórios de Acompanhamento e Monitoramento Semestral

A execução das ações previstas no Programa será monitorada constantemente. Não obstante serão elaborados, semestralmente, relatórios de acompanhamento e monitoramento, explicitando o desempenho do Programa quanto ao alcance de indicadores previamente definidos, subsidiando tanto a UGP, no acompanhamento, quanto o responsável pelo Programa no processo de gerenciamento do mesmo.

Estes relatórios serão consolidados pela UGP tendo em vista informações encaminhadas pelo responsável pelo Programa.

- Planos de Aquisições⁹

Os Planos de Aquisições serão ferramentas para a programação e acompanhamento dos processos licitatórios decorrentes da execução do Programa.

O Plano de Aquisições será atualizado no mínimo uma vez por ano, ou conforme a necessidade, devendo refletir as reais necessidades de implementação do Projeto e o aperfeiçoamento da capacidade institucional dos executores. A UTP preparará os Planos de Aquisições do Programa referentes ao ano subsequente, em consonância com as propostas incluídas na programação orçamentária anual da SEED e dos demais executores do Programa. Estes serão encaminhados para a Unidade de Gerenciamento do Projeto. Depois de analisados e aprovados pela UGP e também pelo Banco Mundial, estes integrarão o Plano de Aquisições do Projeto Multissetorial.

Os Planos incluirão: a) a lista de bens, obras, serviços e consultorias, identificando a fase em que se encontram (previstos, em processo de licitação, em execução ou concluídos); b) os custos dos contratos ou a estimativa destes; c) as modalidades de licitação conforme o ajustado com o Banco; d) a necessidade de pré-qualificação dos licitantes; e) a identificação quanto à necessidade de revisão prévia do Banco Mundial; e f) o cronograma para a licitação e para o repasse dos recursos financeiros previstos no contrato.

Em janeiro, posteriormente à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano de Aquisições do Programa deverá ser atualizado, tendo em vista os recursos efetivamente orçados.

⁹ Mais detalhes a respeito dos Planos de Aquisições poderão ser obtidos no item 7 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

- Relatórios Financeiros¹⁰

O responsável pelo Programa executará o detalhamento dos pagamentos efetuados pelo SIAF referentes aos insumos do projeto dentro do Sistema SIGMAPP. Nestas informações constam os gastos elegíveis, inclusive aqueles financiáveis cujos processos licitatórios foram realizados de acordo com as regras do Banco Mundial.

Estes relatórios serão semestralmente gerados pela UGP, contribuindo para o acompanhamento e gestão financeira do Programa e por sua vez do Projeto Multissetorial.

¹⁰ Mais detalhes a respeito dos Relatórios Financeiros poderão ser obtidos no item 5 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

7 MONITORAMENTO

O processo de monitoramento pretende contribuir para o aperfeiçoamento da execução e da gestão do Programa, trazendo informações a respeito das ações realizadas e dos resultados alcançados, subsidiando, inclusive, as propostas de correções e ajustes e a prestação de contas da aplicação dos recursos para a sociedade paranaense.

O monitoramento do Programa integra o Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná elaborado durante a preparação do Projeto e atualizado na Revisão de Meio Termo. Tal Plano consiste no acompanhamento de indicadores previamente acordados com os executores dos Programas. Ao referido instrumento agregam-se os indicadores do Quadro de Resultados e Monitoramento do Projeto constantes no *Project Appraisal Document (PAD)*.¹¹ Esse conjunto de indicadores é especialmente acompanhado pela equipe de monitoramento e avaliação do Banco, sendo eles: indicadores de desenvolvimento, indicadores de resultados intermediários e indicadores de desembolso.

Foram identificados cinco indicadores de desenvolvimento, sendo cada um relacionado a um setor do Projeto (Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres; Educação; Saúde; e Gestão do Setor Público).

Já os indicadores de resultados intermediários são específicos, sendo cada um relacionado a um dos programas contemplados no Componente 1 ou a uma ação do Componente 2 do Projeto.

Os indicadores de desembolso foram selecionados entre os indicadores de monitoramento e estão relacionados aos repasses de recursos do Banco Mundial ao Estado no âmbito da execução do Componente 1 do Projeto.

Os indicadores comporão os Relatórios Semestrais do Projeto e serão encaminhados pela UGP ao Banco Mundial, sendo estes elaborados a partir das informações encaminhadas pelas instituições envolvidas na execução dos programas e ações.

No quadro 11 estão apresentados o indicador de resultado intermediário relativo ao Programa e o indicador de desenvolvimento para o Setor de Educação. E no quadro 12 estão apresentados os indicadores de monitoramento do Formação em Ação.

¹¹ Documento elaborado durante a preparação do Projeto para fins de avaliação do mesmo pela direção do Banco Mundial.

QUADRO11 - INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE EDUCAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO E SOCIAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

continua

N.º	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO				MEDIDA DE DESEMPENHO
				Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018	2019	
4	Taxa de sobrevivência do ciclo final do ensino fundamental das escolas do Estado	Percentual	78,4 (2012)	79,20	84,20	106,3	79,60	84,50	85,00	85,5	O indicador é calculado baseado na metodologia UNESCO/WB: Divide o número total de alunos das escolas estaduais pertencentes a um contingente escolar que alcança notas de aprovação no final do ciclo do ensino fundamental pelo número de alunos das escolas estaduais no contingente escolar, ou seja, aqueles originalmente matriculados na primeira série do ciclo final do ensino fundamental e multiplique o resultado por 100. Calculado com base no método de contingente reconstruído, que usa dados sobre a matrícula e repetentes por dois anos consecutivos. Para o cálculo do indicador serão utilizados os dados do ano anterior.

QUADRO11 – INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE EDUCAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO E SOCIAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

continua

N.º	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO				MEDIDA DE DESEMPENHO
				Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018	2019	
16	Participação de professores em treinamento de formação	Percentual	57	85	85	100,0	85	85	85	85	Para desembolsos ocorridos em fevereiro: a verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1.º e 2.º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1.º e 2.º semestres do ano. A partir de 2019 este indicador não será mais de desembolso.
17	Capacitação Acadêmica de Professores em Serviço, Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)	Número	2.351 (2012)	4.030	6.038	149,8	5.930	5.930	7.689	7.689	Para aferição do indicador serão considerados os professores com certificados pelo PDE emitidos no período de referência do Relatório Semestral, independentemente das suas turmas de origem, excluindo-se os professores que optaram pelo aproveitamento total da titulação (mestrado e doutorado) certificados pelo Programa.

QUADRO11 – INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE EDUCAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO E SOCIAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

continua

N.º	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO				MEDIDA DE DESEMPENHO
				Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018	2019	
17											Considerando a duração do PDE de dois anos e os meses necessários para a tramitação administrativa do processo tanto nas Universidades quanto na SEED para fins de certificação dos professores, espera-se que os dados informados representem o número de concluintes de turmas PDE iniciadas dois anos antes. Eventualmente professores podem concluir o PDE em um tempo superior a dois anos devido a licenças previstas em lei.
32	Fortalecimento da capacidade da SEED de avaliar programas de treinamento para professores	Texto	A capacidade de avaliação de treinamento de professores é inadequada	Consultoria para a Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) contratada e Relatório Intermediário de Avaliação do PDE	Proposta de avaliação do PDE desmembrada em categorias e Minuta de Termo de Referência da primeira categoria encaminhado para o especialista em Educação do Banco Mundial.	0,0	Relatório de Avaliação Final do PDE e Disseminação	Relatório da primeira dimensão do PDE	Relatório da segunda dimensão do PDE	Relatório da terceira dimensão do PDE	Relatórios das consultorias contratadas contendo as avaliações das dimensões do PDE, conforme respectivos Termos de Referências.

QUADRO11 - INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE EDUCAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO E SOCIAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

conclusão

N.º	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO				MEDIDA DE DESEMPENHO
				Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018	2019	
33	Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas	Número	437 (2014)	557	695	124,8	750	750	750	750	A verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1.º e 2.º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1.º e 2.º semestres do ano. A abertura de turmas ou de novas escolas pode justificar a capacitação além do previsto, uma vez que as metas em números absolutos representam 95% do total de 789 professores em serviço que compunham o quadro de pessoal das escolas estaduais indígenas em 2016, segundo os recursos humanos da SEED.

FONTE: UGP/CDG/SEPL

QUADRO 12 - INDICADOR DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO									
INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO			RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO	MEDIDA DE DESEMPENHO
		PREVISTO	REALIZADO	%	2016	2017	2018		
Oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdos das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos (meta anual)	Número	5.300	5.623	106,0	6.000	6.000	6.000	SEED/SUED/ DPTE/CFC	Número de oficinas realizadas dividido pelo número previsto de oficinas
Técnicos participando em oficinas para troca de experiências	Número	26.001	30.069	88,0	26.159	26.159	26.159	SEED/SUED/ DPTE/CFC	Número de técnicos participantes dividido pelo número previsto de técnicos
Professores participando em oficinas para troca de experiências	Número	60.476	71.686	81,0	69.308	69.308	69.308	SEED/SUED/ DPTE/CFC	Número de professores participantes dividido pelo número previsto de professores
Vagas ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico para uma formação continuada de dois anos em articulação com as universidades públicas do Estado - PDE	Número	8.400	8.400	100,0	10.400	10.400	12.400	SEED/SUED/ DPTE/DFPE/ CAA	Números de vagas ofertadas dividido por número de vagas previstas para oferta no PDE
Cadernos PDE publicados contendo artigos científicos	Número	3	3	100,0	4	NA	5	SEED/SUED/ DPTE/CAA	Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número de cadernos previstos para a publicação
Cadernos PDE publicados contendo materiais didático-pedagógicas produzidos	Número	3	3	100,0	4	NA	5	SEED/SUED/ DPTE/CAA	Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número de cadernos previstos para a publicação

FONTE: UGP/CDG/SEPL

8 CUSTOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

No quadro 13 são apresentados os custos anuais e total previstos para o Programa Formação em Ação, sendo que na previsão levou-se em consideração a programação da iniciativa do PPA 3017 da SEED.

QUADRO 13 - CUSTOS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

SETOR DO PROJETO/PGE	EXECUTOR/ CO-EXECUTOR	METAS FINANCEIRAS PREVISTAS						
		N.º Iniciativa no PPA	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total do Projeto
Setor de Educação/ Programa de Gastos Elegíveis 6	SEED	3017	32.030.670	31.980.000	17.272.327	18.581.081	19.995.935	119.860.013
TOTAL DO SETOR EDUCAÇÃO	SEED	3018 3017 4094	98.316.020	133.650.000	73.042.327	95.509.322	66.713.254	467.230.923

FONTE: UGP/CDG/SEPL

CAPÍTULO 3

PROGRAMA RENOVA ESCOLA

1 ANTECEDENTES E CONTEXTO

A ambiência física da escola deve propiciar a participação e estar em consonância com as diretrizes e políticas de ensino. Tanto quanto as práticas pedagógicas, a infraestrutura física, no que diz respeito aos materiais e equipamentos, constitui fator determinante para o êxito do processo de ensino-aprendizagem, na medida em que propicia bem-estar e assegura integridade física à comunidade escolar.

Por essa razão, a infraestrutura física da Rede Escolar deve merecer destaque nas políticas públicas destinadas a assegurar o acesso e a permanência do educando na escola, com dignidade, justificando os elevados investimentos financeiros em obras de construção, ampliação, recuperação, manutenção e aquisição de materiais e equipamentos escolares.

O ambiente físico escolar adequado, representado pelo conjunto das instalações físicas e recursos materiais necessários ao bom funcionamento da escola, é um facilitador para o processo de aprendizagem e um indicador de qualidade em educação. Em contraposição, uma escola sem estrutura física adequada pode criar no educando um quadro de desvalorização da educação e insatisfação com a aprendizagem.

A rede pública estadual do Paraná necessita de um plano de melhorias e recuperação sistemáticas, com o planejamento de uma manutenção contínua e expansão, de acordo com as necessidades educacionais. A qualidade física dos prédios e dos equipamentos da rede pública estadual, a partir da sua reorganização, adequação e melhoria dos ambientes escolares, respalda o compromisso de superação proposto na gestão atual, por meio do planejamento de ações para reparos, adequações e ampliações dos prédios existentes e novas edificações.

2 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

2.1 OBJETIVO GERAL

Melhorar a infraestrutura física dos prédios da Rede Estadual de Ensino.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Recuperar, ampliar e adequar os espaços físicos escolares;
- Provisionar equipamentos para os espaços de sala de aula, laboratórios e cozinha;
- Aprimorar o processo de planejamento e gestão da infraestrutura física escolar.

2.3 ÁREA DE ATUAÇÃO

Inicialmente o projeto priorizará as instituições de ensino, considerando os critérios estabelecidos em cada componente. No decorrer da execução do referido projeto, os estudos contidos no documento Leituras Regionais, o qual identifica as mesorregiões geográficas paranaenses, bem como no Programa Família Paranaense, embasarão a definição de novos critérios de priorização, uma vez que ambos visam apontar e diminuir as diferenças na organização do território estadual quanto às questões sociais, econômicas e políticas no Estado.

Desta forma, espera-se que, ao desenvolver as ações do Programa Renova Escola, a SEED também contribua para o equacionamento da disparidade relacionada à variável Educação.

2.4 PÚBLICO-ALVO

Alunos, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental até os anos finais do Ensino Médio, corpo docente, técnicos administrativos e comunidade escolar.

2.5 PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Professores, alunos e funcionários das escolas recuperadas e/ou equipadas.

2.6 ESTRUTURA DO PROGRAMA

O Programa apresenta uma estrutura operacional formada por três componentes, descritos a seguir.

2.6.1 Componente 1: Ampliação e/ou Adequação de Ambientes Escolares

A ampliação é a execução de um ou mais ambientes (salas de aula, biblioteca, laboratórios) em prédios já existentes, com vistas a ampliar e/ou melhorar o atendimento da clientela escolar. A adequação é a reorganização dos espaços físicos do prédio, convertendo um ambiente em outro, visando à alteração de uso e atendimento às normas vigentes.

2.6.2 Componente 2: Recuperação e Reparos de Prédios Escolares

São serviços de substituição de elementos construtivos existentes na escola (de parte ou do todo), sendo utilizado o mesmo material de construção ou outro de melhor qualidade, ou maior vida útil, durabilidade e propriedades técnicas.

2.6.3 Componente 3: Aquisição de Equipamentos e Mobiliários Escolares

A Rede Estadual de Educação Básica, atendendo à legislação vigente, busca assegurar os padrões de qualidade e realizar ações voltadas para a renovação e o suprimento de equipamentos e mobiliários, adequados para os estabelecimentos de ensino estaduais do Paraná.

Os equipamentos e mobiliários escolares são de suma importância no processo de ensino-aprendizagem para o conforto físico e psicológico do aluno, favorecendo a qualidade e melhoria de seu aprendizado.

Em virtude da crescente demanda de ampliações, unidades novas, locações, reposições e reserva técnica, assim como os programas e projetos da Secretaria de Estado da Educação, há a necessidade de aquisição de mobiliários e equipamentos para atendimento e reposição em todos os estabelecimentos de ensino da Rede Estadual, tendo em vista que o estado de conservação desses bens móveis é péssimo, ruim ou regular (de acordo com atualização patrimonial) e a demanda reprimida não foi atendida na totalidade nos últimos dez anos.

2.7 AÇÕES E METAS ANUAIS DO PROGRAMA

No quadro 14 são apresentadas as ações e as metas anuais do Programa.

QUADRO 14 - AÇÕES E METAS ANUAIS REALIZADAS E PREVISTAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

AÇÕES	ATÉ DEZEMBRO DE 2015		PREVISTO		
	Previsto	Realizado	2016	2017	2018
Planejamento para atender adequadamente às demandas dos estabelecimentos de ensino	Documento técnico com o resultado da aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização do atendimento a estabelecimentos de ensino	Documento técnico com o resultado da aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização do atendimento a estabelecimentos de ensino	Documento técnico com o resultado da aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização do atendimento a estabelecimentos de ensino	Documento técnico com o resultado da aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização do atendimento a estabelecimentos de ensino	Documento técnico com o resultado da aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização do atendimento a estabelecimentos de ensino
Recuperação e ampliação dos ambientes escolares ⁽¹⁾	160 escolas reformadas ou ampliadas	310 escolas reformadas ou ampliadas	340 escolas reformadas ou ampliadas	400 escolas reformadas ou ampliadas	400 escolas reformadas ou ampliadas
Aquisição de equipamentos e mobiliários escolares	500 escolas equipadas e mobiliadas	805 escolas equipadas e mobiliadas	865 escolas equipadas e mobiliadas	900 escolas equipadas e mobiliadas	NA

FONTE: UGP/CDG/SEPL

(1) A obra é considerada executada, mediante comprovação do Termo de Recebimento Provisório.

3 DETALHAMENTO DO COMPONENTE 1 DO PROGRAMA

Este componente envolve um conjunto de intervenções de natureza física, associadas e complementares entre si, com vistas a adequar/ampliar os ambientes dos prédios escolares sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná para atendimento da demanda de alunos nas áreas de abrangência, nas esferas pedagógicas e administrativas, de acordo com a legislação vigente.

O Componente 1 tem como escopo a ampliação e/ou adequação execução de um ou mais ambientes (salas de aula, biblioteca, laboratórios) em prédios já existentes, com vistas a ampliar e/ou melhorar o atendimento da clientela escolar. A adequação é a reorganização dos espaços físicos do prédio, convertendo um ambiente em outro, visando à alteração de uso e atendimento às normas vigentes.

3.1 BENEFICIÁRIOS FINAIS

A execução das obras de ampliação e/ou adequação beneficiará majoritariamente o aluno matriculado. Porém entende-se que toda a comunidade escolar é beneficiada já que um espaço escolar adequado é fator de promoção de desenvolvimento humano.

3.2 ÁREA DE ATUAÇÃO

Nos primeiros anos do Programa serão priorizadas as instituições de ensino que atenderem aos critérios estabelecidos, conforme procedimentos descritos a seguir. Após este período, os procedimentos para priorização levarão em conta as definições assinaladas no item 2.3 deste capítulo.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Todas as Instituições de Ensino podem ser atendidas, porém faz-se necessário priorizar tal atendimento, de acordo com critérios pré-definidos.

O processo de priorização terá como referência o planejamento da Rede Escolar, e sua sistemática de trabalho, que leva em consideração os problemas que se apresentam, por intermédio do diagnóstico da realidade, bem como análise de dados e indicadores educacionais. Nessa perspectiva, estão previstos:

- o diagnóstico dos prédios existentes, quanto à sua capacidade de matrícula da demanda de alunos residentes nas respectivas áreas de abrangência, existência de dependências físicas para as atividades programadas na Proposta Político-Pedagógica, conservação física predial, localização, entre outros;

- a análise de dados e indicadores educacionais, populacionais e socioeconômicos (censo escolar e populacional, georreferenciamento, entre outros), abrangendo a região a ser atendida e contemplando informações sobre o número de alunos e sua faixa etária; o número de crianças/adolescentes que não recebem nenhum atendimento ou estudam em locais inadequados; taxas de evasão e abandono da população geradora da clientela escolar e nível médio de renda familiar; as distâncias percorridas pela clientela escolar; e a ocupação espacial – subutilização ou superutilização – dos prédios escolares.

A construção da proposta de implementação e priorização para ampliação/adequação dos prédios e ambientes escolares foi organizada em dois eixos estruturantes: a) Demanda e estado de conservação, e b) Ocupação do prédio existente.

A partir dos eixos estruturantes, foram definidos 14 critérios de análise, que contemplam indicadores considerados essenciais para a definição dos estabelecimentos de ensino a serem atendidos, a saber:

- número de vagas para matrícula insuficiente para atender toda a demanda residente na área de abrangência;
- oferta de vagas somente no noturno ou esgotamento da oferta no diurno;
- atendimento em turnos intermediários;
- capacidade física esgotada da Instituição de Ensino ou da região esgotada;
- necessidade de transporte escolar;
- salas de aula superlotadas ou em descumprimento à legislação vigente;
- precariedade da situação física dos ambientes;
- crescimento populacional;
- ambientes adaptados e/ou inadequados;
- prédio em dualidade administrativa;
- ampliação das atividades de complementação curricular em contraturno;
- atendimento à legislação e normas vigentes (Ministério Público, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros);
- notificação do Ministério Público;
- funcionamento em espaços locados ou cedidos;
- oferta do ensino médio somente no noturno;
- reconhecimento de curso ou renovação do reconhecimento.

Considerando que as intervenções de ampliação/adequação do espaço físico do prédio escolar devem atender a um conjunto diversificado de necessidades – que contemplam desde a construção de um muro, para garantir as condições mínimas de segurança à comunidade escolar, até a construção de um Laboratório de Ciências, para cumprir a

legislação vigente –, além dos critérios de análise para a proposição final da priorização da intervenção necessária, são considerados os seguintes indicadores:

- atendimento às condições básicas das normas sanitárias (cozinha, depósitos, área de serviço e refeitório);
- cumprimento do Projeto Político-Pedagógico, LDB e Resoluções Estaduais (laboratórios e biblioteca);
- adequação dos ambientes administrativos.

Finalizada a elaboração do estudo de demanda e a priorização de atendimento, são definidas as instituições de ensino a serem beneficiadas na programação de obras do ano subsequente.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS

A partir da análise dos critérios descritos e definição de escolas a serem beneficiadas, inicia-se a etapa de planejamento da construção, desde a definição e/ou vistoria dos locais até a contratação da obra.

Concomitantemente, para cumprimento das etapas de planejamento e execução da obra, é realizada a verificação, nos órgãos públicos, particularmente junto às prefeituras, das exigências a serem observadas, tais exigências estão contidas no Código de Obras específico de cada município. Além disso, os projetos deverão observar as principais leis ambientais, que deverão ser cumpridas durante as obras civis:

- Resolução CONAMA n.º 307, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, alterada pela Resolução 348, de 2004, e Resolução 431, de 2011, data da legislação: 5 de julho de 2002;
- Lei de Crimes Ambientais, Lei n.º 9.605/98, regulamentada pelo Decreto n.º 3.179/99.

Observando a legislação citada, é possível definir diretrizes ambientais a serem seguidas na execução de obras civis, de forma que sejam evitados desperdícios de materiais e realizado o controle dos resíduos e assim minimizados os impactos ambientais adversos.

Após o cumprimento de todas as etapas mencionadas anteriormente, o Instituto FUNDEPAR iniciará, de forma centralizada, os procedimentos licitatórios para contratação de uma empresa que executará a obra.

Todas as ações de execução das intervenções estarão balizadas nas diretrizes das salvaguardas sociais (quilombolas, indígenas e reassentados) e salvaguardas ambientais (Meio Ambiente), disponíveis no site da Secretaria de Planejamento (<http://www.sepl.pr.gov.br>), em Projetos Multissetoriais - Banco Mundial, nos links:

- Marco Gestão Ambiental volume I;
- Marco Gestão Ambiental volume II;
- http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos_PDF_PGA_II_2012_1.pdf - [blank](#)Marco de Reassentamento Involuntário;
- Estratégia de Participação Indígena.

Na sequência, é apresentado o fluxo de trabalho, desde a abertura da solicitação até a entrega da obra.

3.4.1 Início da Demanda

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
3.4.1	Inicia a solicitação por meio do Sistema Obras Online – Módulo Planejamento	Diretor(a) da Escola	Abertura da solicitação no Sistema Obras Online – gera um código para acompanhamento da solicitação	Na abertura o Diretor deve inserir no sistema, Ata da Comunidade Escolar, justificativa entre outros documentos que comprovem a necessidade da realização da obra

3.4.2 Inserção de Documentos Técnicos de Engenharia e Validação da Solicitação

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
3.4.2	Inserção de documentos técnicos de engenharia e validação da solicitação pelo engenheiro	Área técnica de engenharia do Núcleo Regional de Educação	A solicitação passa a ter dados técnicos que subsidiarão os demais responsáveis na validação da necessidade da obra	Nesta etapa devem ser inseridos, relatórios de vistoria do terreno, relatório fotográfico, croqui que demonstre o local onde será realizada a ampliação e/ou melhoria.

Vale destacar que para verificar se a obra apresenta ou não potencial de causar ações de Reassentamento Involuntário nos Relatórios de Vistoria dos Terrenos das escolas estão inseridas questões relativas à posse do terreno e outras questões relativas à possibilidade de a obra provocar perdas de fontes de renda e subsistência a terceiros e ainda impedir a comunidade de acessar fontes de recursos naturais ou áreas de lazer. O processo somente tem continuidade quando há provas de que o terreno é de domínio do Estado do Paraná e as obras não provocam nenhuma ação de reassentamento involuntário.

3.4.3 Validação e Priorização da Solicitação pelo Núcleo Regional de Educação

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
1.3	Validação documental e após a priorização da referida obra entre as demais obras do Núcleo Regional de Educação a solicitação é enviada virtualmente para a Coordenação da Rede Física - CAP/DIAF	Chefe do Núcleo Regional de Educação - NRE	Formalização e priorização da solicitação pela chefia do NRE	A obra é priorizada pelo NRE entre as demais.

3.4.4 Análise, Validação Documental e Priorização da Obra

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
1.4	Análise, validação documental, parecer técnico, planejamento e priorização e priorização da referida obra perante as demais solicitações. Após priorização dá-se a abertura de protocolado correspondente à solicitação.	Coordenação da Rede Física - CAP	Priorização da solicitação pela coordenação da CAP	Nesta fase, a CPLAN sempre que necessário irá solicitar a complementação da documentação ao NRE.

3.4.5 Informação de Elegibilidade

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
1.5	O Protocolado é encaminhado à DAD para emissão da Declaração de Elegibilidade	Gerente do Departamento de Administração	Análise da adequação do objeto solicitado aos critérios estabelecidos no Manual Operacional - MOP	Emissão de Declaração de Elegibilidade

3.4.6 Elaboração dos Elementos Técnicos de Engenharia

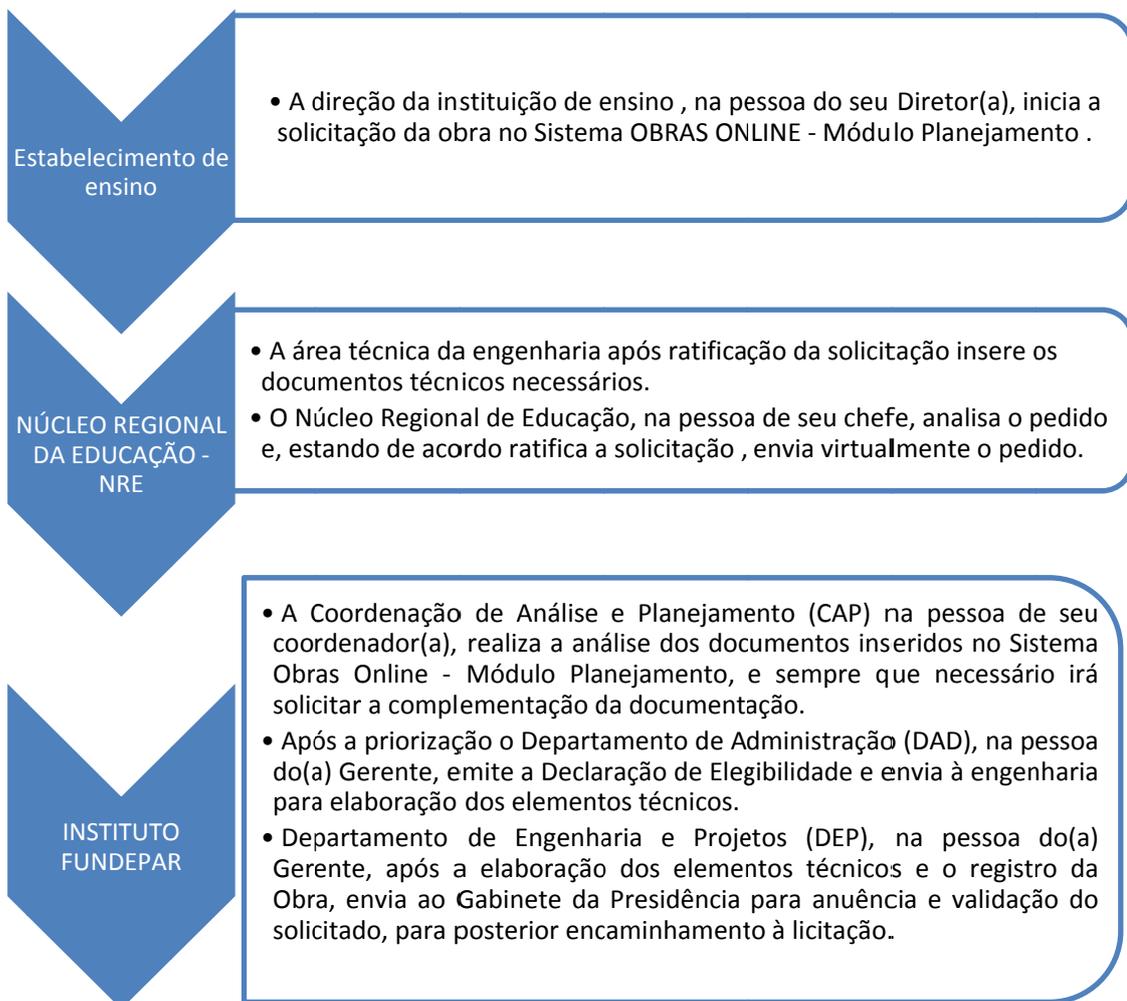
ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
1.6	A Diretoria Técnica (DIT) solicita a elaboração dos elementos técnicos de engenharia.	Diretor(a) Técnico	Elementos técnicos de engenharia	Encaminhamento para as Coordenações responsáveis

3.4.7 Anuência e Envio para Indicação Orçamentária

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
1.7	O Departamento de Projetos e Engenharia - DEP, após a elaboração dos elementos técnicos e o registro da Obra, envia o Protocolado à DIAF para anuência e validação do solicitado, para posterior encaminhamento ao Departamento de Planejamento de Finanças para a indicação de recursos.	Diretor Administrativo-Financeiro	O Protocolo estará instruído com os elementos técnicos necessários para a indicação orçamentária e posterior licitação	

As informações acima foram as etapas que sofreram alterações devido à criação do Instituto FUNDEPAR. As demais etapas seguem o fluxo inicial, descrito no Item 3.5.

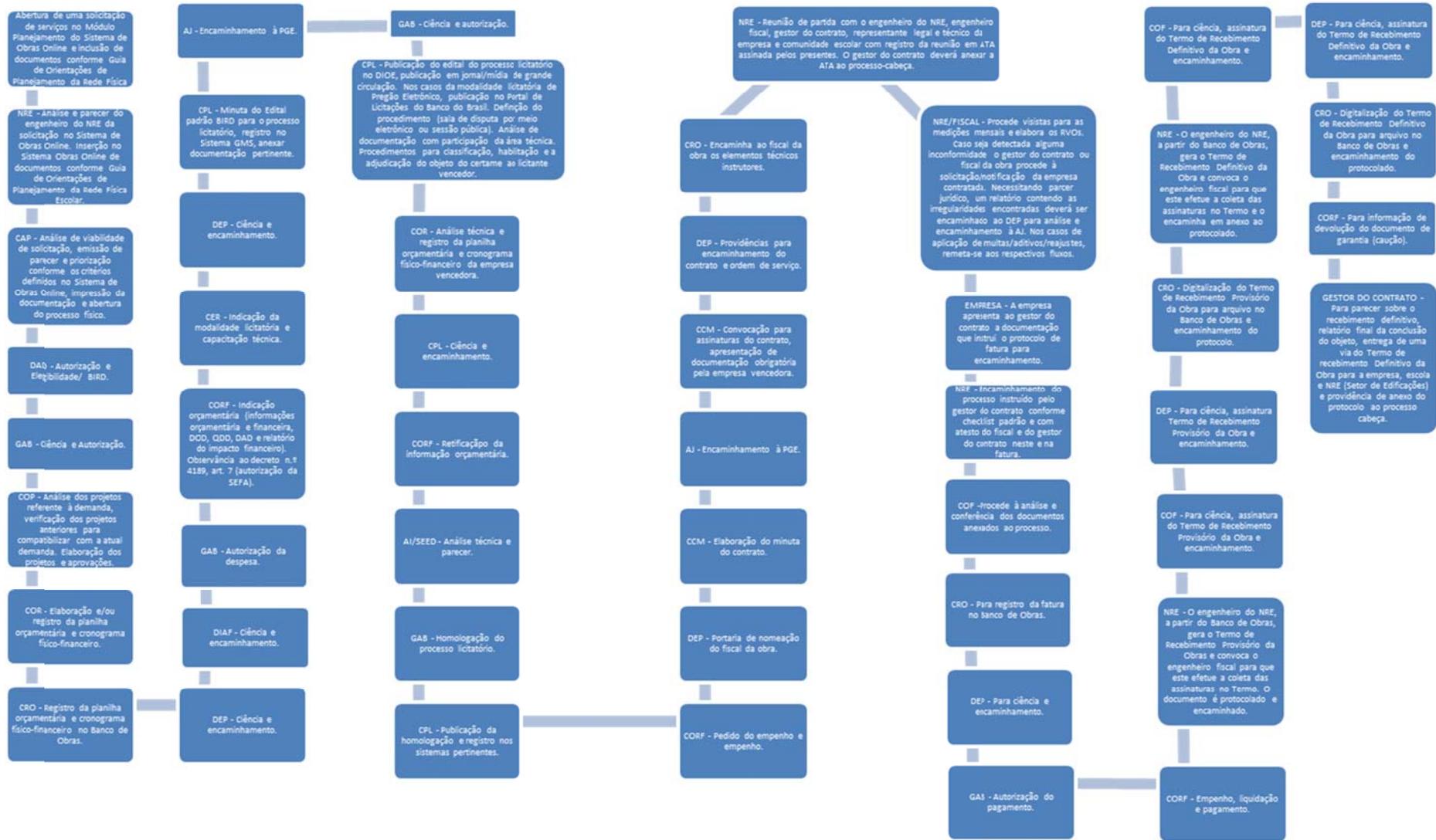
Síntese do fluxo do Componente 1



3.5 FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 1 – AMPLIAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES

A figura 13 apresenta o fluxograma operacional do Componente 1 do Programa Renova Escola, previsto até dezembro de 2018, objetivando esclarecer de modo sintético as principais etapas de execução e os responsáveis de cada uma das atividades que serão desenvolvidas.

FIGURA 13 - FLUXOGRAMA OPERACIONAL DO COMPONENTE AMPLIAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES



3.6 GESTÃO DO COMPONENTE 1

A gestão do Componente será realizada por uma instância central, formada por representantes da mantenedora SEED/PR, na qual atuarão, como participantes diretos, o Instituto FUNDEPAR, mais especificamente a Diretoria Administrativo Financeira (DIAF), o Departamento de Administração (DAD), e o Departamento de Projetos e Engenharia. Suas coordenações correlatas também participarão ao articular, coordenar e gerenciar as atividades ligadas à execução e monitoramento das ações do Programa, bem como buscar a integração com as demais políticas públicas para o Setor. As áreas administrativa, financeira e de planejamento também atuarão.

Ainda complementam a instância central de gestão do Componente a articulação com uma instância regional, composta por representantes do Núcleo Regional de Educação, chefe do NRE, supervisor de edificações, gestores escolares e membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

4 DETALHAMENTO DO COMPONENTE 2 DO PROGRAMA

O Componente 2 tem como escopo a substituição de elementos construtivos existentes na escola (de parte ou do todo), sendo utilizado o mesmo material de construção ou outro de melhor qualidade ou maior vida útil, durabilidade e propriedades técnicas, de acordo com as seguintes intervenções de natureza física:

- substituir: trocar partes danificadas do prédio;
- reparar: refazer partes danificadas do prédio.

Para os atendimentos deve-se, obrigatoriamente, caracterizar a substituição, recuperação ou reparação de partes danificadas do prédio. Por exemplo: troca de telhas quebradas da parte danificada, da fechadura que emperrou, da fiação elétrica, do vaso sanitário, do disjuntor que estragou, entre outras situações.

4.1 BENEFICIÁRIOS FINAIS

Os beneficiários provenientes da reparação estrutural dos estabelecimentos de ensino indicados para atendimento serão os integrantes da comunidade escolar, educandos, corpo docente e administrativo.

4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO

Serão atendidos os estabelecimentos de ensino em todas as mesorregiões geográficas paranaenses. Durante a execução do referido Componente serão priorizados os estabelecimentos de ensino que atenderem aos critérios estabelecidos, conforme procedimento descrito no item 4.3, não sendo considerada a distribuição geográfica em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

4.3 PROCEDIMENTOS PARA PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

A Secretaria de Estado da Educação conta, atualmente, com 2.134 estabelecimentos de ensino que, em média, apresentam 45 ambientes em sua estrutura física global (Levantamento da Situação Escolar, 2011). Desses estabelecimentos, 87 são prédios considerados novos, pois possuem menos de 10 anos de construção (Sistema de Obras/CELEPAR, 2011). Em contrapartida, todos os demais necessitam de manutenção periódica mínima para a garantia da conservação do espaço escolar e do bom funcionamento de suas instalações. Como todos os estabelecimentos com necessidade de intervenção podem

ser eleitos, foi necessário priorizar os estabelecimentos a serem beneficiados utilizando alguns critérios.

As definições dos critérios estabelecidos para a priorização de atendimento fundamentaram-se em informações repassadas pelos Núcleos Regionais de Educação no segundo semestre do ano letivo de 2011. Elas apontam atendimento emergencial a 63% dos prédios públicos escolares, em virtude da precariedade dos itens estruturais considerados básicos (cobertura, elétrica e hidráulica, forro, parede, pisos, janelas, portas e fechaduras).

Com base no diagnóstico apresentado pelos NREs, foi possível elaborar uma planilha de avaliação, adotando como critérios de priorização dois índices distintos: o quantitativo (denominado "grau") e o qualitativo (que reflete o "nível"). Somados, estes índices permitirão priorizar os estabelecimentos de ensino que necessitam de intervenções em caráter emergencial.

- Grau: Índice Quantitativo

Este índice leva em consideração o estado de conservação dos itens estruturais dos prédios escolares. No quadro 15 são apresentadas as pontuações, que podem variar de 1 a 8, conforme a quantidade de itens estruturais considerados em estado de conservação "grave". Serão priorizados os prédios que apresentarem maior pontuação.

QUADRO 15 - PONTUAÇÃO CONFORME NÚMERO DE ITENS ESTRUTURAIIS EM ESTADO DE CONSERVAÇÃO CONSIDERADO GRAVE

QUANTIDADE DE ITENS ESTRUTURAIIS EM ESTADO DE CONSERVAÇÃO "GRAVE"	PONTUAÇÃO
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8

FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa - SEED (2012)

- Nível: Índice Qualitativo

Este índice indica a importância do item estrutural para a edificação como um todo. Deste modo, os itens estruturais recebem pesos diferenciados, organizados nos seguintes grupos:

- a) cobertura, elétrica e hidráulica = peso 8 (quadro 16);
- b) forros, paredes e pisos = peso 4 (quadro 17);
- c) janelas e portas/fechaduras = peso 2 (quadro 18).

O índice qualitativo também leva em consideração o número de itens, dentro dos grupos acima indicados, considerados em estado de conservação grave. Deste modo, são indicados pelos coeficientes A B ou C, conforme exemplos abaixo.

QUADRO 16 - PESO DOS ITENS ESTRUTURAIS CONSIDERADOS GRAVES, RELATIVOS À COBERTURA, ELÉTRICA E HIDRÁULICA

ITENS ESTRUTURAIS CONSIDERADOS GRAVES	PESO
Três itens graves	8A
Dois itens graves	8B
Um item grave	8C

FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa - SEED (2012)

QUADRO 17 - PESO DOS ITENS ESTRUTURAIS CONSIDERADOS GRAVES, RELATIVOS A FORROS, PAREDES E PISOS

ITENS ESTRUTURAIS CONSIDERADOS GRAVES	PESO
Três itens graves	4A
Dois itens graves	4B
Um item grave	4C

FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa - SEED (2012)

QUADRO 18 - PESO DOS ITENS ESTRUTURAIS CONSIDERADOS GRAVES, RELATIVOS A JANELAS E PORTAS/FECHADURAS

ITENS ESTRUTURAIS CONSIDERADOS GRAVES	PESO
Dois itens graves	2B
Um item grave	2C

FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa - SEED (2012)

4.4 PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES NOS PRÉDIOS ESCOLARES

Até o ano de 2014¹² eram realizadas duas modalidades de licitação para as obras de reparos, uma denominada Gestão Descentralizada – para as obras até R\$ 150.000,00 – e outra Gestão Centralizada – para as obras acima de R\$ 150.000,00.

Devido a entraves burocráticos, bem como à permanência dos membros das Comissões de Licitação Descentralizadas nos Núcleos Regionais de Educação (NREs), fez-se necessária a extinção dessa modalidade. No entanto, foi verificado que o escopo de

¹² No ano de 2014 foi realizada a última Licitação da modalidade de Gestão Descentralizada, porém algumas obras desse processo licitatório foram executadas nos anos de 2015 e 2016.

atuação das obras de reparos até R\$ 150.000,00 trouxe inúmeros benefícios às instituições de ensino de forma rápida às necessidades básicas urgentes.

Considerando o exposto, o escopo permaneceu com a denominação de Reparos Descentralizados – Programa Renova Escola, atendendo as necessidades básicas elencadas acima, com o valor máximo de R\$ 150.000,00, porém a licitação passou a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico de forma centralizada.

As obras acima do valor de R\$ 150.000,00 continuam sendo realizadas por meio de licitação centralizada.

Os serviços serão realizados por meio da contratação de empresas com capacidade de executar obras e serviços de engenharia, mediante procedimento licitatório.

A solicitação de recursos destinados à contratação de obras e serviços de engenharia deverá ser feita pelo(a) diretor(a) do estabelecimento de ensino, por meio de ofício protocolado no Núcleo Regional de Educação. O NRE emite parecer, informa se a solicitação faz parte das suas prioridades e o encaminha ao Instituto FUNDEPAR. O Instituto planeja e registra a solicitação, emite parecer técnico de engenharia e o envia para o gabinete da Presidência para autorização de execução da obra e para indicação e empenho de recursos pela DIAF/CORF. Uma vez autorizada e empenhada a obra, inicia-se o processo licitatório pela Comissão de Licitação.

Após a realização do certame licitatório e sua homologação, é solicitado o empenho para confecção do Contrato de Prestação de Serviços. Posteriormente, efetua-se a assinatura do Contrato e emite-se a Ordem de Serviço para início da execução do serviço contratado.

A realização dos reparos deverá ser criteriosamente acompanhada pelo(a) diretor(a) do estabelecimento de ensino e pelo representante da APMF e conselho escolar, além de vistoriadas pelo supervisor de edificações do NRE e fiscalizadas por técnico responsável, indicado pelo Instituto, em todas as fases de pagamentos de parcelas mensais relativas à obra.

O recebimento provisório e definitivo dos serviços está condicionado ao preenchimento e assinatura do relatório final de execução de obras e serviços, a ser emitido por técnico fiscal responsável. A empresa deverá emitir a nota fiscal dos serviços em nome do estabelecimento de ensino e o pagamento ocorrerá após o recebimento provisório dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro já apresentado pela empresa construtora.

A verificação do dimensionamento das obras e serviços a serem contratados e sua fiscalização ficam sob a responsabilidade do Instituto.

Para a seleção dos estabelecimentos de ensino que serão beneficiados segue o fluxo descrito abaixo.

4.4.1 Iniciar a Demanda

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.4.1	Inicia a solicitação por meio da abertura de Protocolo Físico.	Diretor(a) da Escola	Abertura da solicitação por meio de um Protocolo físico, que gera um número para acompanhamento da solicitação.	Na abertura o Diretor deve inserir no protocolo, Ata da Comunidade Escolar, justificativa entre outros documentos que comprovem a necessidade da realização da obra.

4.4.2 Inserção de Documentos Técnicos de Engenharia e Validação da Solicitação

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.4.2.	A área técnica da engenharia realiza os levantamentos e elabora os elementos técnicos necessários para compor o processo.	Área técnica de engenharia do Núcleo Regional de Educação	A solicitação passa a ter dados técnicos que subsidiarão os demais responsáveis na validação da necessidade da obra	Nesta etapa devem ser inseridos, relatórios de vistoria do terreno, relatório fotográfico, Diagnóstico Quali-Quantitativo, croquis que demonstre as necessidades, entre outros documentos.

4.4.3 Validação e Priorização da Solicitação pelo Núcleo Regional de Educação

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.4.3.	Validação documental e após a priorização da referida obra perante as demais obras do Núcleo Regional de Educação a solicitação é enviada a Coordenação de Execução de Reparos CER/DEPO	Chefe do Núcleo Regional de Educação - NRE	Formalização e priorização da solicitação pela chefia do NRE	A obra é priorizada pelo NRE perante as demais

4.4.4 Análise, Validação Documental e Priorização da Obra

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.4.4.	Análise, validação documental e priorização da referida obra perante as demais solicitações. Após priorização o Protocolo é encaminhado Departamento Administrativo - DAD	Coordenação de Execução de Reparos - CER	Priorização da solicitação pela coordenação da CER	Nesta fase, a CER sempre que necessário irá solicitar a complementação da documentação ao NRE

4.5.5 Informação de Elegibilidade

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.5.5.	O DAD emite a Declaração de Elegibilidade e retorna o Protocolo à CER para as demais providências	Gerente do Departamento Administrativo	Análise da adequação do objeto solicitado aos critérios estabelecidos no Manual Operacional (MOP)	Emissão de Declaração de Elegibilidade.

4.5.6 Ratificação da Necessidade pela Diretoria de Projetos e Engenharia - DEPO

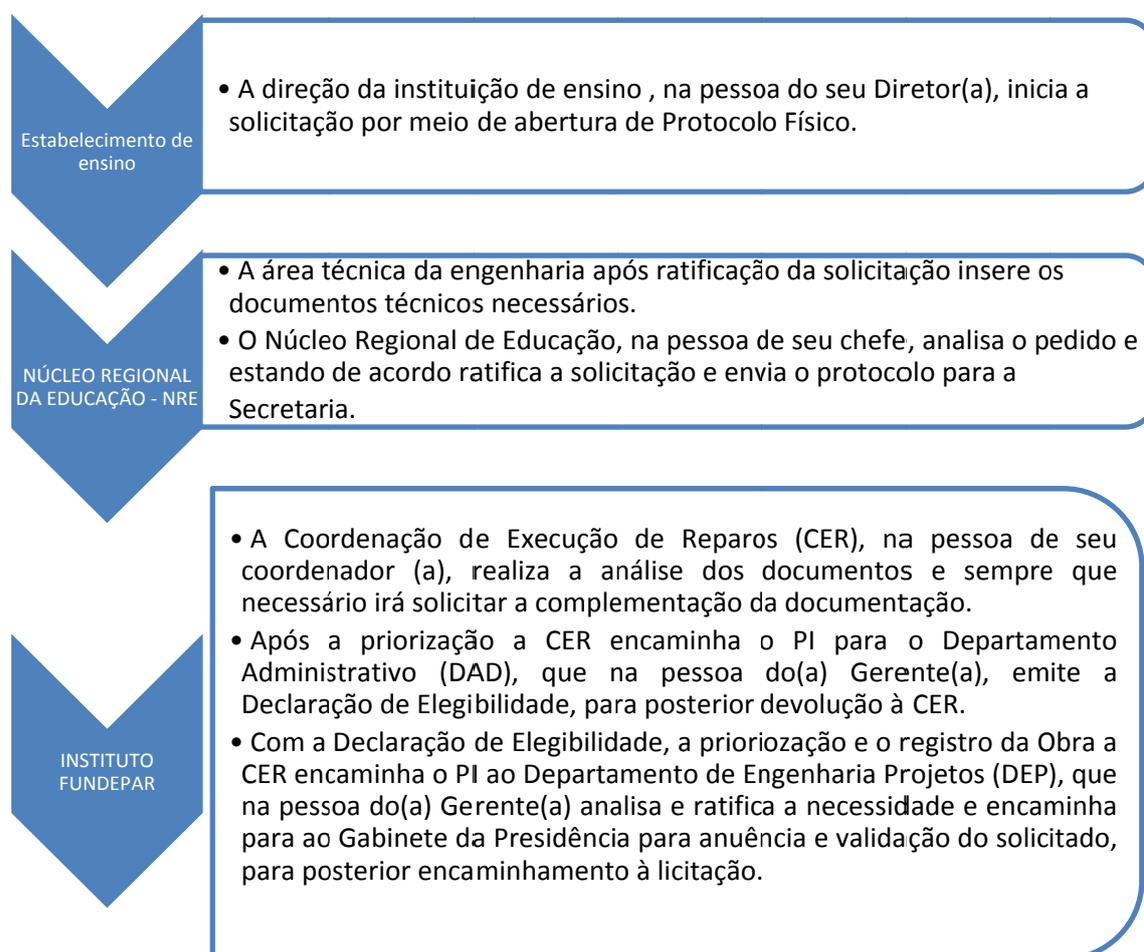
ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.5.6.	A CER após o recebimento da Declaração de Elegibilidade encaminha o Protocolo para registro no Sistema de Controle de Obras e após ao Departamento Engenharia e Projetos - DEP, para a ratificação da necessidade.	Gerente do Departamento Engenharia e Projetos (DEP)	Protocolo está instruído para envio ao Gabinete da Presidência.	Encaminhamento por Despacho do Protocolo ao Gabinete da Presidência.

4.5.7 Anuência e Envio para Indicação Orçamentária

ITEM	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRODUTO	OBSERVAÇÃO
4.5.7.	O Departamento de Projetos e Engenharia (DEP), após a elaboração dos elementos técnicos e o registro da Obra, envia o Protocolado à DIAF para anuência e validação do solicitado, para posterior encaminhamento ao Departamento de Planejamento de Finanças para a indicação de recursos.	Diretor Administrativo-Financeiro	O Protocolo estará instruído com os elementos técnicos necessários para a indicação orçamentária e posterior licitação	

As informações contidas acima foram as etapas que sofreram alterações devido à criação do Instituto FUNDEPAR. As demais etapas seguem o fluxo inicial, descrito no Item 4.5.

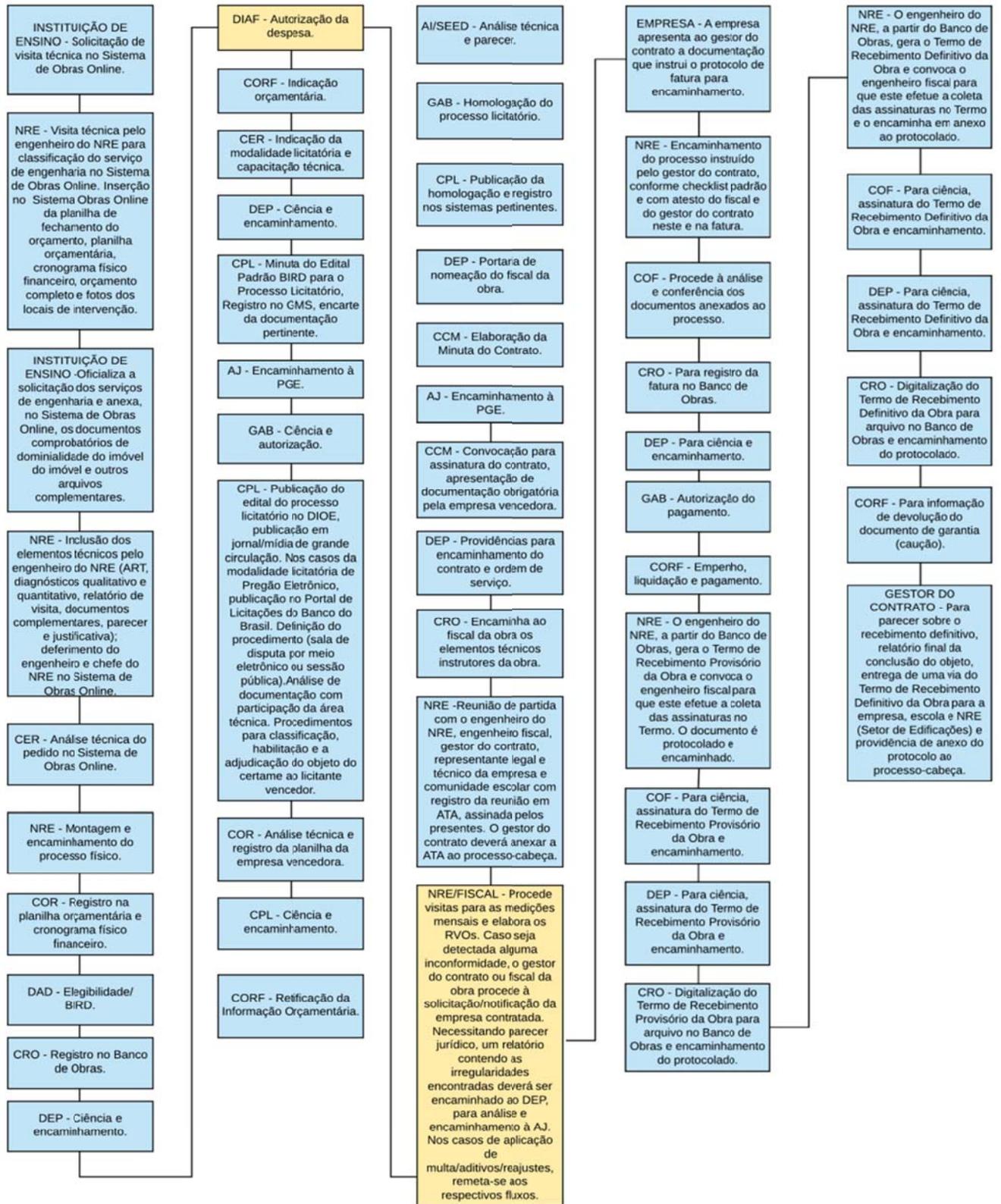
Síntese do fluxo do Componente 2



4.5 FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 2 – RECUPERAÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS ESCOLARES

A figura 14 apresenta o fluxograma operacional do Componente 2 do Programa Renova Escola, previsto até dezembro de 2018, objetivando esclarecer de modo sintético as principais etapas de execução e os responsáveis de cada uma das atividades que serão desenvolvidas.

FIGURA 14 - FLUXOGRAMA OPERACIONAL DO COMPONENTE RECUPERAÇÃO E REPAROS DE PRÉDIOS ESCOLARES 4.6 GESTÃO DO COMPONENTE 2



A gestão de execução do Componente 2 será realizada por uma instância central, formada por representantes da mantenedora SEED/PR, na qual atuarão, como participantes diretos, o Instituto FUNDEPAR, mais especificamente a Diretoria Administrativo-Financeiro (DIAF), o Departamento de Administração (DAD) e o Departamento de Projetos e Engenharia (DPE). Suas coordenações correlatas também participarão ao articular, coordenar e gerenciar as atividades ligadas à execução e monitoramento das ações do Programa, bem como buscar a integração com as demais políticas públicas para o Setor. As áreas administrativa, financeira e de planejamento também atuarão.

Ainda complementam a instância central de gestão do Componente a articulação a uma instância regional, composta por representantes do Núcleo Regional de Educação, chefe do NRE, supervisor de edificações, gestores escolares e membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

Todo o processo de acompanhamento da execução da obra será feito pelos representantes da escola e do NRE, com fiscalização do Instituto FUNDEPAR. Durante o andamento dos reparos, a comunidade escolar será constantemente consultada, por meio de questionários, sobre a qualidade dos serviços prestados, que serão anexados ao protocolo interno de origem, e o gestor escolar será orientado no que for necessário.

5 ACOMPANHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO

Este item apresentará os novos procedimentos sobre o acompanhamento físico-financeiro das obras. O mesmo deve ser observado tanto para as obras do Componente 1 - Ampliação e/ou Adequação de Ambientes Escolares, como do Componente 2 - Recuperação e Reparos de Prédios Escolares.

Após todos os trâmites, que compreendem desde a autorização da Presidência do Instituto FUNDEPAR, para indicação orçamentária até o envio da Ordem de Serviço para assinatura e registro no Banco de Obras, conforme descrito no fluxograma, inicia-se a fase de monitoramento/acompanhamento da execução das obras.

Cabe destacar que muitos dos procedimentos adotados por este Instituto FUNDEPAR passaram por reformulação devido às evidências de divergência entre o faturado e o executado em algumas obras.

Considerando o exposto, foi adotado como documento balizador para a fiscalização das obras o caderno orientador da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado (SEIL), para subsidiar os procedimentos.

O referido material pode ser consultado no endereço eletrônico: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**, [CADERNO 10 – FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS](#).

No entanto, para que a implementação do referido material/procedimentos fosse factível, foi necessária a reestruturação da Coordenação de Fiscalização. Tal reestruturação contou com a nomeação de um novo coordenador e a designação de novos engenheiros para acompanhar e fiscalizar as obras, tanto nos Núcleos Regionais de Educação, quanto no Instituto, bem como a nomeação dos gestores do contrato.

6 DETALHAMENTO DO COMPONENTE 3 DO PROGRAMA

Este Componente envolve um conjunto de aquisições, tendo sido planejado o atendimento dos estabelecimentos com a seguinte série de itens a ser adquirida: fogão industrial com forno, fogão industrial sem forno, forno industrial, mesas de professor, mesas de biblioteca, mesas escrivainhas, mesas de refeitórios com banco, mesas de reunião, cadeiras estofadas giratórias, conjuntos escolares, ventilador, ar-condicionado, balança e mesa para portadores de necessidades especiais.

6.1 BENEFICIÁRIOS FINAIS

A reposição de mobiliários e equipamentos proporcionará um ambiente escolar apropriado, atendendo com qualidade à comunidade escolar, professores, alunos e equipe pedagógica e administrativa.

6.2 ÁREA DE ATUAÇÃO

O Componente deverá atender a estabelecimentos de ensino em todas as mesorregiões geográficas paranaenses. Atuará, nos primeiros 18 meses do Programa, nas instituições priorizadas a partir dos critérios descritos acima, não sendo considerada a distribuição geográfica em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Após este período, serão utilizados os mesmos critérios elencados na primeira fase, para que possam ser beneficiadas 100% das escolas da Rede Estadual de Ensino.

6.3 PROCEDIMENTOS PARA A PRIORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Todos os estabelecimentos de ensino podem ser eleitos, todavia serão analisados os seguintes aspectos para a priorização do atendimento:

- Total de materiais/equipamentos já recebidos, data e quantidade do último envio;
- Prazo de durabilidade, estado de conservação do bem, de acordo com atualização patrimonial (SEAP);
- Total de turmas e número de turmas no maior turno; total de alunos e número de alunos no maior turno; e demanda de professores, equipe pedagógica e administrativa por turno.

Além destes aspectos, serão considerados critérios para reposição de cada item e para atendimento às ampliações e readequações dos espaços físicos escolares. Os critérios estabelecidos para a priorização de atendimento fundamentaram-se no diagnóstico realizado por meio de dados do Sistema de Materiais Permanentes e Consumo (MPC) e Inventário Patrimonial (SEAP).

As informações foram consolidadas na Planilha Geral - Situação de Demanda Reprimida de Mobiliários e Equipamentos, do período de 2007 a fevereiro de 2012, que aponta a necessidade de substituição de 7 a 13 itens de mobiliário ou equipamentos, representando o percentual de 62% dos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual com situação crítica no atendimento às suas necessidades de adequação dos equipamentos/mobiliários existentes.

Os critérios de priorização levaram em consideração dois índices: a) o quantitativo, que representa a quantidade de itens de mobiliário e equipamentos a serem substituídos, e b) o qualitativo, que considera o estado de vida útil e conservação dos materiais e equipamentos.

Para os primeiros 18 meses do Programa, as escolas estão previamente selecionadas a partir dos critérios acima. Entretanto, para os demais anos ocorrerá uma validação dos estabelecimentos de ensino, considerando as indicações da comunidade escolar e Núcleos Regionais de Educação, bem como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

6.4 PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO

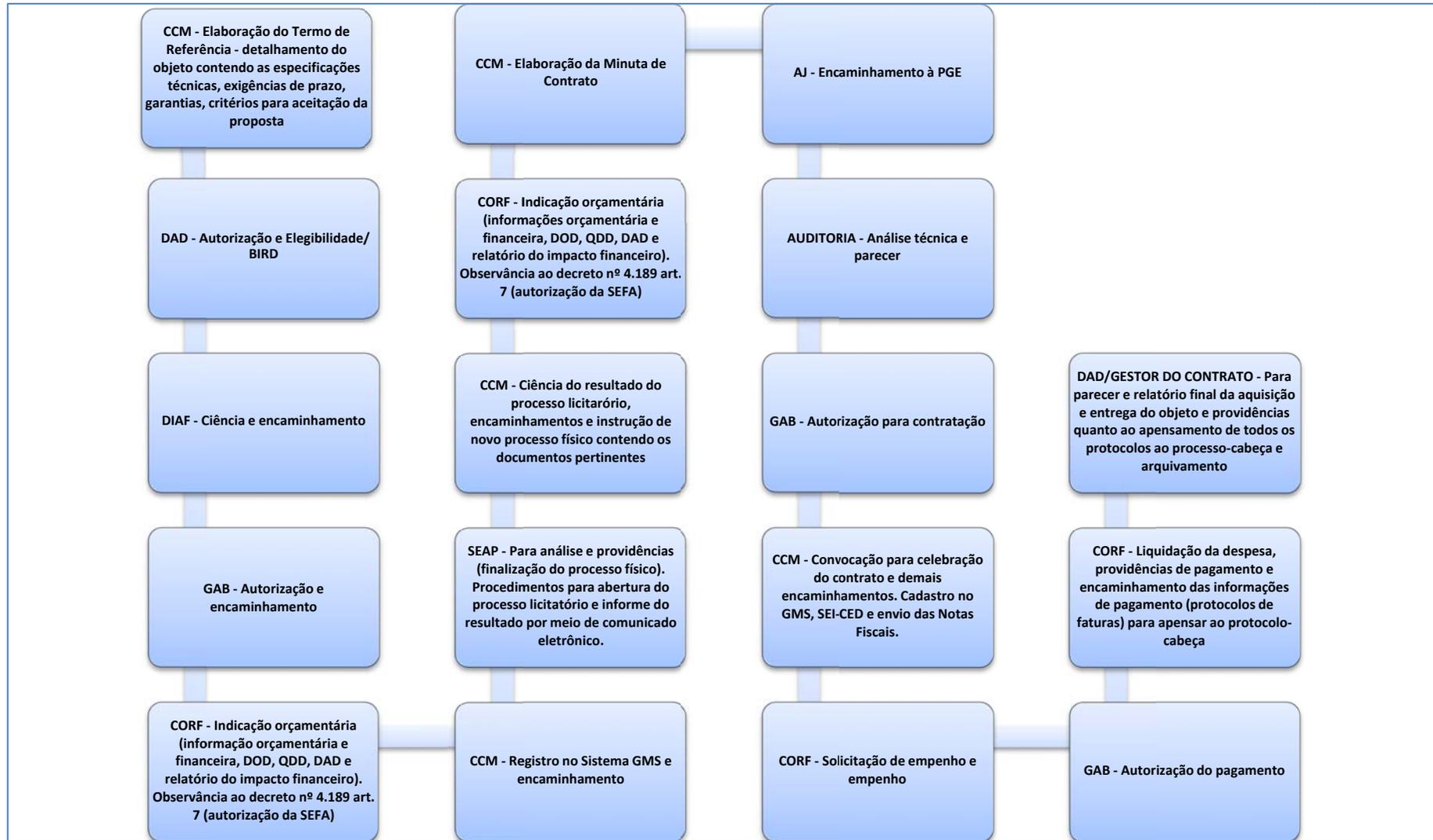
Para a efetivação do processo de aquisição que acontecerá por meio de licitação, será necessário o preenchimento das seguintes etapas:

- a) Definição da necessidade de acordo com os critérios preestabelecidos;
- b) Definição da relação de mobiliários, equipamentos e quantidades;
- c) Estabelecimento das especificações técnicas para mobiliários e equipamentos;
- d) Pesquisa de preço dos mobiliários e equipamentos;
- e) Submissão à autoridade competente para autorização do procedimento;
- f) Indicação de recurso;
- g) Elaboração do instrumento de compra;
- h) Análise jurídica para parecer;
- i) Abertura do procedimento de aquisição;
- j) Análise e julgamento;
- k) Homologação da autoridade competente;
- l) Realização de Empenho da empresa vencedora;
- m) Procedimento de contratação dos fornecedores vencedores;
- n) Recebimento e controle de qualidade dos mobiliários e equipamentos;
- o) Distribuição às escolas.

6.5 FLUXO OPERACIONAL DO COMPONENTE 3 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES

A figura 15 apresenta o fluxograma operacional do Componente 3 do Programa Renova Escola previsto até dezembro de 2018, objetivando esclarecer de modo sintético as principais etapas de execução e os responsáveis de cada uma das atividades que serão desenvolvidas.

FIGURA 15 - FLUXOGRAMA OPERACIONAL DO COMPONENTE 3 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ESCOLARES



6.6 GESTÃO DO COMPONENTE 3

A gestão do Componente 3 será realizada por uma instância central, formada por representantes da mantenedora SEED/PR, na qual atuarão, como participantes diretos, o Instituto FUNDEPAR, mais especificamente a Diretoria Administrativo-Financeira (DIAF), e o Departamento de Administração (DAD). As suas coordenações correlatas também participarão ao articular, coordenar e gerenciar as atividades ligadas à execução e monitoramento das ações do Programa, bem como buscar a integração com as demais políticas públicas para o setor. As áreas administrativa, financeira e de planejamento também atuarão.

Ainda complementam a instância central de gestão do Componente a articulação a uma instância regional, composta por representantes do Núcleo Regional de Educação, chefe do NRE, gestores escolares e membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF).

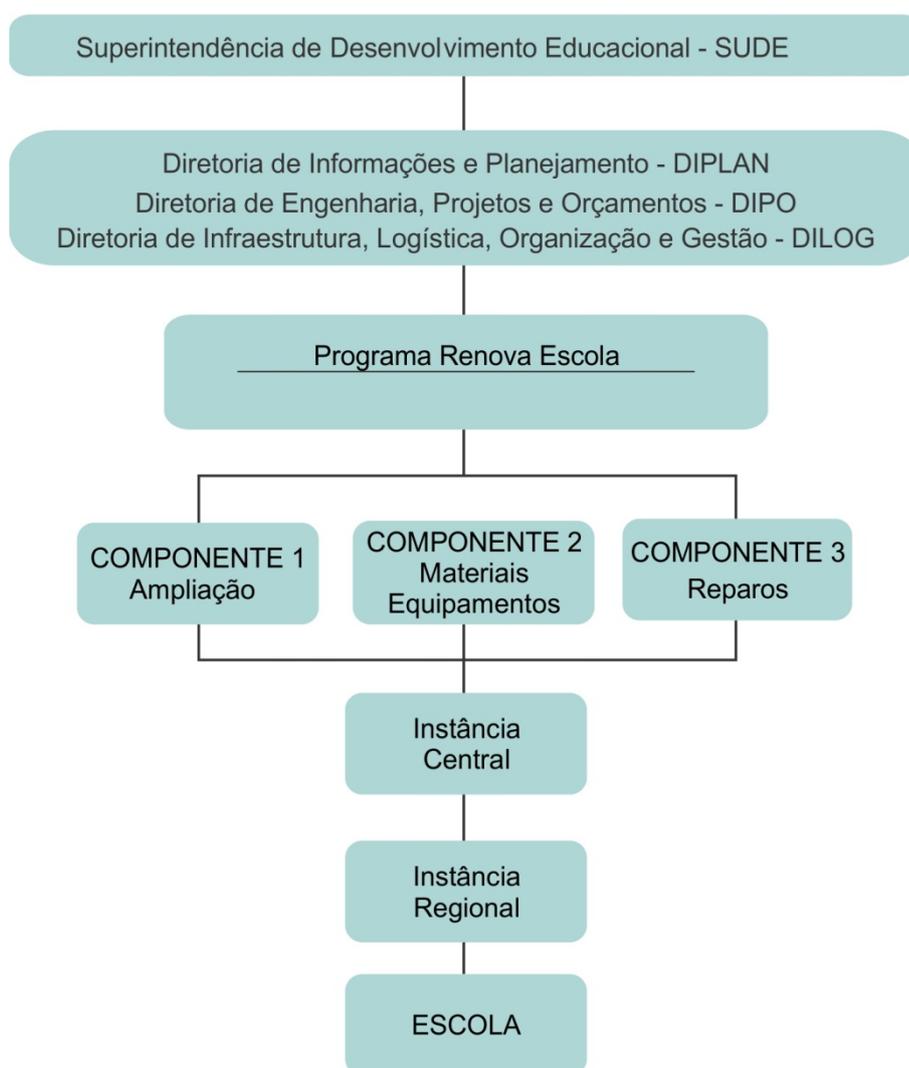
Considerando a importância da participação da sociedade na gestão do Componente, a definição da necessidade, solicitação, recebimento e uso dos equipamentos/mobiliários é de responsabilidade da Direção Escolar e será amparada no diálogo com o Núcleo Regional de Educação e com a comunidade escolar.

Desta forma, a comunidade escolar exerce um papel fundamental e deve ter participação efetiva na conservação e manutenção dos equipamentos/mobiliários, garantindo maior controle social dos recursos públicos.

7 GESTÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) será responsável pelo acompanhamento, coordenação e administração geral da execução do Programa Renova Escola. A figura 16 apresenta o arranjo organizacional para a gestão e execução do Programa, sendo os detalhes apresentados nos itens 3.5 (Gestão do Componente 1), 4.5 (Gestão do Componente 2) e 5.5 (Gestão do Componente 3) constantes neste capítulo do presente documento.

FIGURA 16 - ORGANOGRAMA DA GESTÃO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: Equipe de Desenvolvimento do Programa

7.1 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO PROGRAMA

A seguir descrevem-se os instrumentos a serem utilizados pelo responsável por planejar e gerir as ações do Programa Renova Escola, bem como pela Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

7.1.1 Planos Operativos Anuais (POAs)¹³

Os Planos Operativos Anuais constituirão o instrumento que norteará o planejamento e a gestão do Programa, tendo como base: a) as diretrizes orçamentárias anuais, b) as metas estabelecidas, e c) os indicadores de monitoramento previamente definidos.

Os POAs serão elaborados concomitantemente ao processo de programação orçamentária da iniciativa que contempla o Programa, de acordo com as etapas descritas a seguir.

- Etapa 1: Elaboração dos POAs do Programa

O responsável pelo Programa promoverá reuniões com sua equipe para a elaboração das propostas de POAs. Estas propostas deverão ser elaboradas de acordo com a estrutura apresentada no quadro 19.

QUADRO 19 - ESTRUTURA DOS PLANOS OPERATIVOS ANUAIS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

SETOR DO PROJETO	PGE/AÇÃO DE AT	RESPONSÁVEL	INICIATIVA	VALOR DAS DESPESAS (R\$ 1,00)			PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS
				Total	Corrente	Capital	
Setor ou Subcomponente de Educação	PGE 7 - Renova Escola	SEED	4094				

FONTE: Unidade Desenvolvimento do Projeto

- Etapa 2: Aprovação dos POAs do Programa

Estas propostas serão apresentadas à Unidade de Gerenciamento do Projeto Multissetorial para apreciação, seguindo-se a mesma estrutura apresentada no quadro 19. Os POAs do Programa, depois de analisados e aprovados pela UGP, comporão a proposta de POA do Projeto Multissetorial.

A UGP também articulará junto a COP/SEFA a inserção dos Planos do Projeto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais.

Depois de aprovadas as LOAs pela Assembleia Legislativa do Estado a UGP compatibilizará os POAs elaborados aos orçamentos efetivamente aprovados e apresentará ao Comitê Gestor do Projeto para apreciação, análise e aprovação. Posteriormente encaminhará os Planos ao Banco Mundial para a apreciação e a não objeção.

A UGP devolverá ao responsável pelo Programa as versões aprovadas dos POAs.

¹³ Mais detalhes a respeito dos POAs poderão ser obtidos no item 4 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

7.1.2 Outros Instrumentos que Subsidiarão a Gestão do Programa

Para dar suporte à gestão do Programa, a UTP contará, ainda, com um conjunto de instrumentos, os quais serão relacionados a seguir.

- Relatórios de Acompanhamento e Monitoramento Semestral

A execução das ações previstas no Programa serão monitoradas, constantemente. Não obstante serão elaborados, semestralmente, relatórios de acompanhamento e monitoramento, explicitando o desempenho do Programa quanto ao alcance de indicadores previamente definidos, subsidiando tanto a UGP, no acompanhamento, quanto o responsável pelo Programa, no processo de gerenciamento do mesmo.

Estes relatórios serão consolidados pela UGP tendo em vista informações encaminhadas pelo responsável pelo Programa.

- Planos de Aquisições¹⁴

Os Planos de Aquisições serão ferramentas para a programação e acompanhamento dos processos licitatórios decorrentes da execução do Programa.

O Plano de Aquisições será atualizado no mínimo uma vez por ano, ou conforme a necessidade, devendo refletir as reais necessidades de implementação do Projeto e o aperfeiçoamento da capacidade institucional dos executores. A UTP preparará os Planos de Aquisições do Programa referentes ao ano subsequente, em consonância com as propostas incluídas na programação orçamentária anual da SEED e dos demais executores do Programa. Estes serão encaminhados para a Unidade de Gerenciamento do Projeto. Depois de analisados e aprovados pela UGP e também pelo Banco Mundial, estes integrarão o Plano de Aquisições do Projeto Multissetorial.

Os Planos incluirão: a) a lista de bens, obras, serviços e consultorias, identificando a fase em que se encontram (previstos, em processo de licitação, em execução ou concluídos); b) os custos dos contratos ou a estimativa destes; c) as modalidades de licitação conforme o ajustado com o Banco; d) a necessidade de pré-qualificação dos licitantes; e) a identificação quanto à necessidade de revisão prévia do Banco Mundial; e f) o cronograma para a licitação e para o repasse dos recursos financeiros previstos no contrato.

Em janeiro, posteriormente à aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano de Aquisições do Programa deverá ser atualizado, tendo em vista os recursos efetivamente orçados.

¹⁴ Mais detalhes a respeito dos Planos de Aquisições poderão ser obtidos no item 7 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

- Relatórios Financeiros¹⁵

O responsável pelo Programa executará o detalhamento dos pagamentos efetuados pelo SIAF referentes aos insumos do projeto dentro do Sistema SIGMAPP. Nestas informações constam os gastos elegíveis, inclusive àqueles financiáveis cujos processos licitatórios foram realizados de acordo com as regras do Banco Mundial.

Estes relatórios serão semestralmente gerados pela UGP, contribuindo para o acompanhamento e gestão financeira do Programa e por sua vez do Projeto Multissetorial.

¹⁵ Mais detalhes a respeito dos Relatórios Financeiros poderão ser obtidos no item 5 do Volume 1 do Manual Operativo do Projeto.

8 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DA INFRAESTRUTURA E DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES DO ESTADO

A Secretaria de Estado da Educação (SEED), por meio do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) planeja e executa intervenções na infraestrutura dos prédios das instituições de ensino da Rede Escolar Estadual e ainda constrói novas unidades. O processo de obras (ampliações, reformas e construção de unidades novas) envolve desde a solicitação por parte da escola, quando se trata de pedidos de reforma e ampliação, até a elaboração de projeto, orçamento, liberação do recurso e execução da obra. Todas as etapas desse processo, dado o volume e o valor investido anualmente, devem ser planejadas e acompanhadas sistematicamente.

Atualmente, o gerenciamento e o controle das atividades relacionadas às edificações da Rede Estadual de Ensino são realizados de maneira fragmentada, por meio de um banco de dados obsoleto. Desse modo, tornam-se necessários o diagnóstico e o mapeamento do fluxo de tramitação desses processos e a informatização, de forma integrada aos sistemas já existentes e aos departamentos envolvidos.

O diagnóstico, o mapeamento do processo e o desenvolvimento de um sistema de gestão da rede escolar deverão ser realizados por uma empresa especializada, contratada por meio da Assistência Técnica, contemplada no Componente 2 do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Assim, a prestadora de serviço deverá, inicialmente, diagnosticar e mapear o processo atual de trabalho adotado na execução de uma intervenção física e aquisição de mobiliários/equipamentos escolares, identificando os sistemas relacionados às solicitações de intervenções na infraestrutura física (prédio escolar) e a necessidade desses bens escolares, assim como os sistemas utilizados no controle de execução da obra e distribuição desses bens. Deverão ser identificados os pontos críticos para, posteriormente, propor e executar um sistema informatizado integrado, para gerenciamento e controle das atividades ligadas às edificações da Rede Estadual de Ensino, visando à modernização e excelência dos resultados organizacionais, assim como a agilização dos procedimentos.

O trabalho da empresa deverá ser acompanhado por representantes do Instituto FUNDEPAR, do Núcleo de Informática da SEED e da Companhia Paranaense de Informática do Paraná (CELEPAR).

Cabe destacar que os recursos para a contratação de empresa estão previstos no Componente 2 do Projeto (Assistência Técnica) e, portanto, será executada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), de acordo com os procedimentos descritos no Tópico 7 do Volume 1 deste Manual Operativo e em conformidade com o Termo de Referência, que será elaborado pela SEED e aprovado pela UGP/SEPL e pelo Banco Mundial.

9 MONITORAMENTO

O processo de monitoramento pretende contribuir para o aperfeiçoamento da execução e da gestão do Programa, trazendo informações a respeito das ações realizadas e dos resultados alcançados, subsidiando, inclusive, as propostas de correções e ajustes e a prestação de contas da aplicação dos recursos para a sociedade paranaense.

O monitoramento dos Programas integra o Plano de Monitoramento e Avaliação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná elaborado durante a preparação do Projeto e atualizado na Revisão de Meio Termo. Tal Plano consiste no acompanhamento de indicadores previamente acordados com os executores dos Programas. Ao referido instrumento agregam-se os indicadores do Quadro de Resultados e Monitoramento do Projeto constantes no *Project Appraisal Document – PAD*.¹⁶ Esse conjunto de indicadores é especialmente acompanhado pela equipe de monitoramento e avaliação do Banco, sendo eles: indicadores de desenvolvimento, indicadores de resultados intermediários e indicadores de desembolso.

Foram identificados cinco indicadores de desenvolvimento, sendo cada um deles relacionado a um setor do Projeto (Desenvolvimento Rural Sustentável; Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres; Educação; Saúde; e Gestão do Setor Público).

Já os indicadores de resultados intermediários são específicos, sendo cada um deles relacionado a um dos programas contemplados no Componente 1 ou a uma ação do Componente 2 do Projeto.

Os indicadores de desembolso foram selecionados entre os indicadores de monitoramento e estão relacionados aos repasses de recursos do Banco Mundial ao Estado no âmbito da execução do Componente 1 do Projeto.

O acompanhamento de todos os indicadores comporá os Relatórios Semestrais do Projeto que serão encaminhados pela UGP ao Banco Mundial, sendo estes elaborados a partir das informações encaminhadas pelas instituições envolvidas na execução dos programas e ações.

No quadro 20 estão apresentados o indicador de resultado intermediário relativo ao Programa e o indicador de desenvolvimento para o Setor de Educação. E no quadro 21 estão apresentados os indicadores de monitoramento do Renova Escola.

¹⁶ Documento elaborado durante a preparação do Projeto para fins de avaliação do mesmo pela direção do Banco Mundial.

QUADRO 20 - INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE EDUCAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

N.º	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO				MEDIDA DE DESEMPENHO
				Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018	2019	
4	Taxa de sobrevivência do ciclo final do ensino fundamental das escolas do Estado	Percentual	78,4 (2012)	79,20	84,20	106,3	79,60	84,50	85,00	85,5	O indicador é calculado baseado na metodologia UNESCO/WB: Divida o número total de alunos das escolas estaduais pertencentes a um contingente escolar que alcança notas de aprovação no final do ciclo do ensino fundamental pelo número de alunos das escolas estaduais no contingente escolar, ou seja, aqueles originalmente matriculados na primeira série do ciclo final do ensino fundamental e multiplique o resultado por 100. Calculado com base no método de contingente reconstruído, que usa dados sobre a matrícula e repetentes por dois anos consecutivos. Para o cálculo do indicador serão utilizados os dados do ano anterior.
18	Escolas Estaduais reformadas e ampliadas	Número	92	160	310	193,8	340	400	400	450	Reforma e/ou ampliação: trabalho concluído com um certificado assinado pelo Secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras estão concluídas. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso.
32	Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED	Texto	A gestão de infraestrutura física no setor da educação é inadequada	Relatório com o projeto do Sistema concluído	Módulos de diagnóstico e planejamento do Sistema Obras Online da SEED desenvolvidos e implementados e Módulo de acompanhamento da execução das obras centralizadas do mesmo Sistema desenvolvido e implementado	100%	Piloto do Sistema (na SEED e NRE em Curitiba) concluído	Sistema de Monitoramento para Infraestruturas Físicas operacionais (implementado na SEED e NREs)	NA	NA	O indicador foi 100% cumprido até dezembro de 2015.

FONTE: UGP/CDG/SEPL

QUADRO 21- INDICADORES DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	ATÉ DEZEMBRO DE 2015			PREVISTO			ÓRGÃO/SETOR RESPONSÁVEL	MEDIDA DE DESEMPENHO
		Previsto	Realizado	%	2016	2017	2018		
Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino	Número	1	1	100,0	1	1	1	SEED/SUDE	Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios atualizado anualmente
Escolas contempladas com equipamentos e mobiliários adquiridos	Número	500	805	161,0	865	900	NA	SEED/SUDE	Número de escolas em situação crítica em termos de equipamentos ou mobiliários dividido pelo número total de escolas

FONTE: UGP/CDG/SEPL

10 CUSTOS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

No quadro 22 são apresentados os custos anuais e total previstos para Programa Renova Escola, sendo que na previsão levou-se em consideração a programação da iniciativa do PPA 4094 da SEED.

QUADRO 22 - CUSTOS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

SETOR DO PROJETO/PGE	EXECUTOR/ CO-EXECUTOR	METAS FINANCEIRAS PREVISTAS						
		N.º INICIATIVA NO PPA	Ano 1 (2014)	Ano 2 (2015)	Ano 3 (2016)	Ano 4 (2017)	Ano 5 (2018)	Total do Projeto
Setor de Educação/Programa de Gastos Elegíveis 7	SEED/ FUNDEPAR	4094	61.052.550	97.000.000	50.000.000	67.275.441	46.717.319	322.045.310
TOTAL DO SETOR EDUCAÇÃO	SEED	3018 3017 4094	98.316.020	133.650.000	73.042.327	95.509.322	66.713.254	467.230.923

FONTE: UGP/CDG/SEPL

CAPÍTULO 4

GESTÃO DOS PROGRAMAS DA SEED

1 GESTÃO DOS PROGRAMAS DA SEED

A gestão dos programas da SEED, Sistema de Avaliação da Aprendizagem, Formação em Ação e Renova Escola, que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, na Secretaria de Estado da Educação (SEED), inicia-se na assessoria de Planejamento, subordinada diretamente à Diretoria Geral/Gabinete do Secretário, a qual terá as seguintes responsabilidades:

- Realizar a interlocução com a UGP da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL);
- Orientar e acompanhar os responsáveis pelos programas, contribuindo com a gestão e a execução das ações previstas;
- Representar a SEED no Comitê Gestor do Projeto;
- Realizar demais atividades que se fizerem necessárias e que forem apontadas pelo secretário de Estado da Educação, pelo Comitê Gestor do Projeto, bem como pela UGP.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliações. Brasília: IPEA, 2010. (Nota Técnica n.6).

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Operação SUAP no Estado do Ceará**. Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/documentacao>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Modelo lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Governo do Estado. Programa Fundo Rotativo. **Manual de instruções**. Curitiba: FUNDEPAR, 2004.

PARANÁ. Governo do Estado. **Sistema de Obras/CELEPAR**. Curitiba, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Descentralização e controle social**: metodologia orientativa. Curitiba, 2011.



**Banco
Mundial**



PARANÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
SECRETARIA DA SAÚDE

Palácio das Araucárias
Rua Jacy Loureiro de Campos s/n - 4º andar - Ala D
80530-915 Centro Cívico Curitiba - Paraná
41 3313-6633 www.sepl.pr.gov.br
